

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas do dia 2013/01/23

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Voto de pesar - Maria Victória Lourenço Lopes			Aprovação
2	1ª alteração ao orçamento, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da câmara municipal para 2013			Aprovação
3	Comparticipações municipais para apoio ao Alhandra Sporting Club e Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São João Baptista de Alhandra	Junta de Freguesia de Alhandra	Alhandra	Aprovação
4	Proposta nº 1/2013 - Programa evocativo do centenário do nascimento de Álvaro Cunhal - Coligação Democrática Unitária			Aprovação
	DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO, GESTÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA			
5	Relação de atos da competência da CM delegados e praticados pelo Sr. Vice-Presidente			Conhecimento
6	Estudo de reconhecimento geotécnico destinado ao Quartel dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira - Libertação da caução	Geocontrolo - Geotecnia e Estruturas de Fundação, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
7	Alteração ao Loteamento Municipal da Quinta da Piedade - Resultado da discussão pública		Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
8	Projeto de loteamento - Verdelha e Drogas - Apreciação e decisão sobre reclamação	Arco - Central, Lda	Alverca do Ribatejo	Aprovação
9	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 63 do Loteamento Enxordeiros	José Viegas Ribeiro	Alverca do Ribatejo	Aprovação
10	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 9 do Loteamento Enxordeiros	Beatriz da Conceição Mendes	Alverca do Ribatejo	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas do dia 2013/01/23

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
11	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 18 do Loteamento Casal de Santo António	António Manuel Fróis Ferreira	Vila Franca de Xira	Aprovação
12	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote A14 da AUGI Zona do Moledo	Vítor Hugo Seabra Ferreira	Alverca do Ribatejo	Aprovação
13	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote A15 da AUGI Zona do Moledo	Vítor Hugo Seabra Ferreira	Alverca do Ribatejo	Aprovação
14	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote A16 da AUGI Zona do Moledo	Carlos Alberto Rocha Pinto	Alverca do Ribatejo	Aprovação
15	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 194 da AUGI Quinta da Coutada	Vítor Manuel Malhão Cotrim	Vila Franca de Xira	Aprovação
16	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 236 da AUGI Quinta da Coutada	Manuel Marques Alexandre	Vila Franca de Xira	Aprovação
17	Transmissão de direito de propriedade do lote B6 da AUGI Zona do Moledo	Francisco Manuel Saraiva Leite da Silva	Alverca do Ribatejo	Aprovação
	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS			
18	Jardins do Arroz - Passeio ribeirinho - Liberação parcial de garantias <i>Refinado</i>	Santos Aparício - Construção Civil e Obras Públicas, Lda	Vila Franca de Xira	Aprovação
19	Projeto de beneficiação da EN248 entre a passagem inferior à A1 e a Torre de Cima e Capelas - Liberação de garantias	Tecnofisil - Consultores de Engenharia, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
20	Requalificação urbana e recuperação do Muro Cais - Liberação de caução	Sanestradas - Emp. de Obras Públicas e Particulares, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas do dia 2013/01/23

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
21	Obras diversas em urbanizações inacabadas - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Submerci - Construção e Urbanizações, Lda	Vialonga	Aprovação
22	Requalificação de pavimentos em arruamentos municipais do concelho - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Topbet - Trabalhos de Obras Púb. e Pavimentos Betuminosos, SA		Aprovação
23	Requalificação de pavimentos em arruamentos municipais do concelho - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Matos & Neves, Lda		Aprovação
24	Requalificação de pavimentos em arruamentos municipais do concelho - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Submerci - Construção e Urbanizações, Lda		Aprovação
25	Requalificação de pavimentos em arruamentos municipais do concelho - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Asibel, Construções, SA		Aprovação
26	Adaptação do edifício do Mercado da Póvoa de Santa Iria para espaço cultural - Plano de segurança e saúde	Cons. Constrope - Congevia, Engenharia e Construção, SA/Gigabeira - Instalações Especiais, Lda		Ratificação
27	Requalificação urbana da frente ribeirinha da zona sul do concelho de Vila Franca de Xira - Núcleo Museológico "A Póvoa e o Rio"	AECI, Arquit. Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA	Póvoa de St.ª Iria	Adjudicação
28	Reabilitação de pavimentos na Estrada do Porto da Areia	Construções Pragosa, SA	Castanheira do Ribatejo	Adjudicação
29	Reabilitação de pavimentos na Estrada Municipal do Apeadeiro	Construções Pragosa, SA	Castanheira do Ribatejo	Adjudicação
30	Execução da sede e polidesportivo do Clube Académico dos Desportos - Lista de erros e omissões		Póvoa de St.ª Iria	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas do dia 2013/01/23

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Da competência da Presidente da C.M.			
31	Legislação síntese			Conhecimento
32	Relação dos despachos da Srª Presidente e da Srª Vereadora Conceição Santos na área de pessoal			Conhecimento
	. Outros assuntos			
33	Exercício do direito de preferência sobre as frações "F", "G" e "H", sitas na Rua Miguel Torga, nº 3, r/c, lojas 1, 2 e 3, na Quinta da Maranhota, e autorização de utilização por terceiros que não os associados da cooperativa	Promocasa, CRL Relando	Vialonga	Aprovação
34	Servilusa - Mora no pagamento de cânon superficiário - Isenção			Aprovação
35	Proposta de admissão do município de Vila Franca de Xira como sócio honorário da Xira Clube - Associação Desportiva e Cultural dos Trabalhadores da CM e SMAS de Vila Franca de Xira			Aprovação
36	Extinção da Comissão Arbitral Municipal			Aprovação
	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência da Presidente da C.M.			
37	Balancetes			Conhecimento
38	Pagamentos autorizados			Conhecimento

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas do dia 2013/01/23

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	. Outros assuntos			
39	Contratação de serviços para manutenção de 3 elevadores instalados no Parque Urbano de Vila Franca de Xira e no Jardim de Infância de Alhandra - Compromisso plurianual			Aprovação
40	Contratação de serviços de limpeza, conservação e manutenção do Cemitério Municipal de Vila Franca de Xira - Compromisso plurianual		Vila Franca de Xira	Aprovação
41	Contratação de serviços de vigilância para o Centro Comunitário de Vialonga - Compromisso plurianual	Refinado	Vialonga	Aprovação
42	Contratação de serviços de vigilância para o Mercado Abastecedor da Castanheira do Ribatejo - Compromisso plurianual		Castanheira do Ribatejo	Aprovação
43	Contratação de serviços de recolha de monos em 4 freguesias do concelho de Vila Franca de Xira - Alverca do Ribatejo, Forte da Casa, Póvoa de Santa Iria e Vialonga - Compromisso plurianual			Aprovação
44	Contratação de serviços de lavagem e higienização de contentores de resíduos sólidos urbanos no concelho de Vila Franca de Xira - Compromisso plurianual			Aprovação
45	Contratação de serviços de limpeza na Piscina Municipal do Forte da Casa - Compromisso plurianual	Refinado	Forte da Casa	Aprovação
	DEPARTAMENTO DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE			
46	Procedimento para arrendamento do espaço municipal destinado a estabelecimento, designado por "Cafetaria das Piscinas Municipais do Forte da Casa"			Conhecimento
47	Protocolo de cooperação com a Associação Randonneurs de Portugal - Ciclismo de longa distância			Aprovação
48	Protocolo com a Mundináutica Portugal para apoio a iniciativas desportivas			Aprovação
49	Duatlo das Lezírias 2013 - Troféu José Luís Matos			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas do dia 2013/01/23

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	DEPARTAMENTO DE CULTURA, TURISMO E ACTIVIDADES ECONÓMICAS			
50	Relação de atos da competência da CM delegados e praticados pela Srª Vereadora Conceição Santos, no uso da delegação e sudelegação de competências da Srª Presidente			Conhecimento
51	Mercado Retalhista de Alhandra - Pedido de transmissão da loja nº 12 - Não exercício do direito de preferência	Maria Torcato Carvalho Neves		Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
52	Parecer prévio vinculativo e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença	Rosa Maria Lopes Pacheco		Aprovação
53	Parecer prévio vinculativo e abertura de procedimento - Ajuste direto do regime geral - Prestação de serviços de apoio ao Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2013/01/23

Aos vinte e três dias do mês de janeiro de dois mil e treze, pelas 14,00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência da Sr^a Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores: -----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----
. Rui Ribeiro Rei; -----
. Fernando Paulo Ferreira; -----
. Alberto Simões Maia Mesquita; -----
. Bernardino José Gonçalves Lima; -----
. Maria da Conceição Pereira Gomes dos Santos; -----
. Francisco do Vale Antunes; -----
. Ana Lúcia Alves Cardoso. -----

Faltou o Sr. Vereador João Manuel Correia Pires de Carvalho, por motivos pessoais, justificação que foi aceite, tendo sido substituído pelo Sr. Vereador Raul Alberto Vaz Sanches. -----

Entraram no decurso da reunião os Srs. Vereadores Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus, pelas 14,05 horas e Raul Alberto Vaz Sanches, pelas 14,23 horas, durante o período antes da ordem do dia. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, em substituição da Diretora do Departamento de Administração Geral, assessorado por Maria Filomena de Brito Antunes Mendes, Assistente Técnica. -----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado: -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 002

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE IMPRENSA-----

. Coordenadora -----

Drª Susana Santos-----

GABINETE DE INFORMAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenadora -----

Drª Filomena Serrazina -----

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA-----

. Chefe de Divisão -----

Dr. Rui Galhardo-----

. Chefe de Divisão -----

Drª Nélida Soares -----

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO, GESTÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor -----

Arqtº Nuno Santos-----

. Técnica Superior-----

Engª Carla Alcobia-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS-----

. Adjunto do Vereador -----

Dr. José António de Oliveira -----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE-----

. Adjunto do Vereador -----

Jorge Zacarias-----

DEPARTAMENTO DE CULTURA, TURISMO E ACTIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Diretor -----

Dr. David Santos -----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Chefe da Equipa -----

Urb. Luís Matas de Sousa-----

OUTRAS PRESENÇAS-----



Fl. Ata 003

Proc² _____

Deliberação nº _____

Dr. Manuel Rodrigues – Advogado-----



Deliberação nº

Retomou a palavra a Srª Presidente, dizendo ainda que o ponto 53 poderá eventualmente não ser apreciado hoje, dependendo da chegada ou não de um documento, mas fica ainda pendente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 006

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ALVARÁ DE LOTEAMENTO DOS BALTARES - SOBRALINHO -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que, como habitualmente, há hoje uma entrega de um alvará de loteamento referente à parcela 2 dos Baltares, na freguesia do Sobralinho, concluindo assim o processo de reversão desta área urbana de génese ilegal. -----

Esta operação de loteamento organizada por iniciativa municipal, foi inicialmente constituída, em 2011, por duas parcelas. O estudo de loteamento abrange uma área de 36 600 metros, e possibilita a constituição de 48 lotes, destinados ao uso de habitações unifamiliares, tendo, como é habitual, a cedência de espaços para arruamentos e passeios, para integração no domínio público. -----

De seguida, pediu ao Sr. José Dias o favor de receber o documento e passar à fase seguinte, dizendo ser com muito gosto que a câmara municipal entrega o alvará, ficando na mesma à disposição dos proprietários para algo que seja necessário, nos procedimentos que têm agora que cumprir. -----

Deu os parabéns em nome de todos por se ter chegado ao fim deste processo, pensando que certamente os proprietários estarão contentes. -----



Fl. Atā^{ms} 007

Reunião de 2013/01/23



Proc^o _____

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

FELICITAÇÕES DE ANO NOVO PELO MUNICÍPIO DE DÍLI – TIMOR LESTE -----

Interveio a Srª Presidente, dando uma informação de carácter de simpatia da parte do município de Díli, que dirigiu à câmara municipal no seu todo, no seguimento do acordo de cooperação estabelecido, tendo a Secretaria de Estado de Descentralização Administrativa de Timor Leste desejado um próspero ano de 2013.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
EFEITOS DAS INTEMPÉRIES NO CONCELHO -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que na noite de sexta-feira para sábado, e durante o dia de sábado, o município foi afetado, como tantos outros nesta zona, pelas intempéries. Foi afetado de norte a sul, e as freguesias onde houve situações mais complexas foram as da Castanheira do Ribatejo, com bastante queda de árvores, com interferência nos cabos de média e alta tensão, que inclusivamente levaram ao corte da EN 1. -----

Houve intervenção da EDP, não tão célere como se gostaria, mas como se compreende também foram múltiplas as chamadas, e nesse contexto não se tornava possível uma resposta à medida dos desejos de cada um dos municípios. Para além disso caiu o muro do cemitério, que se ia começar a reparar nesta semana, pelo que se vai reparar na mesma, mas de uma maneira mais profunda.---

Houve ainda danos em edifícios, no Bairro da Cevadeira. -----
Em Vila Franca de Xira aconteceram pequenas situações, um muro caído e outras, mas nada de muito significativo. -----

Nas Cachoeiras houve queda de pequenas árvores e muros.-----

Em Alverca houve alguns danos no pavilhão do Futebol Clube de Alverca, e no Forte da Casa houve danos mais significativos num edifício de habitação, no Bairro da Soda Póvoa, onde também se registou a queda de árvores de grande porte, que poderia ter ocasionado prejuízos pessoais graves, mas que ainda bem que não aconteceram. -----

Na Póvoa de Santa Iria não houve nada especial a registar, para além do facto da estufa, na Quinta da Piedade, ter voado, mas isso foi um pouco o que aconteceu por todo o lado, e algumas árvores.-----

Em Vialonga, também na rua principal, aquilo que eram os tapumes da vedação voaram todos, sendo que com as juntas de freguesia e com os bombeiros foi possível efetivamente controlar os danos. -----

Os trabalhadores estiveram na rua, como era sua obrigação, e durante o dia de sábado continuou a haver problemas, porque durante a manhã houve novos registos de picos de vento muito fortes, estando-se ainda a tentar devolver a normalidade às situações. -----



Fl. Atā 009

Proc^o

Deliberação nº _____

Houve pequenos prejuízos, que são sempre grandes para quem os sofre, mas nada de particular registo, e era isto que gostaria de salientar. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

GARAGEM ABANDONADA NA RUA MIGUEL ESGUELHA – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que na rua Miguel Esguelha há um prédio de habitação que tem uma garagem, que está perfeitamente abandonada e mesmo sem um portão, o que quer significar que com relativa facilidade se entra lá dentro, uma vez que está aberto. Como é no centro de Vila Franca de Xira, não fica muito bem.-----

A Srª Presidente interveio, esclarecendo que há uma rua que se designa por rua Comendador Miguel Esguelha, e há outra que é Miguel Esguelha. Não sabe dizer exatamente se o Sr. Vereador está a dizer bem, se calhar não está. Uma é a da antiga junta de freguesia e da igreja matriz, que não é essa, e o Sr. Vereador está a falar da do mercado, da garagem do Dr. Augusto. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que enquanto dormir lá só um sem-abrigo não é mau de todo, aquilo é tapado e não apanha chuva, e no momento presente sabe-se muito bem que muitas destas coisas são usadas exatamente por aquelas pessoas que mais necessidades têm.-----

Dado que é quase no meio da cidade, não fica bonito, e é apenas isso, pelo que se se conseguir arranjar uma alternativa para o sem-abrigo pode ser que também se consiga uma alternativa para a instalação. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que esta questão prende-se com uma situação da família proprietária daquele espaço, que teve várias contingências complicadas na vida, por razões de doença, e chegou a estar até previsto ali um projeto de grande interesse para aquele edifício, mantendo a traça, mas melhorando tudo aquilo, só que não aconteceu.-----

Quanto à garagem, é um assunto que conhece muito bem, quer por dar abrigo aos sem-abrigo, quer porque, na realidade, pode ali também dar abrigo a um conjunto de marginalidades subsequentes. É um assunto do conhecimento das forças de segurança, tem-se já insistido em diversos momentos com o proprietário, às vezes fecha, mas depois alguém abre, porque na realidade dá muito jeito estar aberto.----

Disse ainda que se voltará a abordar este assunto.-----

17

18

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

QUINTA DE SANTO AMARO – MONTE GORDO – VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que gostava de saber o ponto da situação da Quinta de Santo Amaro, em Vila Franca de Xira, pensando que certamente se vai conversar relativamente a este assunto. Além do lote 1 e 2 há o lote 4 e 5, e o lote 5 conhece muito bem, porque foi um financiamento que fez enquanto gerente do Montepio. -----

Interveio a Srª Presidente, informando que está prevista a desocupação final para a próxima sexta-feira, depois do resultado da decisão do tribunal contra a providência cautelar. -----

Pensa que todos sabem da decisão do tribunal, mas se não é assim, pede desculpa, e mandará de seguida distribuir a decisão, que foi favorável à câmara municipal. -----

Houve bastantes reuniões, e muitas abordagens às famílias, feitas pela Srª Vereadora Conceição Santos, sendo que as famílias, neste caso as 3 famílias, com muita frequência já não estão na habitação, o que foi confirmado pelos serviços municipais.-----

Houve visitas ao local de novo, novas conversas, e na sexta-feira, porque se continua numa situação de algum impasse, vai-se proceder a esta tarefa. Há um trabalho de retaguarda da parte social, que acompanhará, apresentando propostas de soluções para as famílias, existindo pois da parte da câmara municipal um acompanhamento próximo e disponível para este assunto.-----

Entretanto, ainda hoje houve uma reunião com a CENOR, está a ser desenvolvido um trabalho profundo, técnico, em relação aos edifícios e ao monte, no sentido de se perceber e decidir aquilo que na realidade é necessário fazer. -----

A Engª Rosário Ferrão fará disso um relatório, que se poderá distribuir, daquilo que foi a reunião e das indicações técnicas que foram dadas, sendo que a situação, hoje, não se afigura tão complexa como a que se afigurou no primeiro instante, e tem também vindo a ser feito o acompanhamento com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil. -----

Interveio a Engª Rosário Ferrão, informando que as leituras foram feitas no sábado, e na sexta-feira o Laboratório vai fazer uma reunião. -----

[Handwritten signature]

Prosseguiu a Srª Presidente, mencionando que se vai ficar a perceber se acontece o mesmo que da última vez, ou seja, que não há alterações nos edifícios, que se mantêm, e ter-se-á em breve condições para, do ponto de vista técnico, fazer uma reunião com as empresas e todo o executivo, para se explicar, e cada um poder colocar as questões que entender por bem.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que a Srª Presidente informou a câmara municipal que o tribunal tinha dado razão ao município, e pediu para distribuir um documento de que os membros da Coligação Novo Rumo não tinham conhecimento. Foi distribuído, mas pela interpretação que têm, o tribunal não deu razão a ninguém. O que diz é: "Analisada a pertinente documentação que instrui os documentos autos, é evidente que estamos perante uma matéria do foro administrativo."-----

Não diz que os moradores não têm razão, e não diz que a câmara municipal tem razão, até diz mais, diz que só pode o tribunal analisar se há algum ilícito quando o mesmo for executado. Se não foi executado, não há ilícito, pelo que entende, em primeiro lugar, que se pode dar a informação aos vereadores atempadamente e, em segundo lugar, deve-se dar corretamente. Percebe o que a Srª Presidente diz, porque lhe disseram, mas do ponto de vista que têm não é assim.-----

Interveio a Srª Presidente, solicitando a intervenção do Dr. Manuel Rodrigues, para esclarecer esta questão. Houve uma providência cautelar, a câmara municipal viu-se impedida de executar o despacho por força da mesma, e veio agora uma decisão que permite à autarquia fazer esse mesmo despacho.-----

O Dr. Manuel Rodrigues interveio, dizendo que esta decisão surge quando os requerentes, com o devido respeito pelos mesmos, "dispararam" em todos os sentidos, com o objetivo de travar a execução do despejo administrativo. O Ministério Público fez aquilo que deveria fazer, ouviu a câmara municipal, que respondeu, fez diligências, e a seguir decidiu. Em primeiro lugar, que era absolutamente incompetente, e em segundo, que não vislumbrava ali crime rigorosamente nenhum, e por isso arquivou.-----

Pode-se discutir o texto, se se entender, e está apenas a dar a sua opinião, mas quem decidiu foi o Ministério Público, não tendo o próprio competência para decidir.-----



Fl-Ata 013

Reunião de 2013/01/23

Proc^o

Deliberação nº

A interpretação que faz, como advogado no processo, é esta, o Ministério Público achou que o Tribunal de Vila Franca de Xira era incompetente para a questão, e por acaso até não era, na sua perspetiva, pois se houvesse crime ele era competente, e, em segundo, o Ministério Público entendeu que não havia base para o crime. -----



Fl. Ata 014

Reunião de 2013/01/23

Proc^o

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
REQUALIFICAÇÃO DA RUA JÚLIO JOSÉ PEDRO GÓIS – BOM RETIRO - VILA FRANCA DE
XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, reportando-se à requalificação da rua Júlio José Pedro Góis, no Bom Retiro, em Vila Franca de Xira, que está a precisar. É uma zona que está bastante desqualificada, e certamente vai ter que se olhar para aquilo e fazer-se a requalificação para toda aquela zona. -----

Interveio a Sr^a Presidente, referindo que não sabe se o Sr. Vice-Presidente tem condições para especificamente falar da rua Júlio José Pedro Góis, mas vai-se averiguar e depois responder-se-á.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 015

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
PAVILHÃO E POLIDESPORTIVO DAS LAMEIRAS – BOM RETIRO - VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo-se ao pavilhão da urbanização das Lameiras, no Bom Retiro, em Vila Franca de Xira, que é usado como igreja, e que também está um tanto ou quanto degradado, deixando prever que tem de haver uma requalificação. Os membros da CDU já falaram uma série de vezes no ringue que está em baixo, e também já se falou da igreja, porque é uma coisa pegada à outra, e vai-se ter certamente de olhar para aquilo. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, mencionando o estado de degradação em que se encontra o polidesportivo desta zona. -----

Já há algum tempo que os membros da CDU vêm dando algum relevo a esta situação, o placar informativo, que é obrigatório nos polidesportivos, encontra-se num estado completamente deplorável, há mais de 5 anos que vêm a alertar para a degradação deste espaço, e convinha, de facto, ver qual o tipo de requalificação que se deve dar, não só às bancadas, mas também ao placar informativo, para que se possa assegurar ali uma qualidade e seguranças exigíveis nestes espaços de prática desportiva. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que o polidesportivo das Lameiras é um assunto que o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira conhece bem, e vai informar.---

Tomou a palavra o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dizendo que aquele equipamento encontra-se desativado, e não tem funções desportivas neste momento. Já pediu para irem verificar a questão do placar, uma vez que não deveria lá estar, tendo em conta a situação de encerramento do equipamento, que foi habitado. -----

Aquele espaço faz parte de uma zona um pouco mais vasta, que incluía e inclui uma zona da antiga escola do Bom Retiro, que foi substituída depois pela nova Escola Sousa Martins, que hoje tem todas as condições, e tomou-se a decisão, no ano passado, de atribuir em regime de comodato aquelas instalações à creche e ao pré-escolar do Instituto Jean Piaget, que aliás já lá está a funcionar, o que coloca a questão da requalificação daquele espaço público, cujo fim ainda não está completamente terminado, porque as opiniões, inclusivamente dos moradores da

Handwritten signature

zona, não são unânimes relativamente àquela utilização. -----

Houve em tempos, não só no concelho, mas no conjunto das áreas metropolitanas, uma opção de colocação de equipamentos polidesportivos descobertos muito dentro de zonas habitacionais, o que depois causa incómodos às pessoas, ruídos aos moradores, nomeadamente à noite.-----

Por isso, o que se está neste momento a pensar é uma requalificação daquele espaço, que passe eventualmente por outro fim, que já não o desportivo, uma vez que aquela zona do Bom Retiro tem hoje equipamentos desportivos que não tinha à época, tendo que se realizar ali um projeto em articulação com os moradores, e nisso também a Srª Presidente, crê que até publicamente, já falou sobre essa matéria.-----

Fica a chamada de atenção, e já solicitou aos serviços para irem lá verificar a questão do placar.-----



Município
de
Vila Franca de Xira
Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. ~~Ata~~ **017**

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

TALUDE DA TORRE DE CIMA E CAPELAS - VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo-se ao talude de Torre de Cima e Capelas, em Vila Franca de Xira, que é uma zona bastante inclinada, e como a subida para as casas também é inclinada, faz com que haja pessoas que em vez de irem pela estrada tentem subir aquele talude, que não está de facto em condições de poder ser usado, então agora com as chuvas.-----

Apanham-se fotografias giras de pessoas que chegam lá acima ou a meio do caminho, e caem ou têm de cair, porque não conseguem sustentar-se por ali acima, já que aquilo às vezes está um bocado com lama. Como há uma promessa da requalificação daquele talude, que certamente poderia depois acabar por ter algumas escadarias, que poderiam permitir às pessoas não usar a estrada e dar aquelas voltas todas até chegar lá acima, gostaria de perguntar se a requalificação daquele talude está ou não prevista. -----



Deliberação nº

É uma matéria recorrente, com que se tem vindo a insistir bastante com a Parque Escolar, pelo que se vai continuar a insistir, porque é aquilo que se pode fazer, continuando-se a fazer essa pressão, para que este processo possa ser resolvido rapidamente.



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
RUA FRANCISCO PEREIRA VITORINO - BOM RETIRO - VILA FRANCA DE XIRA -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo-se à rua Francisco Pereira Vitorino, no Bom Retiro, em Vila Franca de Xira, dizendo que há alguns anos foi construído um bloco de prédios com garagem, e continua ainda por concluir a questão da acessibilidade às respetivas garagens. -----
Os arruamentos e os passeios não foram concluídos, as frações foram licenciadas e comercializadas, mas de facto os arruamentos, as serventias para as garagens, nunca foram executados, e no entender dos membros da CDU é inadiável que se resolva esta situação do acesso, com recurso às garantias bancárias que são exigíveis, até pelo próprio RMUETOU.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 020

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

OCUPAÇÃO DA VÁRZEA DE VIALONGA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que há 15 dias atrás o Sr. Vice-Presidente, quando foi interpelado pelo dono da empresa Beirap, disse, e bem, que o senhor tinha de cumprir a lei, e tinha que retirar todo o material que tinha colocado naquele espaço, na Várzea de Vialonga, que inclusivamente até tinha ampliado, porque foi lá colocado entulho há bem pouco tempo. -----

Neste momento, passados 15 dias a situação está na mesma, e as outras empresas à volta da Beirap que, de acordo com o PDM de 2009 estão nesta altura legalizadas, mas não podem ampliar ainda mais as suas instalações e fazer a remoção de terras, é exatamente isso que estão a fazer. -----

Há retroescavadoras a mexer em terras, a colocar alcatrão para fazer novos acessos, crê que a câmara municipal já foi avisada, por parte do Sr. Presidente da junta, e os membros da CDU gostariam de saber o que é que a fiscalização da câmara municipal fez até hoje, e qual vai ser o seu papel perante mais uma ilegalidade que se está a fazer na Várzea de Vialonga.-----

São terrenos, como todos sabem, de altíssima qualidade para a prática agrícola, era uma várzea que se há algum tempo atrás era conhecida pelos bons solos, hoje em dia é conhecida pelo depósito de entulho, e pelas ilegalidades constantes que se fazem sentir naquele terreno. -----

Portanto, para preservar o bom nome da câmara municipal, convém de uma vez por todas que haja mão forte para com aqueles que não cumprem a legislação, porque os cidadãos têm todos que cumprir, e as empresas não são mais nem menos do que o cidadão comum. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que se fez aquilo que se tinha de fazer, na sequência de um contacto do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga, e foi imediatamente a fiscalização municipal que levantou um auto de contraordenação, e também o embargo das obras.-----

Relativamente ao senhor que esteve na reunião de câmara, não é propriamente a Beirap, é o proprietário de um outro terreno, junto à Beirap. São duas coisas diferentes. A Beirap é a empresa que está lá com os camiões estacionados, e depois este senhor foi quem vendeu aquele terreno à Beirap, e agora tem um outro



terreno, em que de facto lá depositou uns entulhos, e agora tem que os tirar.-----
O processo está em desenvolvimento, vai-se dar seguimento àquilo que se tem de
fazer, aplicando as coimas, e tentando que todos aqueles entulhos saiam o mais
depressa possível. De facto, a fiscalização está a fazer aquilo que lhe compete. -----
Quanto à questão da Palegessos, também a própria fiscalização esteve no local e
embargou as obras, porque efetivamente o PDM permite a manutenção daquelas
empresas, não permite é obras de ampliação, permite única e exclusivamente
obras de manutenção do edificado. -----
Caso aquela atividade cesse, aquilo que o regulamento do PDM define, salvo erro
no artº 105º, é que aquelas edificações têm de ser demolidas, e o terreno ser
aquilo que era há muitas décadas atrás, bom para a agricultura, esperando que
aquele registo do Sr. Presidente da República para se voltar à terra seja de facto
um estímulo bastante grande, e que a Várzea um dia esteja com muitos
agricultores, o que seria interessante.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

LEI DA REFORMA ADMINISTRATIVA – REDUÇÃO DE FREGUESIAS -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a CDU, tal como outros que defendem o poder local democrático, está profundamente apreensiva em relação à recente promulgação do Sr. Presidente da República face à aprovação da suposta Lei da Reforma Administrativa, à qual os membros da CDU denominaram, desde o início, de lei para extinguir freguesias. -----

É bastante complicado perceber o que está subjacente à intenção do Sr. Presidente da República, quando aquilo que se sabe é que se esta reforma for efetivamente implementada haverá um dos mais sérios e complicados abalos ao poder local democrático, tal com se erigiu e edificou após o 25 de Abril, e a sua revolução dos cravos. -----

A Associação Nacional de Municípios Portugueses e a associação de freguesias estão na linha da frente para contestar e tentar, por via judicial, impugnar a implementação desta lei, e os membros da CDU informam que apresentarão nas próximas horas, para deliberação na próxima reunião de câmara, uma proposta no sentido de o município, enquanto município de Vila Franca de Xira, defender e acautelar os interesses de todas as freguesias, o que inclui a permanência e valorização das 11 freguesias, sem exceção. -----

Elas são necessárias, as populações precisam delas, e acham que a câmara municipal, com os seus meios, deve intentar, conjuntamente com as freguesias, uma ação judicial no sentido de travar a implementação desta aberrante reforma, que visa a destruição de serviço público. -----

Sabe que a proposta tem de ser naturalmente agendada, o que aliás foi dito pelos próprios, mas a urgência do município, conjuntamente com a assembleia municipal e freguesias, de defenderem a manutenção das 11 freguesias, é uma urgência que já está a acontecer, e a ser entendida por outros municípios, na região e país. -----

Cabe também às forças políticas representadas na câmara municipal defender os interesses, pela manutenção das 11 freguesias, e a CDU espera que o Partido Socialista, em coerência com aquilo que disse na assembleia municipal, defenda, tal como a CDU está a defender, a permanência das 11 freguesias, o que quer dizer que disponibilize, através do município, os meios necessários para que as



Deliberação nº

juntas possam desenvolver as providências judiciais tidas como mais prudentes. ----
Tomou a palavra a Srª Presidente, dizendo que a proposta virá à próxima reunião
de câmara, e cada um decidirá em conformidade com aquilo que entender ser a
sua posição, sendo isto que acontece.-----



Fl. Atā 024

Proc^o

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
CONSTRUÇÃO DE UMA ROTUNDA DE ACESSO AO BAIRRO DE POVOS – VILA FRANCA
DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a câmara municipal receberá, por parte dos vereadores da CDU, para agendamento e deliberação para a próxima reunião de câmara, uma proposta para a construção de uma rotunda para facilitar e regular a entrada no acesso ao Bairro de Povos, na confluência direta com a EN1, porque, como todos sabem, mesmo tratando-se de um processo que depende da jurisdição e esfera de competência da administração central, é uma situação que merece uma especial atenção por parte do município de Vila Franca de Xira.-----

Aquilo que sabem, e que é do conhecimento de todos, é que este local é um foco permanente de sinistralidade, que atenta contra a segurança de pessoas e bens. ---

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que a rotunda está prevista no âmbito do trabalho de requalificação da EN1, e é uma rotunda a ser executada pela Estradas de Portugal.-----

Têm sido enviados vários ofícios, e há contactos pessoais feitos com técnicos que já estiveram no local, no sentido de evitar que as viragens à esquerda sejam feitas. Desta forma, é uma matéria que se tem vindo a acompanhar. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
AQUISIÇÃO/UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ANTIGA ESCOLA NAVAL DA
MARINHA – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, apresentando uma proposta da CDU sobre a aquisição/utilização das instalações da antiga escola naval da Armada, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para incluir na ordem do dia da próxima reunião de câmara. -----

Disse que não irá fazer uma leitura da proposta, mas gostaria de fazer uma referência em relação a algumas declarações da Srª Presidente, enquanto presidente do município, a um jornal do concelho, “Voz Ribatejana”, a propósito da utilização e arrendamento das antigas instalações de Povos, de uma unidade fabril para efeitos de serviços do Ministério da Justiça e do Tribunal. -----

Interrompeu a Srª Presidente, referindo que as declarações têm mais de 1 ano. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador, dizendo que são atuais, porque os membros da CDU não conheciam, nem na substância, nem na forma, nem em privado, nem em público, que o Estado português estava a pagar cerca de 1 milhão de euros ao proprietário para a utilização daquele equipamento. Ficaram estupefactos com a dimensão desse valor, e o primeiro reparo que podem fazer é que não conheciam este valor, nem conheciam que a Srª Presidente até tinha já feito diligências no sentido de, quer com o atual, quer com o anterior Governo, solicitar a alteração do pagamento, das condições ou do valor de pagamento mensal. -----

Trata-se de 1 milhão de euros anuais, o que é bastante, e considera ser uma loucura pagar 1 milhão de euros por aquele espaço, não deixando de ser absolutamente fora do comum, quando no próprio concelho de Vila Franca de Xira há, por exemplo, a antiga escola naval de formação da Marinha, em Vila Franca, que está desativada, é um património público, e caminha a passos largos para a sua ruína. -----

A proposta que vão fazer é no sentido de, tendo presente que são precisas novas instalações para a PSP, que se paga 1 milhão de euros para utilizar um local para armazém e depósito de processos judiciais, que são precisas novas instalações para o tribunal, que são precisas novas instalações para a câmara municipal, sendo que a Srª Presidente já disse que não se poderá, eventualmente, contar com a




reabilitação do Vila Franca Centro, só que o problema continua na esfera da câmara municipal, que continua sem instalações condignas, e considerando ainda que o Estado português deve ao município de Vila Franca de Xira 3,8 milhões de euros por conta da não compensação de isenção do IMT, só resta uma situação, que é solicitar que o Governo diligencie o que tem de diligenciar, para que este equipamento, o da Marinha, em Vila Franca de Xira, venha à posse do município, no sentido de ali serem centralizados serviços públicos, como estes que referiram. - É uma proposta bastante concreta, que certamente recolherá o apoio de todas as forças políticas para a sua correspondente aprovação. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo, no que respeita a este aluguer do antigo edifício da Mitsubishi, que é hoje depósito do Ministério da Justiça, que é bom fazer uma precisão. Começou a funcionar em setembro de 2005, foi tomada a decisão no primeiro Governo do Engº José Sócrates, que todos sabem exilado em Paris, e a atual responsável do Ministério da Justiça fez ou conseguiu a redução de 10% desse valor, e o responsável, à época, pelo Instituto de Gestão do Património era um conhecido senhor, que foi também professor do Engº José Sócrates na Universidade Independente. -----

Está-se perante um conjunto de compromissos herdados dos governos anteriores, que levaram ao estado de ausência de independência nacional que é o que se vive hoje, e espera que a partir de hoje seja dado o primeiro passo para que Portugal volte a recuperar a sua soberania e a sua decisão quanto ao futuro. -----

Era só esta a precisão, genericamente os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo, mas gostariam de ver a proposta, para ver um ou outro detalhe, para se poderem pronunciar. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que o Sr. Vereador Nuno Libório colocou uma questão, e o Sr. Vereador Rui Rei, sacudiu, como vulgarmente se diz, a "água do capote", e nem sabe se a água estava em cima do capote dele, mas o que fez foi um ato de fé em relação a este assunto. -----

Porque não tem nenhum ato de fé a fazer, nem ao Governo socialista, nem a este, tem a dizer que esta discussão foi feita com os dois governos, no mesmo sentido, aliás, foi pela boca da câmara municipal que o Governo "acordou" para o facto daquilo que estava a pagar pelas instalações do Depósito de Justiça, que não



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 027

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

cumpria, ao fim ao cabo, tendo sido demonstrado, por contas apresentadas pela câmara municipal, que aquela verba durante um X de anos dava para obter um edifício novo, e ficar com o problema do tribunal, de novas instalações para o tribunal, e do depósito, resolvidos em conjunto. -----

Entretanto houve alterações, e estar unicamente a circunscrever isso ao Professor António Morais é muito pouco, se calhar é aquilo que o Sr. Vereador Rui Rei gosta menos, mas tem muito mais protagonistas, alguns que foram afastados ainda no Governo anterior. Depois dará um nome ao Sr. Vereador, para o mesmo pesquisar e dizer “olha que gente!”. -----

Quando este Governo tomou posse, teve o cuidado, no âmbito do grupo da Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP que foi à reunião com a Srª Ministra acerca do encerramento dos tribunais, de pedir um pouco de tempo para Vila Franca de Xira, e falar deste assunto. -----

Posteriormente já reuniu mais do que uma vez com o Sr. Secretário de Estado Fernando Santo, que está absolutamente inteirado do assunto, mas havia, da parte do Governo, uma decisão, a de “não à construção de novos tribunais”. -----

Havia um novo mapa judiciário para pôr em prática, e neste momento nem se sabe bem como é que vai avançar. Houve alterações em relação ao mapa que estava anteriormente previsto, e houve algumas análises acerca daquilo que uns consideravam um prejuízo, em que depois a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus veio dizer que não era um prejuízo para o Tribunal de Vila Franca de Xira aquela reestruturação. -----

Posteriormente teve o cuidado de contactar a delegação da Ordem dos Advogados, que num primeiro momento nem sequer tinha posição sobre o assunto, e reuniu, estimulada pela câmara municipal, para se pronunciar, vindo dizer que também não considerava um prejuízo. -----

Entretanto, como o assunto caiu em “standby”, esta matéria não evoluiu, sendo que a câmara municipal considera que tudo o que seja para sair é um prejuízo. -----

Os postos dos Correios e as Finanças são matérias sobre as quais a câmara municipal há de ter que se pronunciar, mas quando a ANMP se pronuncia globalmente sobre estes problemas que dizem respeito a Portugal e aos portugueses, automaticamente a câmara municipal está também a pronunciar-se. -



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 028

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

O Sr. Vereador Rui Rei acha que é diferente, mas é uma questão de opinião também. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que a ANMP representa um conjunto de municípios que são mais pequenos do que a maioria das freguesias do concelho, logo, os interesses de Vila Franca não são protegidos. -----

A Srª Presidente interveio, dizendo que a ANMP representa todos os municípios, mas pode haver municípios, por si, que se consideram acima da associação, e isso é uma discussão que já não cabe fazer nesta sede. Há grandes importâncias, há pessoas muito importantes, de todos os quadrantes, mas principalmente de dois, que tocam ao Sr. Vereador e à própria, pelo que estão absolutamente à vontade para falarem deste assunto. -----


Contudo, não é um assunto que tenha grande interesse para a reunião de câmara. -

A verdade, em relação à questão do tribunal, é que não há neste momento nenhuma decisão adquirida em termos finais, sendo que o Sr. Secretário de Estado veio a Vila Franca de Xira, ver uma e outra situação, porque não conhecia a questão do arquivo, e deve até dizer que quem lá vai pela primeira vez fica muito surpreendido pela negativa, porque aquilo é um depósito, não é um arquivo. -----

É um depósito onde se guardam as apreensões das coisas todas, desde os colchões da casa de alterne, até à roda da bicicleta do homem que ia a conduzir, e como não tinha chapa de matrícula, apreenderam-lhe a bicicleta, que já não vale nada e está ali podre. -----

Em termos de lixo, há ali lixo que extravasa tudo aquilo que se possa imaginar, tendo a própria sugerido à Drª Maria José Morgado, em determinado momento, que algumas daquelas coisas até pudessem ser entregues a instituições de solidariedade. Estando ali anos, acabam por se estragar, não têm nenhum uso, e quando o tribunal for à procura delas não acontece nada, mas depois acontece a história milagrosa do automóvel que se apreende, porque a pessoa ia alcoolizada ou em excesso de velocidade. O veículo era relativamente novo, mas ao fim de 5 ou 10 anos, quanto o tribunal decide, porque esteve à chuva e às intempéries, está podre, e depois o tribunal tem de pagar o automóvel novo quando o devolve à pessoa. -----

Já houve um caso desses, existindo alguns prejuízos, resultantes da morosidade da



justiça, mas também é uma área em que a câmara municipal não tem grande poder de intervenção, a não ser chamar à atenção às entidades. -----

Por isso é que, nunca se tendo falado neste executivo, a câmara municipal tem, em relação a esta questão do tribunal, e da parte deste secretário de Estado, a maior abertura para discutir o assunto, para se inteirar e tudo o mais, que ficou preso pelo facto de haver um novo mapa judiciário, que não teve ainda, até ao momento, um fim completo, porque, seja ele qual for, Vila Franca de Xira precisa para o serviço que desenvolve de melhores condições, e para evitar aquela despesa precisava mesmo de juntar as duas áreas e resolver isto. -----

É o que tem a informar sobre a questão do tribunal. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dirigindo-se à Srª Presidente, enquanto presidente do município, referindo que a CDU percebe que da parte do PSD haja uma grande dificuldade em defender, não só a questão da face, mas as políticas reais e os impactos destas políticas sombrias sobre os portugueses. -----

Percebe-se o incómodo do PSD, mas também se percebe que da parte do Partido Socialista há uma tentativa de aligeirar o passado do PS, quando esteve em funções de Governo. -----

A tentação da Srª Presidente é recorrente, de passar ao lado das questões que dizem respeito ao Partido Socialista, às opções e erros do PS, que provam que, quer PS, quer PSD, não acautelaram o futuro e não defenderam o interesse público. Falando da questão do tribunal, e deve a Srª Presidente corrigi-lo se as contas estiverem mal feitas, se se contar, desde 2005 até 2007, à ordem de 1 milhão de euros por ano, ter-se-ia já um belo tribunal construído de 7 milhões de euros. -----

É esta a conta que se tem de fazer, e quando se assiste a esta tentativa de empurrar de uns para os outros as responsabilidades que a eles só pertenceram, é no mínimo bastante lamentável, pelo que, como disse de início, não acautelaram o futuro, não defenderam o interesse público, e o PS e o PSD são os principais responsáveis por isto. -----

O PS tem uma grande responsabilidade, ainda tem outra responsabilidade, que é a de ser gestão no município, e de ter levado à assembleia municipal uma tentativa de cedência de um terreno no âmbito de uma parceria público-privada para a construção do próprio tribunal. -----



Se esta situação acontecesse seria absolutamente inédita, que era entregar-se um terreno a um privado, esse privado construía o tribunal, e o Estado pagaria ao privado o aluguer dessas instalações. -----

Foi tudo obra do Partido Socialista, pelo que pede à Srª Presidente alguma prudência na forma como esta questão é sinalizada, porque se não for analisada com todos os factos, se não houver memória, pode até ficar alguma coisa esquecida propositadamente. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que o Sr. Vereador com certeza ouviu coisas que a própria não disse, e a necessidade de afirmação do mesmo só não abrange o PCP, porque não foi Governo. -----

Não fez branqueamento de nenhuma decisão do Partido Socialista, antes pelo contrário, até disse que foi a própria que chamou à atenção para os custos daquela decisão, pelo que o Sr. Vereador não deve confundir as coisas. Não vale a pena, porque aí dificilmente apanhará a própria. -----

No entanto, se ficar contente com o seu convencimento, é mesmo só sua a satisfação. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, respondendo ao Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que aos membros da Coligação Novo Rumo não causa nenhum incómodo, para lá daquele que sentem todos os dias na vida que têm, de normais trabalhadores do Estado português, ou, mais corretamente, trabalhadores em Portugal, e estão perfeitamente conscientes, como disse o Sr. Ministro das Finanças, do aumento brutal dos impostos e do “saque” que é feito este ano aos portugueses. -----

Contudo, têm consciência perfeita de que essa situação só acontece por causa do estado de manifesta bancarrota a que o país chegou. -----

Se se referir hoje ao artigo de um ilustre jornalista, no Jornal de Negócios, diz que a sua vida não muda hoje, nem fica mais feliz porque o país foi hoje aos mercados, mas sem o país ter ido aos mercados hoje, nunca o país se levantaria, o que quer dizer que, ao contrário do que tem vindo a ser dito, o país tem um rumo, tem um objetivo, vai cumpri-lo, e Portugal há de recuperar com certeza. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que esta não é uma declaração de interesse político, é uma declaração de interesse nacional, uma coisa importante. --



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

QUISQUE DO SILO AUTOMÓVEL – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, reportando-se ao silo automóvel, na Póvoa de Santa Iria, e respetivo quiosque, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo voltam a chamar à atenção, porque a última vez que o fizeram foi na Póvoa de Santa Iria, em que o Sr. Vice-Presidente deu uma resposta a uma observação que o próprio tinha feito, que como não tinha informação ficou objetivamente calado, à espera de a ter, pois eventualmente a câmara municipal, se tivesse razão, por muito que discordasse, haveria algum acordo. -----

Quanto ao edifício que está previsto para albergar o quiosque, que neste momento já lá está, e que fica do lado direito para quem vem da estrada nacional e sobe a avenida, o quiosque passará para o lado oposto, em frente ao supermercado, ao lado de uma possível cafetaria que ali surgirá, e considera que, antigamente, as casas, nas passagens de nível, que eram do guarda que fazia o controlo da passagem dos comboios, tinham com certeza melhor aspeto e condições do que aquilo que ali está. -----

Aquilo que ali está não é diferente de um contentor, que não tem nenhuma característica de atividade comercial, tem janelas de habitação, e não consegue entender como é que em 2013 se continua a projetar na cidade que é só a que tem um índice de ocupação por quilómetro quadrado maior do concelho de Vila Franca de Xira e dos maiores do país, projetos que são, do seu ponto de vista, indignos de qualquer localidade do concelho, para não dizer qualquer localidade do país, em 2013.-----

Pior do que isto, o projeto não foi acordado com os responsáveis do quiosque, que vão mudar para um espaço que tem menos espaço do que tinha anteriormente, e menos condições do que tinha anteriormente. -----

Assim, não conseguem os membros da Coligação Novo Rumo entender como é que está lá projetada uma cafetaria que em teoria era para ceder à câmara municipal, mas aparentemente é propriedade de quem está a construir o silo automóvel, e não percebem por que é que o quiosque não é integrado naquele espaço, em parte dele, e a outra parte seria para outra coisa qualquer.-----

Aquele espaço não tem condições, não tem montra, não tem zona de abrigo, tem



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 032

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

uma porta que é de uma qualquer casa, não tem o mínimo de condições, além de que ainda lá num canto tem um acesso à dita zona de cafetaria. Se é para ser independente, porque é que tem um acesso? -----

Há coisas que deveriam ser efetivamente pensadas, porque está-se a projetar algo que perdurará no tempo, não vai ser uma situação provisória, para se resolver daqui a 2 ou 3 anos. -----

Provisório era o quiosque que o senhor lá tem, esse é que foi provisório durante estes anos todos, foi, e transformou-se em definitivo. -----

Desta forma, apela à câmara municipal que avalie, e os membros da Coligação Novo Rumo estão disponíveis para ir ao local, e atestar isto que estão a dizer, que se verifica assim. Aliás, considera que as forças políticas presentes nesta câmara municipal, se forem, em reunião com o Sr. Vereador do pelouro, ao local, vão verificar exatamente o que estão a dizer, que não é diferente desta situação. -----

Interveio a Srª Presidente, considerando que é uma excelente ideia a reunião no local, com representantes das forças políticas, porque assim, no local, as pessoas analisam, trocam opiniões à vontade, e podem-se encontrar soluções. -----

Assim, recomenda ao Sr. Vice-Presidente que subscreva a sugestão do Sr. Vereador Rui Rei. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que é evidente que a reunião no local pode ser um fator interessante para no local se conversar, mas repete que as questões de carácter estético são as que são, e sobre isso não vai comentar. -----

A única coisa que comenta é que efetivamente a área que aquele espaço tem, à qual o Sr. Vereador se referiu, é a mesma e um pouco mais. Fizeram-se contas, e o Sr. Vereador também não pode ir por tudo o que lhe dizem, sendo que o senhor do quiosque pode dizer coisas que não correspondem exatamente à verdade. -----

Assim, vai-se com uma fita métrica, e é só fazer contas, como alguém dizia. -----

O Sr. Vereador tem o direito de ter as perspetivas que quiser, podem é não coincidir com as do próprio, o que é da vida, não tem problema absolutamente nenhum. -----

Está disponível para ir ao local analisar, pois quem está nestas funções tem de estar disponível para tudo. -----

As janelas são muito agradáveis, são pequeninas, estão dimensionadas para o



Fl. Ata **033**

Proc⁹

Deliberação nº _____

feito, e repete, mais uma vez, que as questões de caráter estético são as que são. A única coisa que diz é que estas questões, para o Sr. Vereador, são umas, para o próprio podem ser outras, e para outra pessoa qualquer podem ser outras, pelo que se irá ao local, e o Sr. Vereador depois falará.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 034

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

OBRAS NA RUA DA REPÚBLICA – PÓVOA DE SANTA IRIA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se às obras que estão a decorrer na rua da República, na Póvoa de Santa Iria, dizendo que gostaria de ser informado, não das obras propriamente, mas se for informado tanto melhor, e há de ser relacionado com o saneamento e águas, se na rua da República se vai aplicar o mesmo princípio da rua Serpa Pinto.-----

O princípio da rua Serpa Pinto foi o de que se fez a intervenção no subsolo e arranjou-se o solo, porque aquela é exatamente a zona que ao longo dos anos não sofreu nenhuma intervenção, e enquadra-se na pergunta que o próprio fez em reunião há um mês, que estava relacionada com a introdução de parquímetros, ou seja, onde é que serão colocados, e em que condições.-----

O que faria sentido é que já se tivesse informado toda a população daquela zona que obras se estão a fazer, que obras se vão fazer de recuperação da zona, e que alterações se vão fazer. -----

Já se fez, umas semanas antes, ou seja, os SMAS terminaram uma intervenção na rua dos Marinheiros, e repuseram mais ou menos o piso de acordo com o que lá estava, mas de acordo com o que lá está aquele piso não serve, nem nunca foi projetado para a passagem de automóveis lá por cima. -----

Há que enquadrar todo este arranjo e toda a forma de funcionar daquela zona, porque senão continuar-se-á a ter uma zona degradada, e uma zona que não leva ninguém à chamada Póvoa antiga. -----

Gostaria de saber o que é que efetivamente a câmara municipal e os SMAS têm previsto para esta zona, até porque, e volta a lembrar, existe um acordo no Departamento de Obras, Viaturas e Serviços Municipais - DOVSM para que no verão deste ano toda a rua da República, que foi intervencionada em 2008/2009, venha a ser completamente alcatroada a expensas do construtor à época, desde a rotunda da Bolonha até à entrada da estação. Isso quer dizer que fica a faltar o resto do troço, e portanto, se se compatibilizasse ficava-se efetivamente com uma intervenção global, de melhoria substancial de toda aquela zona, que era importante. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que é aquilo que está previsto, fazer



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 035

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

a reparação, no tempo em que isso deve ser feito, coordenado também com as intervenções da própria Simtejo. -----

Interveio o Sr. Vereador Vale Antunes, dizendo, quanto à intervenção dos SMAS, e no que se refere à intervenção de requalificação que o Sr. Vereador Rui Rei perguntou, que vem de encontro a uma necessidade da câmara municipal, de, no âmbito do programa Eco-Bairros, posteriormente, fazer pelo menos uma parte da rua. Não a totalidade, mas é seguramente dois terços, na zona onde há habitação. - Neste espaço de tempo houve necessidade, pois a Simtejo também tinha necessidade de fazer ali uma intervenção, de negociar com a Simtejo, tendo-se trazido oportunamente à reunião de câmara um protocolo, e os SMAS assumiram toda aquela obra, para que, dentro dos prazos do programa Eco-Bairro, a câmara municipal depois possa intervir na respetiva requalificação de superfície final. -----

A obra que se vai desenvolver é até ao limite onde pode ser, onde é graviticamente possível, e haverá depois uma intervenção posterior, quando a Simtejo tiver condições de lançar concurso, desde a antiga estação elevatória que existe ali, pequena, que vai ser depois toda requalificada no âmbito da Simtejo, por perfuração, e que em princípio não afetará a obra necessária de reposição, a ser feita pela Visabeira, que foi entretanto coordenada pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito do Departamento de Obras, Viaturas e Serviços Municipais. -----

Este é o cenário e a realidade. -----

Aquela obra estava prevista, de alguma forma, a iniciar-se em finais de novembro, princípios de dezembro, e por uma questão de bom senso conversou-se com os comerciantes da zona, que é de bastante comércio, e o próprio teve uma reunião com a administração da empresa empreiteira, tendo sido possível prorrogar esse prazo de arranque para inícios de janeiro, sem qualquer custo de morosidade do arranque da mesma para os SMAS. -----



Fl. Ata 036



Proc^o

Deliberação nº

MERCADO DO CHOUPAL – ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se à situação que existe no mercado do Choupal, em Alverca do Ribatejo, que está com fissuras enormes e visíveis à vista desarmada. Os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber o que é que a câmara municipal pensa fazer neste mercado a breve prazo, até porque já chove lá dentro, e há problemas de manutenção que são manifestamente visíveis. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que quando o Sr. Vereador estava naquele pelouro já havia alguns sinais. O levantamento está feito, já houve uma outra reunião com a junta de freguesia, e vai-se ver se se consegue dar um encaminhamento à situação, porque são obras que ultrapassam a capacidade da junta de freguesia. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
OBRAS DE ACESSO AO NOVO HOSPITAL DE VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se às obras de acesso ao novo hospital de Vila Franca de Xira, voltando a perguntar o mesmo que perguntou em 19/09/2012, que era referente ao pagamento de 65 000,00€, de 100 000,00€. O empreiteiro tinha referido que 35 000,00€ já tinham sido pagos, diluídos na faturação, os membros da Coligação Novo Rumo continuam à espera, e disseram-no ainda na última reunião, de uma documentação, quer do empreiteiro, quer da fiscalização, que ateste que a carta que veio à reunião de câmara não é verdadeira, que eventualmente o empreiteiro se terá enganado.-----

Continua a dizer que o empreiteiro não se engana assim, de qualquer das formas pode-se ter enganado, e tem de vir uma justificação desses valores, e por que é que o empreiteiro escreveu aquilo e não escreveu outra coisa qualquer. Era importante que fosse efetivamente avaliado, e informada a câmara municipal sobre esta matéria. -----

Disse ainda que os membros da Coligação Novo gostariam de ler uma carta que receberam a semana passada, o que fez de seguida:-----

“Vimos por este meio manifestar a nossa falta de compreensão pelo que se tem vindo a suceder na vossa obra acima referida. -----

1. Fizemos um contrato com o empreiteiro assegurando-nos na vossa credibilidade, mediante cláusulas adicionadas no contrato de que vos foi dado conhecimento anteriormente, na data da nossa reclamação dos créditos.-----
2. Devido ao incumprimento do empreiteiro, e baseado nestas cláusulas, obtivemos contacto com V. Ex^{as}, onde V. Ex^{as} demonstraram colaborar e garantirem os tais pagamentos.-----
3. Nós atendemos aos vossos pedidos, onde concluímos os trabalhos da betonagem no tabuleiro, na data agendada em reunião.-----
4. Fomos proibidos da betonagem deste tabuleiro através de seguranças privados em obra, tabuleiro este que foi betonado pelas construções Europa Ar-Lindo sem a segurança necessária, correndo grandes riscos, a vários níveis, principalmente a nível de pessoal, e até a própria segurança da obra, assim como sem nos terem efetuado qualquer pagamento, pois estava assegurado por V. Ex^{as} que no dia da



betonagem seriam liquidados 177 950,19€ e criadas garantias para os créditos não vencidos e outros futuros, o que nada se verificou. -----

5. O empreiteiro continua sem nos pagar, continua a utilizar os nossos equipamentos sem nossa autorização, continua a impedir a nossa entrada em obra através de seguranças em obra e V. Ex^{as}, com todo o respeito, parecem-nos esconder-se. -----

6. A verdade é que nós confiámos em V. Ex^{as}, executámos a obra e até ao momento os valores não chegaram até nós, para que os possamos dividir pelos nossos colaboradores. -----

7. É de realçar que esta obra foi executada com verbas públicas, verbas estas que pertencem a todos nós contribuintes. -----

8. Sendo V. Ex^{as} uma entidade pública, e de bom ou mau exemplo para o nosso país, deixamos as seguintes questões: -----

Porquê continuar a encaminhar os valores totais e rapidamente ao empreiteiro, quando tem conhecimento do mau comportamento deste? -----

Consultaram o contrato, verificaram a possibilidade de haver pagamentos diretos, e apresentaram-nos uma garantia em reunião, que recebíamos todos os nossos créditos desta empreitada. Porquê agora este vosso desvio, desde o dia 4/01/2013, que se tem constatado até à data, e porque nada têm feito à data para que fosse executada a maior parte da obra e podermos receber, como vamos nós dar seguimento para que os trabalhadores em obra recebam o seu salário, para se alimentarem a eles e às suas famílias? -----

Como é que V. Ex^{as} dão prova da preocupação que demonstraram anteriormente, em que todos em obra recebessem os seus créditos? -----

Constataram no decorrer da obra que havia trabalhadores em obra sem receber os seus salários, V. Ex^{as} pediram-nos que interviéssemos, fizemo-lo, e enviamos os comprovativos a V. Ex^{as}, demos assim prova da nossa sensibilização e preocupação, julgámos assim ser atendidos da mesma forma. -----

Aproveitamos V. Ex^{as} para solicitar uma reunião..." -----

Referiu que, face a esta carta, os membros da Coligação Novo Rumo solicitam que lhes sejam enviados mapas de betonagem e controlo do pré-esforço daquela obra, e, já que a informação é de fácil controlo e de controlo imediato, solicitam que seja



Deliberação nº _____

Interveio a Srª Presidente, mencionando que esta questão da Europa Ar-Lindo e da Cedemat tem feito parte da agenda de todos os dias. Está até à procura de uns documentos, que mostrará depois, e preparará uma resposta em relação a esse assunto, sendo que se está mesmo a tratar disso, até pelas razões que o Sr. Vereador invocou. -----

[Handwritten signature]

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

OBRAS NA ESTRADA DO CAIS PARA A ESTAÇÃO DA PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Raul Sanches, chamando à atenção para uma situação, as obras que decorrem na estrada do cais para a estação da Póvoa de Santa Iria. Uma parte da rua está ocupada com obras, e precisamente a parte que está ocupada é aquela que dá acesso ao parque de estacionamento provisório, que foi criado o ano passado. -----

Pergunta se não haveria alguma hipótese, pelo menos durante este período das obras, de solicitar ao proprietário do terreno que foi vedado há cerca de 1 ano, mais junto à estação, a utilização do mesmo para estacionamento, porque assim facilitava-se a vida das pessoas que andam lá a trabalhar, e facilitava-se a vida aos automobilistas, que não têm que entrar em zonas de lamaçal. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que vai ter uma reunião com o fundo imobiliário que pertence ao BCP, exatamente para falar sobre várias matérias, e também desta, no sentido de sensibilizar que enquanto a questão do terminal rodoferroviário não evoluir, e provavelmente não vai evoluir tão depressa, que fosse possível encontrar uma solução de estacionamento. -----

Como o Sr. Vereador diz, e bem, está ali um espaço que poderia ser utilizado para o efeito, e que muito vinha facilitar a vida às pessoas. -----

Assim, na sexta-feira vai-se tentar sensibilizar o proprietário, para que isso possa acontecer. -----

Interveio o Sr. Vereador Vale Antunes, dizendo, sobre a obra na rua do Cais, no acesso ao Tejo, que é de grande dimensão, e não sabe se os Srs. Vereadores já tiveram oportunidade de passar lá. O que está ali a ser feito triplica a capacidade de escoamento das águas pluviais face ao que existia durante décadas, e cria alguns constrangimentos de mobilidade viária. -----

Tomou boa nota da sugestão colocada, ela já foi vista, inclusivamente, com a visita que fez ao local, e há ali algumas dificuldades operacionais, pela dimensão da obra. Tomou boa nota, e irá colocar a questão aos serviços, para verem da viabilidade de uso desse terreno que o Sr. Vereador colocou. -----



Fl. ~~Ata~~ 041

Reunião de 2013/01/23

Proc⁰

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PARQUE INFANTIL – FORTE DA CASA -----

Interveio o Sr. Vereador Raul Sanches, referindo que há cerca de 3 ou 4 anos ou mais foi retirado o parque infantil que havia junto ao atual centro interpretativo do Forte da Casa, e até hoje nunca mais se voltou a colocar um parque infantil naquela zona do Forte da Casa. -----

Uma vez que neste momento existe já um jardim entre as escolas, pergunta se haveria possibilidade ou se a câmara municipal já pensou no assunto, de se fazer ali um parque infantil, que seria muito útil, porque cada vez há mais netos, para poderem brincar ali um pouco, e seria uma maneira ótima de aproveitar aquele espaço, e ter lá mais gente.-----



Fl. Ata 042

Reunião de 2013/01/23

Proc^o _____

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PASSEIO DESTRUÍDO NA ZONA DA ESCOLA SECUNDÁRIA – FORTE DA CASA-----

Interveio o Sr. Vereador Raul Sanches, referindo que há um passeio entre a escola secundária, no Forte da Casa, e o quiosque destruído há cerca de 2, 3 anos, aquando da construção do parque entre escolas, que foi destruído pela EDP quando retirou o poste de média tensão que se situava naquela zona.-----

Até hoje o passeio não foi reparado, pensa que deve ser uma obrigação da EDP, e seria importante que a câmara municipal chamasse à atenção, ou então alguém fazer aquela reparação, pois a situação já está assim há uns tempos. -----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
GRUA NAS OBRAS DO INSTITUTO DE APOIO À COMUNIDADE - IAC – FORTE DA CASA
Interveio o Sr. Vereador Raul Sanches, referindo que nas obras do IAC, em frente à igreja, no Forte da Casa, existe uma grua, que está solta, sendo que ainda esta semana lá estava.-----
Interveio a Srª Presidente, mencionando que pensa que já foi retirada, não hoje, já há mais tempo.-----
Retomou a palavra o Sr. Vereador Raul Sanches, dizendo que no domingo viu-a lá, mas se retiraram ou vão retirar, a sua chamada de atenção era essa, e passa à frente.-----
Interveio a Srª Presidente, referindo que vai voltar a falar, e até pode fazer aqui uma chamada, e perguntar.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
DIFICULDADES NA OBTENÇÃO DE BILHETES NA ESTAÇÃO DA CP -----

Interveio o Sr. Vereador Raul Sanches, dizendo que gostaria de colocar uma questão acerca da CP, e gostaria, se câmara municipal tivesse oportunidade, que falasse com a CP e colocasse a questão. -----

Não é nenhuma questão demasiado importante, mas não deixa de ser importante também, ou seja, a CP, desde o dia 1 de janeiro, reduziu o preço de alguns bilhetes, subiu outros, criou novas zonas, e aliás, em muitos casos, facilitou a vida às pessoas, porque, e não sabe se é do conhecimento de todos, por exemplo, o bilhete de 1,55€ entre duas estações passou para 1,25€. -----

Contudo, agora complica um bocado a vida às pessoas, na medida em que antigamente se tirava o bilhete, carregava-se na tecla onde dizia o nome da estação, e agora não, tem que se dizer se se quer 1, 2, 3 ou 4 zonas, e as pessoas não estão preparadas para tirar o bilhete, a não ser que frequentem todos os dias a estação. -----

Existe lá um mapa, mas a pessoa tem de voltar para trás, ou seja, está a tirar o bilhete, aparece a indicação de que zonas quer, e tem de voltar para trás, ir ao mapa, e ver, o que demora mais tempo. -----

E quem não souber ler o mapa? Há pessoas que não sabem ler o mapa, e é esta a questão que tem. Se a CP, até agora, tinha a opção por estações, por que é que não tem agora novamente por estações? -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que compreende perfeitamente a questão, vai oficiar a CP, e falar também no sentido de melhorar a informação, porque pode estar associada à questão das zonas a questão das estações, para complementar a informação. -----



Fl. At. 045

Proc^o

Deliberação nº

Interveio a Sr^a Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo, no seguimento daquilo que foi referido pela Coligação Novo Rumo na última reunião, sobre a segurança à porta das escolas, que lhe foi dito que naquela passagem superior que vai do Ateneu para a escola Alves Redol, em Vila Franca de Xira, há alguns incidentes, e não sabe se pode ser melhorada a iluminação. -----

Pensa que a videovigilância não pode ser lá colocada pela mesma razão da passagem dos Jardins do Arroz, mas pelo menos que fosse melhorada a iluminação, pois têm existido alguns incidentes menos bons.-----

Tomou a palavra a Sr^a Presidente, referindo que está marcado Conselho de Segurança, todos poderão assistir a ele, tendo-se solicitado a presença dos responsáveis dos agrupamentos de escolas, para com eles se abordarem estas questões, juntamente com a PSP ou GNR, embora já tenha sido contactada uma e outra força de segurança, para perceber se havia algum acréscimo de incidentes. -- De qualquer maneira, essas questões estão agendadas, e acrescentar-se-á essa.----



Fl. Ata 046

Proc^Q

Deliberação nº _____

RUA ALVES REDOL – VILA FRANCA DE XIRA-----

Respondeu a Srª Presidente que pensa que aquilo que se decidiu foi avançar com um estudo de tráfego, e isso virá à próxima reunião de câmara.-----



Fl. Ata 048

Reunião de 2013/01/23

Proc^o

Deliberação nº 038

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -

[Handwritten signature]

1. Assunto: 1ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO CORRIGIDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012, PARA O ANO ECONÓMICO DE 2013, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 6/13, de 16/01, do DAF/DPFCI, para aprovação da 1ª alteração ao orçamento corrigido a 31 de dezembro de 2012, para o ano económico de 2013, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da câmara municipal. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 6/13, de 16/01, do DAF/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, referindo que nesta altura do ano vem sempre habitualmente à reunião uma primeira alteração, que tem a ver com o encerramento do ano e a transferência dos compromissos para o ano seguinte, bem como os acertos que são necessários, já que há em média 2 a 3 meses em que os documentos estão preparados, e é depois necessário fazer o ajustamento em relação às rubricas. -----
Este ano há uma particularidade, o facto de, em resultado da providência cautelar interposta pela Coligação Novo Rumo, os documentos de 2013 não poderem ser utilizados, e terem de servir os documentos de 2012. -----
No caso concreto, e em termos substantivos, as grandes rubricas afetadas são as que se referem às obras da requalificação provenientes do terceiro quadro comunitário, que, tendo sido adjudicadas o ano passado, tinham uma verba residual no orçamento de 2012. Contudo, esta tarefa nem sequer se tornou difícil, na medida em que havia um conjunto de obras que faziam parte do plano, e que foram terminadas, e como tal havia números disponíveis para permitir fazer a alteração.-----

[Handwritten signature]

De seguida, colocou-se à disposição para qualquer esclarecimento.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que os membros da CDU pretendem alguns esclarecimentos, nomeadamente no que respeita à providência cautelar apresentada pela Coligação Novo Rumo, que suspende, como a Srª Presidente disse e informa neste momento, todas as deliberações tomadas na reunião de câmara de 12 de dezembro de 2012.-----

Pretende esclarecer a situação, porque a reunião de 17 de dezembro foi uma continuação da reunião de 12 de dezembro. Crê, porque não foi convocada, pelo menos por escrito, nem nenhum dos membros da CDU, para a reunião de dia 17, que a reunião é uma continuação de uma reunião de câmara do dia 12 de dezembro, pelo que a suspensão, a acontecer, no entender da CDU, e é essa a questão que colocam, deverá suspender todas as deliberações da reunião de câmara do dia 12 de dezembro de 2012.-----

Esclareceu a Srª Presidente que a providência cautelar aponta 9 pontos, e os efeitos são sobre os 9 pontos.-----

Continuou a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo então que não é toda a reunião de câmara, são só 9 pontos da reunião de câmara do dia 12 de dezembro de 2012, ao que a Srª Presidente acrescentou dia 17, e que são os pontos enumerados.-----

Prosseguiu a Srª Vereadora, dizendo que esse é um pormenor da situação, e no entender que têm, e continuam a dizer, era um prolongamento ou uma suspensão da reunião de câmara do dia 12 de dezembro. Contudo, não são juristas, muito menos juízes, pelo que será o Tribunal a decidir se as condições nas quais decorreu a reunião foram ou não aquelas que são legítimas, e não é essa a questão.-----

Aquilo que colocam agora é, nesta situação em que a Srª Presidente diz que a providência cautelar suspende esses 9 pontos, que não se está perante uma primeira alteração ao orçamento de 2013, está-se perante uma vigésima ou trigésima alteração ao orçamento de 2012.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo que do ponto de vista técnico não é assim.-----

Em termos práticos tem exatamente o mesmo efeito se os documentos tivessem sido chumbados, em que se teria de utilizar em 2013 o último instrumento que tinha sido utilizado, que era o referente a 2012, que tinha sido aprovado em 2012,




passando a vigorar como se fosse para 2013, e é o que é agora, é a primeira alteração.-----

Interveio novamente a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que se é dito que se vai alterar o orçamento de 2012, e o ponto está agendado como primeira alteração ao orçamento, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais para 2013, no entender dos membros da CDU aquilo que se diz é que se vai alterar o orçamento de 2013. Contudo, se a Srª Presidente acaba de dizer que está tudo suspenso, ou que esses 9 pontos estão suspensos, não se pode fazer uma primeira alteração a um documento que não entrou em vigor, tratando-se só de uma correção de agendamento. -----

A Srª Presidente tomou a palavra, dizendo que compreende a confusão da Srª Vereadora, que não é confusão, é dúvida, e solicita à Drª Nélida Soares que esclareça, do ponto de vista técnico. -----

Interveio a Drª Nélida Soares, para dizer que efetivamente o município não podia estar sem instrumento previsional para poder executar. O ano económico é de 2013, e qualquer alteração que se faça é relativamente ao ano económico de 2013. Por isso é que é o plano e orçamento, que é o instrumento que se está a utilizar, para 2013, apesar de os montantes serem os valores relativos às dotações corrigidas do orçamento de 2012, a 31 de dezembro. -----

Toda a referência que se dá, em termos de execução, terá sempre que ser o ano económico de 2013, porque o ano económico de 2012 ficou para trás, a 31 de dezembro acabou, e a prestação de contas será relativamente ao ano económico de 2012, assim como, quando se forem prestar contas para o ano, relativamente ao ano económico de 2013, será o de 2013, apesar dos instrumentos previsionais serem os montantes e os valores constantes a 31 de dezembro de 2012.-----

Está-se a trabalhar, neste momento, com um orçamento de 87 milhões, e não os tais 71 milhões que seriam os valores previsionais para 2013. -----

Interveio a Srª Presidente, questionando se ajudava se no agendamento estivesse “para o ano económico de 2013”.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que para os membros da CDU, ainda assim, seria um pouco mais verdadeiro, porque de facto é com isso que se está a trabalhar. -----



Não sendo da área das finanças, para si vai-se alterar um orçamento que é de 2012, e é com um orçamento de 2012 que se vai trabalhar. Verdadeiramente o ano de 2013 não tem orçamento, foi chumbado, suspenso, ou chame-se o que for, mas é no âmbito ou com base no orçamento de 2012 que se vai trabalhar, pelo que se vai aplicar, alterando o orçamento de 2012. -----

Assim, se calhar, ao acrescentar “para o ano económico de 2013”, o ponto seria melhor agendado, e depois chame-se o que se quiser, podendo ser a primeira alteração de 2013 ao orçamento de 2012. -----

Interveio a Srª Presidente, solicitando ao Dr. Fernando Barreiros para proceder à correção ao agendamento, acrescentando-se “para o ano económico de 2013”. -----

Prosseguiu a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que ainda assim os membros da CDU gostariam de colocar outra questão, que tem a ver com os resultados da providência cautelar, que ao fim ao cabo levam a que a câmara municipal neste momento não tenha orçamento, e que tenha de trabalhar em duodécimos. -----

Esclareceu a Srª Presidente que não é, que duodécimos são só para a administração central. Como as suas receitas têm outra forma, só a administração central é que está sujeita a duodécimos, a administração local não está. -----

Na administração local pega-se neste instrumento, e através desta alteração lida-se como se se estivesse normalmente, os serviços não são afetados. Contudo, no momento em que houver uma decisão do Tribunal, das duas, uma: Uma é a decisão ser favorável àquela que foi a decisão na câmara municipal, no dia 17, e os instrumentos estão aprovados, fechando-se este tempo de exercício com estes documentos, e transporta-se para os documentos que foram aprovados naquela reunião para 2013, tudo continuando tranquilamente. Caso não aconteça isso, os documentos vêm de novo a reunião de câmara para serem votados, e se forem chumbados resulta rigorosamente naquilo que acontece hoje. -----

Como nenhuma autarquia pode ficar sem instrumento de funcionamento, porque senão não poderia pagar vencimentos a pessoal, não poderia fazer nenhum trabalho, e teria que fechar a porta, não é assim, solicitando, desta forma, que o Dr. Rui Galhardo faça a leitura daquilo que consta na lei, que é muito clara. -----

Interveio o Dr. Rui Galhardo, dizendo que o que diz o POCAL - Plano Oficial de



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 053

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Contabilidade das Autarquias Locais, no nº 3 do ponto 2.3, é que em caso de atraso na aprovação do orçamento, neste caso não é atraso, trata-se de outra situação, mas aplica-se a mesma regra, manter-se-á em execução o orçamento em vigor do ano anterior, com as modificações que entretanto lhe tenham sido introduzidas até 31 de dezembro, daí que se fale em dotação corrigida a 31 de dezembro. Está-se a falar das dotações iniciais, decorridas das alterações ou revisões que ocorreram em 2012, pelo que essas são dotações integrais.-----


Diz ainda a lei que se mantém também a execução do plano plurianual de investimentos, com as respetivas modificações e adaptações, sem prejuízo dos limites das respetivas dotações totais. Durante o período transitório os documentos previsionais podem ser objeto de modificações, daí que se esteja a apresentar a primeira alteração, ao abrigo do nº 5. -----

Diz também a lei que os documentos previsionais que venham a ser aprovados pelo órgão deliberativo, já no decorrer do ano financeiro a que respeitam, integrarão a parte dos documentos previsionais que tenha sido executada até à sua entrada em vigor.-----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, dizendo que diz também, e crê que é a mesma lei, que quando o orçamento não tem a aprovação da maioria, que o órgão tem 30 dias para voltar a colocar à votação o respetivo orçamento, e a questão que os membros da CDU colocam é aquilo que a câmara municipal pensa fazer, se esperar pela decisão, ou, em 30 dias, voltar novamente a colocar o orçamento à aprovação.-----

A questão que colocaram relativamente ao nome, e foi por aí que começaram a intervenção, é porque se a providência cautelar suspende, não querem fazer nenhum ato que seja ilícito, ou seja, que possa pôr em causa o trabalho na câmara municipal. Para além disso, se a providência cautelar, e é também uma dúvida que se lhes colocou aquando da preparação, suspende um dos pontos, que é o orçamento, então também suspende a reorganização dos serviços.-----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que os 9 pontos são orçamento da câmara municipal e dos SMAS, respetivos planos de investimento e atividades, os mapas de pessoal, a reorganização administrativa dos dois serviços, e as transferências para as juntas de freguesia.-----



Interveio novamente a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, aproveitando para perceber se essa reorganização está ou não neste momento suspensa. -----

Esclareceu a Srª Presidente que está suspensa, os 9 pontos estão suspensos. As pessoas que iam ser afetadas foram informadas que, face à situação, se mantinham em funções, uma vez que entretanto foi publicada a reestruturação, que no seu regulamento dizia que entrava em vigor no dia seguinte à publicação. -- Fica tudo suspenso, até que se aguarde a decisão do tribunal, e quanto à questão levantada, dos 30 dias, não se aplica, porque continua a achar que a decisão foi correta, e por isso é necessário esperar pela decisão do tribunal. -----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, dizendo que os membros da CDU gostariam que o ponto fosse agendado de outra forma, e que houvesse uma alteração no português, como foi proposto pela Srª Presidente, para não se estar a alterar, e sendo assim estão em condições de votar o ponto da primeira alteração.- E porque a alteração diz respeito a obras com as quais não concordaram, nomeadamente o montante avultadíssimo da biblioteca de Vila Franca de Xira, e uma requalificação da frente ribeirinha, que é feita em terrenos que pressupõem urbanizações com as quais não concordaram, vão votar contra a alteração. -----

Já votaram o orçamento, no dia 17, votaram contra, e irão também votar contra esta alteração ao orçamento de 2012, para o ano económico de 2013. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo, quanto ao agendamento, que os membros da Coligação Novo Rumo também não concordam que se chame primeira alteração ao orçamento, mesmo que se acrescente “para o ano económico de 2013”. -----

Questionou a Srª Presidente se a Srª Vereadora tem alguma sugestão, ao que esta respondeu que, utilizando-se o POCAL, e tendo a justificação muito clara que a Drª Nélida Soares deu na comunicação interna dos serviços, poder-se-á dizer, eventualmente, pois não sabe se se pode, “primeira alteração ao orçamento corrigido a 31 de dezembro de 2012, para o ano económico de 2013”, que é o que se está a fazer. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que não há nada a objetar, e é uma questão de precisar mais. -----

Desta forma, solicita à Drª Nélida Soares, uma vez que estas questões vão surgir



se a decisão do tribunal demorar, que tenha isso em boa conta, porque vale a pena, estando-se a falar unicamente da denominação dos pontos. -----
Prosseguiu, mencionando que têm outra dúvida, questionando a que é que se destina a verba para a biblioteca, os 3 581 711,00€, e se tem a ver com o contrato. Respondeu a Srª Presidente que foi aquilo que foi aprovado em reunião de câmara, em que a Coligação Novo Rumo votou a favor, e tem a ver com o contrato. Não tem a ver com mais nada, até porque esse assunto virá de novo a reunião de câmara no momento em que for ou não formalizado. -----

Continuou a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo ter simplesmente um documento, e não teve oportunidade de ver o documento final, mas pensa que o que tem foi o documento aprovado, pelo menos foi o que foi para apreciação na altura, e era 3 581 710,30€, e agora diz 3 581 711,00€, existindo uma disparidade de alguns cêntimos, que também não entende, mas pode ser falha do seu documento. -----

Esclareceu a Drª Nélida Soares que o valor do reforço é só parte, é o compromisso que estava previsto para 2013, porque existia montante no orçamento corrigido para 2012, fazendo-se menção apenas ao montante que se está a reforçar. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que este montante que se está a reforçar tem a ver com o contrato que se aprovou. Se tem a ver com o contrato que se aprovou, por que é que não coincide com o valor que tem? -----

Disse ainda que a verba total são 5 081 710,30€. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, referindo que essa verba é que está no orçamento. -----

A Drª Nélida Soares interveio, para dizer que depois deste reforço estarão os 5 milhões de euros, porque já estava lá o outro montante. O orçamento corrigido tem lá 1,5 milhões de euros. -----

Interveio a Srª Presidente, esclarecendo que o orçamento é a verba total. Uma parte que é reforço municipal, que são 35%, e 65% da comparticipação, e a soma dos dois valores dá o valor total. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, mencionando que não, que este valor mais 1,5 milhões de euros dá mais 0,70€, não coincide com os documentos. --

Disse a Srª Presidente que se calhar foi algum arredondamento, o que não sabe,



mas os documentos são sempre previsionais. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que há um contrato, e o valor está a mais. -----

Tomou a palavra a Drª Nélida Soares, dizendo que o valor em causa é em relação ao que se está a reforçar, mas no que respeita ao compromisso assumido ele está correto com o valor que a Srª Vereadora tem no contrato-promessa de compra e venda. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que se a Drª Nélida Soares diz que este reforço é a somar a 1,5 milhões de euros, é o reforço que tem 0,70€ a mais, tendo a Drª Nélida Soares dito que não há problema, sendo natural nestes reforços que se fazem que não se vá à décima, porque senão seria complicado, mas em termos de compromisso, ele é preciso, e a verba vai ao cêntimo. A dotação pode ser além, não pode é faltar. -----

Prosseguiu a Srª Vereadora, questionando se estes 3 581 710,30€ são para entregar no ato da escritura pública de compra e venda, ao que a Srª Presidente disse que ainda não foi feita. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio novamente, questionando, se ainda não foi feita, por que é que há esta correção ao orçamento de dezembro de 2012. Haverá necessidade desta correção? -----

A Srª Presidente interveio, dizendo que é muito simples, e vai dizer uma palavra “mágica”, já teve, inclusivamente, visto do Tribunal de Contas. Isso era no orçamento de 2012 e tinha-se previsto para 2013 o complemento. Neste momento, como o documento para 2013 está suspenso, tem que obrigatoriamente se dar cobertura, porque senão entrar-se-ia num documento que não valia nada. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que, face a estas questões que a Srª Vereadora levantou, e face às informações que a Srª Presidente aduziu, só vem apelar à câmara municipal, e à maioria do Partido Socialista, que exista efetivamente bom senso para que a situação da câmara municipal seja reposta no seu devido lugar. -----

Como a Srª Presidente disse, os instrumentos jurídicos, e neste caso o POCAL, permitem, e bem, que a câmara municipal possa fazer a sua gestão, porque nenhum órgão deste país, e consequentemente a câmara municipal, pode ficar



sem orçamento ou sem instrumento de gestão. -----

Isso é muito claro, e não pode alguém pensar que alguma vez, com alguma instituição desta dimensão ou de outra, ou com esta importância, isso pudesse acontecer, pelo que o que acha é que efetivamente deveria existir o bom senso necessário para que não fosse gente de fora que resolvesse os problemas que existem no município, e que o município pudesse voltar à sua normalidade de gestão e normalidade institucional. -----

Esclarecidos os pontos, os membros da Coligação Novo Rumo não têm nada mais a acrescentar. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo, como é óbvio, que não pode ficar calada em relação ao que o Sr. Vereador disse, afirmando que aquilo que é a sua responsabilidade enquanto presidente da câmara, e a tentativa até ao limite de encontrar entendimentos, não lhe permite responder publicamente, mas terá todo o gosto em responder-lhe em particular. Publicamente não o pode fazer, porque não pode, em momento algum, ao contrário de outros, pôr em risco o funcionamento do município. -----

De seguida, passou à votação do ponto, questionando qual a posição da Coligação Novo Rumo. -----

Responderam os membros da Coligação Novo Rumo que votam a favor. -----

Prosseguiu a Srª Presidente, para dizer que, na realidade, se este documento tivesse sido chumbado, estava em causa um conjunto de coisas por demais importante para o funcionamento da câmara municipal, no seu todo. Compromissos assumidos, todo um conjunto de outras coisas, e por isso regista o voto da Coligação Novo Rumo. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que se percebe que o Partido Socialista ficou muito aliviado, os membros da CDU percebem porquê, e percebem também que o PSD conseguiu resolver um problema, porque, acima de tudo, tem um problema interno. -----

Diz quem sabe que há um vereador do PSD que queria comprometer-se com este orçamento, não sabe que conversas foram feitas, não assistiu a elas, apenas reproduz aquilo que abundantemente lhe foi dito, e chegou de diversas fontes, bastante insuspeitas, para além do aspeto partidário da CDU. -----



Todo este incidente que foi criado efetivamente prejudicou o funcionamento da autarquia, não há dúvidas nenhuma, ficando muito claro que os interesses partidários e as ambições pessoais de alguns protagonistas sobrepuseram-se ao interesse público, porque da parte dos membros da CDU, como já foi dito pela Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, em coerência com o que sempre disseram, não poderiam hoje ter outro sentido de voto que não fosse o de votar contra.-----
Para justificar esse sentido de voto até poderiam falar dos compromissos imobiliários que tanto atraem, quer o PS, quer o PSD, no que toca depois às decisões públicas sobre estas matérias, mas infelizmente cá estarão para, com bastante serenidade, aguardarem por aquilo que o tribunal decidir sobre esta matéria.-----

Fica claro que não valia a pena, e não valeu mesmo nada a pena toda esta perda de tempo, toda esta agitação provocada pelo PSD, para esconder um problema de natureza interna, que é o facto de um vereador do PSD querer votar ao lado do Partido Socialista, para agora vir querer votar e comprometer-se com isto. É, sinceramente, um sentido que só ao PSD diz respeito, que só aos eleitores dirá respeito, mas os membros da CDU, enquanto responsáveis pela câmara municipal, só podem concluir que andaram todos a perder tempo.-----

Se o PSD quisesse ser coerente com aquilo que tem vindo a dizer sobre esta matéria, só tinha era que exercer o seu voto, votando contra, mas o interesse do PSD não era votar contra, era criar agitação, e querer dar nas vistas, ficando claro que os protagonismos e as ambições pessoais uma vez mais se sobrepuseram aos interesses do município.-----

Ao contrário do que diz a Srª Presidente, porque os membros da CDU sabem bem aquilo que estão aqui a fazer, pois além da preparação que têm, fazem parte de uma força política que se chama CDU, que já esteve na gestão da câmara municipal, tem ambições de responsabilidade no país, e os seus eleitos não representam outros interesses que não sejam os que são discutidos no seu coletivo partidário, e dizem que a câmara municipal continuaria a funcionar com toda a segurança e tranquilidade se este orçamento fosse chumbado hoje.-----

Ninguém ficava prejudicado, porque o que fica prejudicado é não se conseguir travar a especulação imobiliária que tomou conta do concelho de Vila Franca de

A
João

Xira, porque os interesses e os reféns que aqui estão comprometidos com estas decisões chamam-se 5 milhões de euros para a conclusão de uma biblioteca que não se sabe bem quando será feita, e quanto virá a custar. -----

Disse que sabe que não estão a gostar daquilo que está a ser dito, mas pede um pouco mais de paciência habitual do Partido Socialista, porque vai já terminar, prosseguindo, dizendo que são também os milhões de euros de compromissos imobiliários para a zona ribeirinha, com uma alteração ao loteamento da Quinta da Piedade, que, ao contrário daqueles que dizem, e é verdade, que há territórios, como o caso da Póvoa de Santa Iria, que estão cheios de betão e precisam de ser requalificados, depois, quando toca a tomar decisões, votam por mais betão e mais betonização. -----

Esta alteração que é hoje presente visa consagrar os interesses imobiliários, pelo que deve dizer que é lamentável tudo isto, bastante lamentável, mas é da vida, e há uma coisa que a CDU tem a certeza, não perdeu a esperança, e não vai perder a esperança de denunciar aquilo que hoje foi decidido irresponsavelmente pelo PSD e pelo Partido Socialista. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que gostaria primeiro, na parte séria da sua intervenção, de dizer que ficou demonstrado que existe responsabilidade, e face ao orçamento de 2012, o PSD, e neste caso a Coligação Novo Rumo, votou a favor, e não poderia, com responsabilidade e em coerência, até porque já tinha estado a favor e esteve a favor enquanto teve responsabilidade no projeto ecobairros, no projeto que é chamado de ecocomunidade - Póvoa central, ou inclusivamente no projeto de que o Sr. Vereador João de Carvalho foi responsável também da nova biblioteca, hoje, passado 1 ano e 3 meses, dizer que afinal não quer, nem o projeto da Póvoa de Santa Iria, nem a nova biblioteca, porque mudaram-se os tempos, mudaram-se as vontades, e não quer. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo demonstraram que, face a instrumentos que estão regularmente aprovados, a projetos em que estão de acordo, estiveram de acordo e estarão de acordo, não terão nenhuma dúvida em continuar a manter o apoio a esses projetos, porque para os mesmos, mais do que a atividade política estão as pessoas, os cidadãos e os interesses que legitimamente têm, a modernidade e a melhoria do seu bem-estar, que a população do concelho anseia,



podendo a mesma contar com a Coligação Novo Rumo. -----

Quanto à parte que é um “fait divers”, e dirigindo-se ao Sr. Vereador Nuno Libório, referiu que há pouco vieram dizer-lhe que o Sr. Vereador passou numa papelaria e “meteu” um jornal ao bolso. Foi à papelaria, não tinha dinheiro, tirou um jornal e “meteu-o” no bolso. -----

Desta forma, considera que aquilo a que se está a assistir é a um conjunto de “fait divers”, além de que se está a assistir que o Sr. Vereador se está a querer colocar em “bicos de pés”, para que o seu partido o coloque, de novo, como candidato à câmara municipal, sendo esse um problema que o Sr. Vereador tem de gerir.-----

Referiu que o Sr. Vereador está tão nervoso que quando falou o próprio não o interrompeu, e ainda agora começou a falar, mas o Sr. Vereador já o interrompeu, e se aguardar mais um bocadinho irá ter mais vontade. -----

O Sr. Vereador é que tem de olhar e ter muita atenção ao que anda a fazer, porque os membros da sua coligação têm perfeitamente definido quem é o candidato que têm, e o que vai fazer no futuro, o que pensa e o que defende para o concelho. -----

Se o Sr. Vereador tem alguma dúvida, deveria aproveitar, olhos nos olhos, quando ele está presente, para lhe dizer, pois com toda a certeza já noutras ocasiões teve oportunidade de lhe responder, e nesta não hesitaria em fazê-lo, no que está absolutamente seguro, como está mais seguro ainda que não hesitará, no momento certo, em dar-lhe a resposta certa face a essas insinuações.-----

Quanto a outras questões, no que respeita aos compromissos imobiliários, se estivesse presente o seu companheiro João de Carvalho, seu camarada e amigo, dizia que até a si lhe dava vontade de rir, e mais uma vez o próprio vai dizer que se alguém foi amigo neste concelho dos empreiteiros, dos amigos dos empreiteiros, e de toda a gente, foram os Srs. Vereadores. Os empreiteiros deste concelho sentaram-se com os mesmos nas apresentações de candidatura, e em tudo o mais que aconteceu neste concelho. Até ao dia em que perderam as eleições alguns destacados membros do grupo dos Srs. Vereadores estavam lá permanentemente com eles sentados à mesa do orçamento, e os Srs. Vereadores vêm agora dizer-lhe que é o PSD que se senta à mesa do orçamento.-----

Os Srs. Vereadores deram-se ao deslante de aprovar, na terra do próprio, uma urbanização, a segunda fase da Quinta da Piedade, onde nem o sol entra, em



vésperas de revisão do PDM, com índices de construção que nunca mais foram repetidos no concelho.-----

Os Srs. Vereadores têm a coragem de vir falar em interesses imobiliários? Entende que os Srs. Vereadores deviam esconder-se, para ver se não se lembram deles, e de todas as negociatas, sendo que até a Várzea de Vialonga estava negociada e comprometida pelos Srs. Vereadores.-----

Quando o Sr. Vereador vem falar da Quinta da Piedade, que não leia os documentos, que não os estude, e que venha para a reunião dizer três coisas, porque não sabe dizer outras, até compreende, mas o documento que hoje vem para falar da Quinta da Piedade é para alterar 3 garagens, dizer às pessoas que lá vão construir os lotes que já estão aprovados que vão poder construir uma garagem, e os Srs. Vereadores estão-lhe a dizer que são interesses imobiliários.-----

Interesses imobiliários foram o que o Sr. Vereador votou ao lado do Partido Socialista, as 6 torres na Quinta da Piedade, onde já há imensa construção, mas como eram os amigos dos Srs. Vereadores, e não sabe se da família Mocho há alguma coisa a ver, votaram a favor. Votaram a favor compromissos do passado do Partido Comunista, mas aí já se esqueceram.-----

Quem quer agitação e enganar as pessoas são os Srs. Vereadores, que andam em vários sítios do concelho a dizer que são a favor disto e daquilo, mas depois chegam à reunião e votam contra, e agora devem ir à Póvoa de Santa Iria dizer aos povoenses que são contra a sede dos Académicos, porque eventualmente o presidente dos Académicos não pertence à Coligação Democrática Unitária. Julga que deve ser isso.-----

São contra a intervenção no Grémio Dramático Povoense, e por isso votam contra, são contra todas as intervenções da Póvoa Central, mas devem ir lá à Póvoa dizer isso, porque o próprio terá imenso gosto em dizer na Póvoa aquilo que disse na altura, quando os Srs. Vereadores andavam a dizer contra o projeto imobiliário "marchar marchar", mas depois votaram lá em cima, na Quinta da Piedade.-----

Esta é a verdade nua e crua, e no partido do próprio o Sr. Vereador Nuno Libório não assiste a uma coisa, que foi aquilo a que assistiu no seu, em que metade da sua bancada, à época, aprovou a Malva Rosa, e outra metade votou contra, porque havia uns que eram presidentes da Sociedade Euterpe Alhandrense e outros que

A [assinatura]

eram presidentes da junta. Esses não alinharam com V. Ex^{as}, esses votaram ao lado da Malva Rosa, então onde é que estão os interesses imobiliários? Eram os da Sociedade Euterpe, eram os da junta de freguesia ou eram os impolutos que votaram contra a Malva Rosa? Eram esses? -----

Terminou, dizendo ser isto que muitas vezes os senhores jornalistas deviam olhar e verificar, onde é que está a coerência do voto do Partido Comunista neste concelho, e a gestão que fez neste concelho durante todos estes anos. -----

Interveio a Sr^a Presidente, pretendendo apenas resolver uma questão, e dizendo que hoje se assistiu que o “cocktail de Vodka laranja” entornou-se, às vezes acontece. -----

Ao Sr. Vereador Nuno Libório refere, quanto ao distribuir e voltar a dar, que há momentos em que não vale a pena. O Partido Socialista teve hoje o alívio, pela responsabilidade que lhe assiste, exatamente por isso é que os seus membros tiveram o alívio, porque não deve o Sr. Vereador ter dúvidas de que se o documento tivesse sido chumbado haveria claros prejuízos para o município e para as pessoas. -----

Se este documento tivesse sido chumbado, há compromissos que foram assumidos em 2012 que dão direitos às pessoas a quem se adjudicaram as obras, a que os Srs. Vereadores foram completamente indiferentes. Sabe que não são a favor da requalificação, nem da zona ribeirinha, nem nada disso, e depois andam toda a vida a arrastar fantasmas. Não vale a pena estar sempre a desenterrar os cadáveres, não vale mesmo a pena, porque o futuro é outra coisa, não voltará a ser igual ao passado, e se se for capaz de, efetivamente, olhar para o futuro de outra maneira, porque tudo mudou, estar-se-á a ser inteligente, e isso é o que as pessoas exigem. -----

Por isso, foi por responsabilidade que os membros do PS ficaram aliviados, têm um trabalho para fazer diariamente, os Srs. Vereadores são corresponsáveis nisso, mesmo quando votam contra, e a sua questão é só essa, é só este esclarecimento, o alívio vem-lhe da grande responsabilidade que assiste ao Partido Socialista. -----

A Sr^a Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, referindo que este orçamento, que afinal passou, mas depois chumbou, porque alguém teve uma indisposição ou o que seja, e toda a gente tem direito a estar muito doente, e com muito peso na




consciência, teria passado, e teria passado com os votos da CDU, caso a postura do Partido Socialista tivesse sido outra, que seria colocar um orçamento feito de outra forma e com algumas propostas que têm sido apresentadas ao longo dos anos, e que o Partido Socialista, porque sempre governou esta câmara municipal com o “quero, posso e mando”, não teve em consideração.-----

Assim, hoje o que fizeram os membros da CDU foi dizer mais uma vez que sim, estão contra a requalificação da zona ribeirinha feita desta forma. Sim, estão a favor da requalificação da zona ribeirinha, desde que não tenham de pagar a bom preço o terreno que se vai usar da Teixeira Duarte. -----

Sim, estão contra a construção do Clube Académico de Desportos, e não sabe quem é o Sr. Presidente, ou seja, conhece mas não sabe qual é a cor política, não é isso que lhe importa, porque as pessoas são boas, más ou mais ou menos sem ser com cartão partidário, mas sim, estão totalmente disponíveis para irem à Póvoa de Santa Iria ou onde quer que seja, e dizerem ao Sr. Presidente do CAD que enquanto não houver uma carta de equipamentos do concelho não faz sentido colocar mais um problema no movimento associativo. Só olhando em redor vê-se uma série de associações que neste concelho estão aflitas para pagar as despesas das instalações novas, que toda a gente quis inaugurar e colocar o nome em tabuletas, só que agora todos têm muitas dificuldades para assumir os compromissos.-----

Desta forma, a posição que tiveram hoje foi totalmente coerente, e hoje a Coligação Novo Rumo foi coerente, coisa que não tem sido, e dá-lhe os parabéns pela coerência, sempre ao lado do Partido Socialista nas grandes decisões que encravam o futuro do concelho de Vila Franca de Xira.-----

Dirigindo-se ao Sr. Vereador Rui Rei, referiu que se diz muita coisa, e por exemplo já ouviu dizer que 6 milhões de euros para uma biblioteca só por cima do cadáver do seu cabeça de lista. Pensa que o Sr. Vereador João de Carvalho estará bem de saúde, tem pena de não o ver nos últimos tempos, e esta foi uma afirmação feita até publicamente, e aí há falta de coerência, lamenta, mas é da vida, como o Sr. Vereador costuma dizer. Hoje houve uma coerência, porque a Coligação Novo Rumo tem andado desviada, sabendo-se que, às vezes, “quando se tira a malga, não se sabe muito bem onde é que se há de comer”, ficando-se um pouco desviado. -----



Interrompeu a Srª Presidente, agradecendo alguma classe na argumentação.-----
Prosseguiu a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que às tantas, mesmo quando se quer ter algum nível, quando se está rodeado de pessoas que às vezes se esquecem fica-se um pouco desnorteado, e francamente há afirmações que se dizem de uma forma tão leviana que lhe custa, até porque se de facto não se deve falar das pessoas quando não estão, não lhe parece de bom-tom usar o nome de pessoas que deram o seu melhor, às vezes mal, outras vezes bem, em prol do município de Vila Franca de Xira.-----

Afirma, mais uma vez, que a CDU não tem problema absolutamente nenhum, nem de ir à freguesia da Póvoa de Santa Iria, nem de ir a uma qualquer freguesia, porque será sempre bem-vinda a qualquer uma das freguesias que visitar. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, mencionando que esta animação a que todos assistiram seria cómica se não traduzisse uma total desnecessidade, e considera que é uma verdadeira perda de tempo, uma vez que não leva a lado nenhum. Essa desnecessidade traduz tudo o que se passou neste processo, até este momento, e crê que as animadas discussões havidas entre a bancada do Partido Comunista e do Partido Social Democrata traduzem bem a posição, quer de um, quer de outro, relativamente à importância que este documento tem para a assunção das responsabilidades que o município tem perante terceiros e todo um concelho que tem de saber com quem pode contar. -----

No caso, sabe que pode contar com a estabilidade, responsabilidade e competência do Partido Socialista, o que gostava de deixar bem vincado, e deixa absolutamente de lado expressões que ouviu, que todos ouviram, e não foi o Partido Socialista que as disse, e que talvez não sejam as mais adequadas para uma reunião deste género, em que as bancadas se digladiaram uma à outra sem que os membros do PS abrissem a boca, assumindo que prejudicaram o concelho, outros mentiram, outros são irresponsáveis, outros não têm palavra, outros dizem uma coisa e fazem outra, dizem uma coisa aqui e fazem outra acolá. -----

Não entram nesse tipo de discussão, acham que ela não é elevada para uma temática desta natureza, e por isso o que o próprio gostaria era de transmitir a serenidade e responsabilidade que é preciso que o PS, e que o município no seu todo tenha, nesta e noutras matérias.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A
[assinatura]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 065

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus tomou a palavra, referindo que gostaria de dizer, muito rapidamente, que efetivamente estas discussões entre as duas bancadas, como o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira disse, são de lamentar, mas são sempre iniciadas pela CDU, e o que não admite é aquilo que a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso disse, que pode ser chamada à atenção pela Srª Presidente, e muito bem, que tinha de ter algum nível nas intervenções, dizendo a Srª Vereadora que quer ter algum nível nas intervenções, mas quando está rodeada destas pessoas não consegue.-----

Não admite isto, porque a Srª Vereadora está a dizer que a própria não tem nível, o Sr. Vereador Rui Rei não tem nível, e todos os da sua coligação não têm nível. São políticos, estão a defender os interesses do município e dos munícipes, e não andam a chamar nomes, nem que seja tacitamente ou sub-repticiamente uns ou outros, e agradecia que a CDU tivesse outro sentido e outro teor nas intervenções.- Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que quando terminou a sua intervenção teve a sensação, mas agora teve a confirmação, que quando se referiu à Euterpe, não era Euterpe, era Sociedade Filarmónica Recreio Alverquense, devendo ficar claro que era, à época, a SFRA, que a pessoa era eleita na assembleia de freguesia, ou do executivo, o que não se recorda, e eleita na assembleia municipal, e votou-se essa matéria.-----

As afirmações que fez estão feitas, basta ir ver à ata e verificar como é que à época votaram, como é que fizeram e como é que o Partido Comunista se comportou e tentou controlar a votação dessas entidades.-----

Quanto ao demais, a Coligação Novo Rumo está absolutamente descansada, e em matéria de "malga", os seus rendimentos e os de toda a gente são absolutamente públicos. Quanto esteve com pelouros nesta câmara municipal, a Srª Presidente é testemunha, e são todos, ganhava pouco mais de 1 000,00€, o carro que usava era o seu, da empresa onde trabalhava, o telefone que usou era o seu, praticamente não fez chamadas daquele número que lá estava, e quando lhe vêm falar de "malga" devem ter eventualmente alguma história para saber, já que deixou de ser vereador com pelouro, mas continua a trabalhar, e olha para muitos outros que deixaram de ser vereadores e nunca mais trabalharam na vida.-----

Interveio a Srª Presidente, perguntando se o Sr. Vereador Nuno Libório quer dizer



alguma coisa, agradecendo ainda que se termine, e que se evitem estas conversas, que efetivamente nada aproveitam ao assunto em discussão.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório tomou a palavra, dizendo com certeza, mas que o discurso do PSD é um discurso inimputável, e como inimputável que é não pode merecer muitas reservas.-----

A Srª Presidente interrompeu, mencionando que tudo isto começa a ser nervosismo eleitoral, e as eleições são só em outubro.-----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o que está a querer dizer é que o discurso do PSD é um discurso inimputável, não merece acrescento de reservas. Tem muitas reservas, e está a falar porque tem direito a falar, sendo que a questão da transparência é uma questão delicada, e pensa que não passará pela cabeça de nenhum dos que hoje está presente ou que por acaso já passou na câmara municipal pôr em causa a honorabilidade dos intervenientes da CDU quando estiveram na gestão da câmara municipal, e até partilharam pelouros, quer com o Partido Socialista, quer com o PSD. Nunca essa honorabilidade foi posta em causa, nem dentro, nem fora na câmara municipal, e portanto é com bastante tranquilidade que, no contexto do ataque político do PSD, se percebe o desnorte da sua argumentação.-----

Há uma questão de fundo, todos, e o PSD também reconhece isso, embora lhe custe ter de o admitir publicamente, têm muito orgulho do concelho que deixaram quando a CDU perdeu as eleições, e tem a certeza absoluta, começando pelo PS, terminando na CDU, abrangendo o PSD, que quase ninguém vai ter orgulho do concelho que vai terminar quando terminar este ciclo autárquico. Provavelmente, esse orgulho não vai ser partilhado por todos. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que o Sr. Vereador Nuno Libório deve ter uma tabela que é só sua, e também não permite que a ofenda. Não tem “sangue de barata”, sendo que o Sr. Vereador às vezes tem uma atitude, ou seja, não gosta de ser ofendido, mas gosta de ofender.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, respondendo não saber como é que a Srª Presidente se sente ofendida por esta apreciação.-----

Retomou a palavra a Sr Presidente, dizendo que os resultados das eleições têm mostrado a apreciação do povo em relação ao trabalho feito. Isso incomoda o Sr.



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 067

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Vereador, e acredita que incomoda, incomoda muito, porque não consegue digerir. Solicita assim que se seja elevado na discussão, porque o Sr. Vereador já está a misturar tudo. Não estava contente, e então pronto.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, referindo, com o respeito que a Srª Presidente lhe merece, que dá por terminada a sua intervenção, mas, e pedindo desculpa, considera que a Srª Presidente não foi correta na forma como lidou agora com esta questão. Termina por agora, não porque fica intranquilo com o recado da Srª Presidente, mas porque lhe deve respeito, vai terminar a sua intervenção, é só por isso, e por respeito pelos presentes.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----

[Handwritten signature]

Assunto: COMPARTICIPAÇÕES MUNICIPAIS PARA APOIO AO ALHANDRA SPORTING CLUB E FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SÃO BAPTISTA DE ALHANDRA PELA JUNTA DE FREGUESIA DE ALHANDRA -----

Presente proposta da Srª Presidente, datada de 2013/01/09, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da atribuição de um apoio municipal à Junta de Freguesia de Alhandra, da verba a transferir pela Cimpor – Cimentos de Portugal, SA, destinado a despesas correntes referentes às seguintes comparticipações: -----

Alhandra Sporting Club – Comparticipação mensal de 2 000,00€, no período de janeiro de 2013 (inclusive) a outubro de 2013 (inclusive), num total de 20 000,00€, para fazer face às despesas de funcionamento e manutenção das Piscinas Baptista Pereira; -----

Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Baptista de Alhandra – Comparticipação mensal de 300,00€, destinada à “Obras das Mães da Paróquia de Alhandra”, no período de janeiro de 2013 (inclusive) a outubro de 2013 (inclusive), num total de 3 000,00€, para direccionar a apoio às famílias mais carenciadas da freguesia.-----

A Srª Presidente referiu que este ponto insere-se naquilo que é habitual vir a reunião de câmara. No caso concreto, é presente porque a deliberação tomada por unanimidade no ano anterior, embora o documento fosse o mesmo e mencionava que era até outubro, foi tomada apenas para o ano 2012, pelo que se traz hoje a parte correspondente ao ano de 2013.-----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, perguntando se por acaso já há alguma noção do que vai acontecer após outubro de 2013, ou seja, na altura em que vão acabar as transferências da junta de freguesia, principalmente para o Alhandra Sporting Club, se há conversas com o clube e se se sabe o que é que o Alhandra tem em termos de projetos para o futuro que lhe permita sobreviver relativamente ao seu grupo. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo têm duas questões a colocar, não estão obviamente contra as comparticipações em causa, ao Alhandra Sporting Club e à Fábrica da Igreja Paroquial, a questão que apontam é que este apoio tem a ver com o plano



plurianual de 2013, que ainda há pouco a Srª Presidente acabou de referir que está suspenso, pelo que perguntam como é que se vai votar este ponto da forma como está, não sabe se há outra maneira em termos contabilísticos de o fazer, mas assim como está não o podem votar favoravelmente. -----

Interveio a Srª Presidente, pedindo à Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus que explique porquê. -----

Esclareceu a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus que a proposta refere “O PPI 2013, que prevê e contempla a atribuição e verbas”, ou seja, vem tudo no seguimento dos documentos do PPI de 2013, que estão suspensos. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que se vai proceder à correção do ponto, porque vão-se atribuir estas verbas em 2013, de acordo com o orçamento corrigido de 2012. -----

Interveio o Dr. Fernando Barreiros, referindo que uma vez que já foi aletrado o ponto 2 da ordem do dia e estas participações decorrem da alteração desse ponto, se calhar não há necessidade de alterar o ponto 3. -----

A Srª Presidente interveio, dizendo que, ao que vê, estão todos de acordo com o objeto, o que falta é ver que tipo de alteração é necessária, e irá chamar a Drª Nélida Soares para ver com o serviço. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que estas participações não estão incluídas no ponto 2. -----

Respondeu a Srª Presidente que já estavam contempladas, porque nos documentos de 2012 há verba que chegue para cobrir, pelo que não fazem parte da alteração do ponto 2. -----

Se entendeu bem, a preocupação da Srª Vereadora é que diga que é de acordo com o documento corrigido de 2012 para o ano económico de 2013, e o que se tem que modificar é apenas o facto de no ponto 2 da proposta estar escrito PPI 2013, pondo a indicação “de acordo com o instrumento corrigido de 2012 para o ano económico de 2013”, o que vai ser corrigido de seguida. -----

Deliberado, por unanimidade, de acordo com a proposta da Srª Presidente, com a alteração referida. -----

[Handwritten signature]

Assunto: PROGRAMA EVOCATIVO DO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE ÁLVARO CUNHAL – PROPOSTA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA-----

Presente para aprovação a proposta da Coligação Democrática Unitária, datada de 2013/01/09, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, referente ao programa evocativo do centenário do nascimento de Álvaro Cunhal. -----

Interveio a Srª Presidente, solicitando ao Dr. David Santos que dê conta, desde logo, daquilo que são as negociações que estão a decorrer com o PCP para as comemorações do centenário de Álvaro Cunhal.-----

O Dr. David Santos interveio, dizendo que o município de Vila Franca de Xira tem um conjunto de atividades programadas precisamente para evocar o centenário de Álvaro Cunhal. O Museu do Neo-Realismo irá inaugurar, no dia 9 de novembro deste ano, uma exposição evocativa da relação de Álvaro Cunhal com o neorrealismo, exposição essa comissariada cientificamente pelo Professor João Madeira, que será o momento alto da comemoração, e sobretudo dessa evocação sobre a importância de Álvaro Cunhal na cultura neorrealista.-----

Haverá ainda uma sessão na biblioteca municipal de Vila Franca de Xira, de apresentação da fotobiografia de Álvaro Cunhal, quando ela estiver concluída, e será apresentada também nesse contexto.-----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo que os membros da CDU já tinham a informação das reuniões que o Dr. David tinha feito com a comissão coordenadora, e sabiam do andamento perfeitamente normal e daquilo que seriam as exposições a realizar no Museu do Neo-Realismo, mas aquilo que pretendiam dizer à câmara municipal é se estaria disponível para, em conjunto com isto, ter uma exposição que pudesse ser itinerante pelas juntas de freguesia, ou pelas coletividades do concelho que o quisessem fazer. -----

Retomou a palavra o Dr. David Santos, mencionando que a exposição não está prevista para ser itinerante, atendendo a que as exposições itinerantes, normalmente, não configuram a presença de documentos reais, pelo manuseamento que deve ser evitado, e também por terem um valor patrimonial que é complicado depois preservar, numa ideia de exposição itinerante.-----

Esta exposição, no fundo, tem documentos do acervo do Museu do Neo-Realismo,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 071

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

mas também outros que serão pedidos à Torre do Tombo e também ao Partido Comunista Português, não estando previsto fazer itinerância, e pensa que o Sr. Vereador se está a referir eventualmente a algumas exposições que o Partido Comunista tem previstas nesse sentido itinerante. -----

O Sr. Vereador Bernardino Lima interveio, dizendo que o que disse não foi que se substituísse uma pela outra, era que esta, tal como está a ser planeada, devê-lo-ia ser, mas que outras, de menor dimensão certamente, poderiam ser itinerantes pelas juntas de freguesia ou pelas coletividades. -----

Interveio a Srª Presidente, clarificando que o Partido Socialista não está de acordo com a proposta da CDU, que se compre uma exposição ao PCP, estando de acordo, e disponível, para que o PCP disponibilize uma exposição, que a câmara municipal faça correr pelas entidades, o que é outra coisa. Quanto à aquisição de uma exposição, não, uma vez que se vai fazer um investimento no trabalho que se está a desenvolver. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, lembrando as palavras que o Sr. Vereador João de Carvalho teve na passada reunião de câmara, em Vialonga, em que fez a sua intervenção e teve oportunidade de demonstrar e manifestar o seu apreço pela importância que, quer se discorde ou não, Álvaro Cunhal teve na história recente de Portugal. -----

Quanto à restante questão, que é adquirir uma exposição, não estão de acordo, mas não veem nada contra se o Partido Comunista disponibilizar uma exposição para que esteja patente em Vila Franca de Xira, desde que a democracia se aplique para outros dirigentes que não sejam também das mesmas correntes políticas. -----

Já assistiu a votações, mesmo na junta de freguesia, de ilustres vila-franquenses que em determinada altura pertenceram a outras correntes políticas, e viu votarem contra. É verdade o que está a dizer, e aliás estava há pouco tempo um eleito na assembleia de freguesia que poderia confirmar isso. -----

Não lhe afeta, nem a ninguém, e o Sr. Vereador João de Carvalho teve uma intervenção com a qual concorda na íntegra, mas pensa que já passaram tantos anos de 74 que se deveria estar um bocadinho mais à frente, e poder avaliar aqueles com que se concorda e com os que não se concorda, vendo e dando oportunidade a toda a gente de emitir a sua opinião. -----



Estão de acordo que se divulgue às novas gerações quem foi Álvaro Cunhal, a sua vida, a sua obra e o que ele defendeu, desde que a câmara municipal tenha a mesma abertura para outros, com os quais o próprio pode até estar em completo desacordo, mas quem concorda tem direito de poder avaliar, e quem discorda também tem o direito de poder avaliar, para criticar, e só assim é que se pode crescer e fazer a opinião que se tem.-----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, mencionando, só para que não se fique com a noção de que o custo que os membros da CDU estão a propor, da compra de uma exposição, é uma coisa intolerável, que a exposição custa 150,00€, pelo que não estão a falar de qualquer coisa que é diabolicamente cara, e que a câmara municipal não possa fazer o suporte de um custo dessa natureza.-----

A Srª Presidente interveio, questionando ao Dr. David Santos se nas reuniões que tem tido essa questão foi colocada, ao que o Dr. David Santos respondeu que só houve ainda uma reunião, e ficou acordado que o município tinha uma programação própria, de evocação do centenário de Álvaro Cunhal, e que seria a comissão das comemorações do centenário que iria adotar a programação do município. No fundo, era mais no sentido contrário.-----

No sentido do Partido Comunista Português, para a programação do município, o próprio falou do lançamento da apresentação formal, na biblioteca de Vila Franca de Xira, da fotobiografia, que será editada por ocasião do centenário.-----

Quanto às exposições itinerantes que o PCP propôs, propôs apenas em abstrato, não colocou nunca nenhuma questão formal no sentido de uma orçamentação, e para si é absolutamente uma novidade a questão de ser 150,00€ ou qualquer outro valor.-----

Interveio a Srª Presidente, propondo, na medida em que o município, pelas razões já expostas pelo Dr. David Santos, e até antes dos contactos já tinha planeado assinalar este centenário, como faz todo o sentido, que no âmbito dos contactos que tem aborde esta questão, para se perceber melhor como é que é, bem como os contornos, sendo que 150,00€ até lhe parecem um pouco para o ridículo. Uma exposição que custe 150,00€, para ser itinerante, se calhar não dura uma itinerância nenhuma, mas não sabe.-----

O Dr. David Santos deve pois analisar, para se perceber e tomar a seguir a decisão,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 073

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

questionando se todos estão de acordo.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo, neste caso, e com esta informação, se a câmara municipal entender, e se o responsável entender que é complementar, não veem nenhum problema que assim seja, salvaguardando mais uma vez que espera que tenham todos a mesma abertura para tudo o que aí vem. Recorda-se de uma outra conversa, que não sabe como ficou, da comemoração do responsável e, no fundo, do pai do Colete Encarnado, em que esperava que tivesse também um acolhimento por parte de toda a câmara municipal, da comemoração da sua vida e daquilo que trouxe para Vila Franca de Xira. -----

A Srª Presidente interveio, referindo que a câmara municipal manifestou toda a disponibilidade por participar na homenagem a José Palha e tudo o mais, podendo ser que aconteça, porque está-se sempre na hora de o fazer. -----

Quanto a esse aspeto, pode o Sr. Vereador ficar descansado que não haverá da parte do Partido Socialista nenhuma objeção em relação a essa questão, estando aliás bem lembrada dos momentos em relação a evocações de Francisco Lucas Pires e de Francisco Sá Carneiro.-----

Quanto ao assunto em concreto, fica o Dr. David Santos com esta incumbência, sendo que depois virá certamente uma informação à câmara municipal.-----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com o proposto pela Srª Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 075

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº 042

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. VICE-PRESIDENTE-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 29/13, de 16/01, do DPGQU/SAP, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Vice-Presidente, no período compreendido entre 2013/01/03 e 2013/01/15, respeitantes a licenciamentos de obras particulares "construção/utilização". -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 29/13, de 16/01, do DPGQU/SAP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Nº 3, do artº 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro. -----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: ESTUDO DE RECONHECIMENTO GEOTÉCNICO DO TERRENO DESTINADO AO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA FRANCA DE XIRA – LIBERTAÇÃO DA CAUÇÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 7/13, de 10/01, do DPGQU/DF, para aprovação da libertação da caução, prestada através da garantia bancária nº 97/027/42028, emitida em 1997/01/27, pelo Banco FONSECAS & BURNAY, SA, no montante de 337,44€, referente ao concurso limitado sem apresentação de candidaturas para reconhecimento geotécnico do terreno destinado ao Quartel dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira, adjudicada à Geocontrolo – Geotecnia e Estruturas de Fundação, SA (anterior Geocontrolo - Gabinete de Geotecnia e Topografia, Lda).-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 7/13, de 10/01, do DPGQU/DF, e informação nº 7/13, de 04/01, do DPGQU/DF, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo que a sua pergunta é o que terá acontecido para que, em face de um estudo geotécnico feito em 1997, há mais de 15 anos, só agora seja libertada a garantia que foi apresentada nesta altura.-----
Se tivesse sido um trabalho qualquer feito, ainda poderia pensar que foi um esquecimento apenas, mas um estudo geotécnico não parece. No fundo é a mesma coisa, mas foi há 15 anos atrás. Quando há uns meses atrás, em agosto, houve conhecimento da existência daquela lei que obrigava a que ao final do primeiro ano houvesse uma libertação de 30%, e no segundo ano outros 30%, pelo

[Handwritten signature]

menos o próprio queixou-se do que poderia acontecer quando se detetasse que havia uma imperfeição, e vai haver um caso destes daqui a pouco, e que já não houvesse garantia bancária suficiente para repor as coisas todas, e talvez isto explique muito da existência desta lei.-----

Esta situação foi há 15 anos, a situação do ponto 19 foi há 12 anos, e também é estranho que as empresas continuem a pagar comissões bancárias e não se mostrem preocupadas em querer da câmara municipal a liquidação das garantias.

Respondeu a Srª Presidente que aquilo que deveria ser um procedimento normalíssimo, que era a gestão das garantias bancárias, não foi, e não foi desde nunca, o que levava a que, inclusivamente, acontecessem situações como aquela que já tem levado a grandes desacordos. Não é desacordo, é argumentação política, porque se está de acordo, ou seja, as garantias têm que responder a determinados requisitos para que na efetividade o sejam. Ora, não pode ser uma garantia datada, tem que ser controlada, tem de estar registada na contabilidade, e isto nunca tinha sido assim.-----

Agora que se tem vindo a organizar, e é preciso “desenterrar mortos”, porque é preciso ir ver todos os processos, aparecem nas contas operações de tesouraria, neste momento, salvo erro, qualquer coisa como 2 milhões de euros, que significam as garantias em dinheiro, no caso concreto, e tem sido possível encontrar estas.-----

Há estas situações, e outras ainda muito anteriores, que por serem de pequenos valores tinham ficado, pura e simplesmente, e nem quem as tinha apresentado se tinha mais preocupado. Se calhar essas pessoas já nem estão vivas, outras as substituíram nas empresas, e agora os serviços do Sr. Vice-Presidente têm vindo realmente a corrigir. Têm vindo a fazer sobre isso um grande trabalho, e tem despachado sucessivamente aquelas que são de valores que não necessitam de ser presentes à câmara municipal.-----

Dirá que a situação desta delonga toda tem a ver com o facto de agora se estar a organizar um serviço e, como tal, daí resultarem estas situações.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que o pedido de informação do Sr. Vereador tem toda a justificação, e o próprio, quando chegam estas informações, pergunta qual foi o percurso disto, e o que é que aconteceu.-----



Fl. ~~Ata~~ 078

Reunião de 2013/01/23

Proc^o 10/96 ONEREDCM

Deliberação nº

Duas coisas acontecem, uma é a surpresa e estranheza de o interessado ou os interessados não reagirem, e outra a necessidade de melhorar a organização. É isso que se tem vindo a fazer, e provavelmente, quase de certeza, vão aparecer em reunião de câmara outras situações deste tipo, porque há que limpar os processos.

Agora é mais fácil, porque, de facto, no urbanismo, e também nas obras municipais, tem havido uma troca de informação com a Divisão de Contabilidade, que tem permitido melhorar consideravelmente estas questões das garantias, e que alguém, na câmara municipal, tenha a responsabilidade, em cada momento, quando os prazos o determinam, de resolver, mesmo que o interessado não o requeira. -----

Pensa que no futuro estas coisas não acontecerão, mas de certeza absoluta que há ainda muita coisa que vai ter de vir a reunião de câmara, que se tem de resolver.-----

Há outras situações mais complicadas, em que as próprias empresas entraram em insolvência, e têm que se tratar estas matérias com os administradores da insolvência, sendo processos, de qualquer modo, que se têm resolvido. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.



1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO MUNICIPAL DA QUINTA DA PIEDADE - PÓVOA DE SANTA IRIA - RESULTADO DA DISCUSSÃO PÚBLICA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 4/13, de 08/01, do DPGQU/D, para aprovação, após o período de discussão pública, da alteração ao loteamento municipal da Quinta da Piedade, na Póvoa de Santa Iria. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 4/13, de 08/01, do DPGQU/D, e planta final, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A Srª Presidente referiu que o assunto já veio a reunião de câmara, tem a ver com uma reclamação, foi retirado, voltou novamente a reunião de câmara, voltou a ser retirado e volta hoje à reunião. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU votam contra.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



1. Assunto: PROJETO DE LOTEAMENTO – VERDELHA E DROGAS – ALVERCA DO RIBATEJO - APRECIACÃO E DECISÃO SOBRE RECLAMAÇÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 73/12, de 18/12, do DPGQU/Direção, para apreciação e decisão sobre a reclamação apresentada pelo Banco Espírito Santo, que requer a revogação da deliberação tomada em 2012/09/05, referente ao loteamento da Verdelha e Drogas, na freguesia de Alverca do Ribatejo. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 73/12, de 18/12, do DPGQU/Direção, reclamação (req. 67305/12), informação nº 24/12, de 21/06, da DGU, informação/despacho nº 36/12, de 14/08, da DGU e parecer do Dr. Manuel Rodrigues, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Presidente, referindo que se trata da reclamação que o Banco Espírito Santo apresentou, enquanto interessado, que já veio a reunião de câmara em momento anterior e foi retirada para melhor apreciação. -----
Entretanto, nada tendo a ver com o que hoje vem à reunião de câmara, e de acordo com aquilo que foi a decisão tomada, foi disponibilizado para a comissão de ambiente fazer a apreciação do processo que esteve na origem desta reclamação, voltando hoje só a questão da reclamação a reunião de câmara. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo pensar que, em bom rigor da verdade, o que se esperaria hoje seria um relatório dessa comissão da assembleia municipal. Foi esse o entendimento dos membros da CDU e, salvo melhor opinião, foi essa a decisão tomada por maioria pela Assembleia Municipal de Vila Franca de



Xira, que, e é pena não terem agora o requerimento para poderem fazer uso dele, determina a suspensão de todo o processo até que esta comissão, que pensa que será a comissão de ambiente, ou de ordenamento do território, ou qualquer coisa parecida a isso, se pronuncie sobre esta matéria. -----

A CDU já apreciou a questão, rejeitando-a. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que o assunto voltou à reunião de câmara. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que também leu um parecer jurídico que, enfim, não era rigoroso em termos do que efetivamente se pode extrair da reunião de câmara. Nesse parecer até leu coisas de que os vereadores que tinham inviabilizado o loteamento, não tinham justificado ou fundamentado, mas a CDU fundamentou e sabe por que é que votou contra. -----

A CDU votou contra, não por uma questão de capricho, fê-lo pelas razões que nessa altura disse e que para o efeito são as que mantém hoje na apreciação que faz sobre esta matéria, mas repara que esse parecer jurídico não está aqui. -----

Não se quer dispersar da questão de fundo, e o entendimento dos membros da CDU sobre esta matéria é que não podem sequer analisar e muito menos deliberar uma situação que depende de uma avaliação da assembleia municipal, seria um desrespeito político e institucional para com a assembleia municipal. -----

Interveio a Srª Presidente, pedindo ao Dr. Manuel Rodrigues que esclareça de uma forma clara e objetiva aquilo que está hoje em apreciação. -----

Tomou a palavra o Dr. Manuel Rodrigues, dizendo que o que está em apreciação é uma reclamação que o interessado formulou da deliberação que a câmara municipal tomou sobre esta matéria, o interessado não concordou e veio reclamar.

Há várias formas de reagir, vai recordar coisas que todos sabem, uma delas é reagir para o próprio órgão que tomou a decisão, e chama-se a isso reclamação. ----

Sintetizando, o que há a ver, no seu entender, são os fundamentos da reclamação e depois decidir em conformidade. -----

Pensa que os Srs. Vereadores tiveram acesso a um pequeno texto que escreveu, pelo que, como é óbvio, não os vai fazer perder tempo a repetir o que dele consta e daí com certeza facilmente entenderão que a seu ver a reclamação deve ser deferida, não há alternativa, há vícios formais da deliberação que devem levar ao deferimento da reclamação, o que não significa, e também facilmente concluirão



isso, que alterem ou não alterem a deliberação que foi tomada antes. -----

Dirigindo-se à Srª Presidente, disse que irá dar uma informação, que admite que nem todos os Srs. Vereadores a tenham, e depois coloca-se à disposição, como é sua obrigação, e com gosto o faz, para qualquer esclarecimento que seja necessário.-----

Em paralelo com a reclamação, porque entretanto não tinha havido decisão sobre ela, o BES já interpôs ação contra o município, impugnando a deliberação, e aí sim, além dos fundamentos que estão aduzidos na reclamação, aduz também um outro fundamento para o qual já tinha alertado no pequeno texto que escreveu, que é o da falta de audiência prévia. -----

No caso de a deliberação não ser deferida, é necessariamente um processo que o município vai perder, permitindo-se sublinhar, independentemente da decisão que os Srs. Vereadores entendam tomar sobre o fundo da questão, que seguramente estarão de acordo em relação a estes aspetos formais. -----

Terminou, colocando-se à inteira disposição para o que possa ajudar a melhor explicitar.-----

Interveio de novo o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o que os membros da CDU disseram, pensa que não terá ficado claro, não sabe, mas é à Srª Presidente e com a câmara municipal que têm de esclarecer e expor as dúvidas, e partindo do pressuposto que o raciocínio do Dr. Manuel Rodrigues é também o raciocínio da Srª Presidente da câmara, chamam a atenção para o seguinte: -----

O que a CDU coloca é que não é de se analisar esta situação, e a CDU só vai analisá-la quando a assembleia municipal tecer esse comentário, que foi a deliberação por maioria de razão da última vez em que estiveram reunidos. Quando vier esse relatório da assembleia municipal, está em condições de poder apreciar esta matéria em reunião de câmara. Faz só esta pequena precisão, até tendo presente a preocupação do Dr. Manuel Rodrigues, não há nenhum atropelo ou tentativa de atropelo da parte dos membros da CDU, apenas há um respeito por uma decisão. -----

Interveio o Dr. Manuel Rodrigues, dizendo não saber se o Sr. Vereador tem presente um elemento, que é o seguinte: a deliberação que refere da assembleia municipal não tem o efeito de suspender este procedimento, nem o de suspender o



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 083

Reunião de 2013/01/23

Procº 10/03 LOTEPDM

Deliberação nº _____

prazo para contestar a ação que já está interposta. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que ao fim ao cabo o Dr. Manuel Rodrigues já enquadrou a situação, está-se perante um pedido de reanálise do processo, na sequência de uma reclamação. Foi feito o que tinha de se fazer, que era trazer este processo novamente a apreciação, e quanto àquilo que a assembleia municipal decidir na sua respetiva comissão, o parecer não é vinculativo, como todos sabem, pelo que nada impede que hoje se aborde esta matéria. Cada um assume a sua responsabilidade neste assunto, e votará de acordo com aquilo que pensa. -----

Naquilo que diz respeito ao Partido Socialista, os seus membros continuam a manter as posições que estão expressas nas informações técnicas que apresentaram na reunião de câmara de 26 de junho de 2012. Para si essas informações técnicas mantêm-se atuais, não há nenhuma alteração, e respondem totalmente àquilo que é reclamado na exposição do BES. -----

A câmara municipal tem de facto hoje que decidir, da forma que bem entender, não pode é enviar ao reclamante os fundamentos pelos quais algumas das forças políticas votaram contra, a menos que se enviem única e exclusivamente as atas das reuniões onde as declarações que foram feitas expressam as opiniões de cada uma das bancadas. Não pode o Partido Socialista, que está de acordo com a posição e com a informação que trouxe a reunião de câmara, estar a enviar os fundamentos do indeferimento e do voto contra. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que, para iniciar, os membros da Coligação Novo Rumo têm várias dúvidas que talvez o Dr. Manuel Rodrigues depois lhes poderá confirmar ou responder, porque têm a sua própria resposta, mas poderá não ser a correta, e por isso é que continuam com dúvidas. ---

O que vem hoje a reunião de câmara é para se decidir se se declara procedente a reclamação e, em consequência, revoga-se a deliberação tomada a 5 de setembro de 2012, que, se se decidir que tem procedência, virá novamente a reunião de câmara. -----

Perguntou se isso está assente, e se compreenderam bem. -----

Respondeu o Dr. Manuel Rodrigues que sim, ou não, depende da atitude e da posição que a câmara municipal tome sobre a reclamação. -----



Esclareceu a Srª Presidente que o que a Srª Vereadora disse foi que se a câmara municipal decidir favoravelmente à reclamação revoga a decisão que foi tomada anteriormente, e o assunto tem de vir de novo a reunião de câmara.-----

O Dr. Manuel Rodrigues referiu que o particular reclamou de uma deliberação camarária. Com que fundamentos? Vários: alguns formais e outros substanciais. São formais designadamente a falta de indicação de fundamentação a que acresce, a seu ver, a falta de audiência prévia; e há um substancial: o reclamante entende que a câmara municipal não decidiu bem.-----

Se a câmara municipal agora der razão quanto ao argumento de que não decidiu bem, a câmara municipal defere a reclamação, revoga a sua deliberação e toma outra em sentido contrário. -----

Se aceitar só que a deliberação não tem fundamentação, e a seu ver não tem, e que não houve audiência prévia, e a seu ver não houve, a câmara municipal pode revogar a sua deliberação, deferindo esta reclamação, mas se tomar outra deliberação ou nem sequer se pronunciar sobre a questão de fundo, o processo tem de fazer marcha atrás: tem de se preparar a fundamentação, tendo em conta os fundamentos aduzidos para o entendimento camarário que prevaleceu, que foi o de rejeitar o loteamento, porque esses passam a ser os fundamentos para o projeto de decisão, e depois, sobre esse projeto, ouvir os interessados.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que agora vem a sua segunda questão. Segundo o que lhe pareceu do parecer do Dr. Manuel Rodrigues, considera que a câmara municipal não fundamentou, de facto e de direito, a deliberação tomada, pelo que neste ponto a reclamação deverá proceder.-----

Depois, também considera que não houve audiência prévia, e também neste ponto a reclamação deverá proceder. Sabe que as consequências são completamente diversas, portanto, são os dois únicos vícios em que considera, ao fim ao cabo, que a reclamação tem razão.-----

O Dr. Manuel Rodrigues tomou a palavra, mencionando que percebe o que a Srª Vereadora quis dizer, mas teme que possa haver dúvidas. -----

Não diz que não há fundamentos para a deliberação, reporta-se à ata, o reclamante diz que a ata não contém, e também pensa que, de facto, a ata não os contém, mas o que diz é que o reclamante invoca esses fundamentos, e a seu ver,



de facto, não estão explicitados. Esteve na reunião, ouviu os Srs. Vereadores a falar, esses fundamentos existem, mas pensa que não estão na ata, ao menos suficientemente explicitados. -----

Em relação à audiência prévia, não é um vício que tenha sido levantado pelo reclamante, mas é um vício que o próprio levantou na referida nota, sendo certo que esse vício agora já foi levantado na ação de anulação. A seu ver esse vício é evidente, porque antes a proposta e todas as informações técnicas eram no sentido de deferir. A câmara municipal entendeu de forma diferente, foi no sentido de indeferir, e sobre esse indeferimento os particulares não foram ouvidos, sendo um vício nítido. Isso não tem a ver com aprovar-se ou não o loteamento, são coisas diferentes. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, questionando se então há uma ação interposta em tribunal para declarar a anulação ou a nulidade da deliberação de 5 de setembro de 2012. -----

Respondeu o Dr. Manuel Rodrigues que a informação que deu há pouco é a de que foi interposta, no final de dezembro, e pensa que a notificação é de 19, mas se calhar é de 18 ou 20 de dezembro, cujo prazo para contestar termina nos princípios de fevereiro, uma ação de anulação contra esta deliberação, que em síntese invoca os mesmos fundamentos, acrescentando o da falta de audiência prévia. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que, esclarecidas as dúvidas dos membros da Coligação Novo Rumo, porque podiam não estar a entender bem, colocam uma questão. Então vale a pena votarem contra esta situação? -----

Consideram que não vale, porque o parecer do Dr. Manuel Rodrigues dá razão ao BES. Deliberaram sobre uma certa e determinada situação que lhes é colocada, e que afinal era ilegal, sendo que o próprio advogado da autarquia, o Dr. Manuel Rodrigues, obviamente não pode ir contra a lei, não pode até dar opinião contrária à lei, mas é uma reunião pública, e está a falar-se de uma ação em tribunal, ou seja, ficam "entre a espada e a parede" para decidir. -----

Se decidirem que afinal não vão conceder procedência à reclamação porque não concordam, têm a ação perdida em tribunal, com este parecer, que assume que a



câmara municipal não atuou bem.-----

Aos membros da Coligação Novo Rumo, como vereadores, coloca-se-lhes a questão de como é que vem uma deliberação a reunião de câmara, por exemplo, em que não foi cumprido o direito à audiência prévia. Será que não foi cumprido o direito à audiência prévia?-----

Todos sabem que durante o procedimento, se os interessados forem ouvidos ao longo do procedimento, sobre as várias fases do procedimento, e se tiverem acesso a tudo pode ser dispensada a audiência prévia. Está-se a dizer que não foram ouvidos em audiência, acredita, e confia no Dr. Manuel Rodrigues, mas não têm elementos para decidir que efetivamente não poderia ter sido dispensada essa audiência prévia. Falta-lhes o histórico, deveria ser dito, e não acredita que no total do procedimento não tenham existido várias reuniões, várias comunicações, e que de repente tenha sido tomada uma decisão desfavorável ao interessado, e que o interessado tenha sido surpreendido com essa decisão.-----

Sinceramente, neste caso não acredita, e por isso, não sendo assim, não está violado o direito de audiência prévia. Agora, também pode ser assim, se lhe demonstrarem que foi assim. Mas se lhe demonstram que foi assim, como é que vem um ponto a reunião de câmara, em que os técnicos da câmara municipal não verificam que foi violado o direito de audiência prévia?-----

Sabe-se que o direito de audiência prévia é um direito que está intrínseco no espírito dos dirigentes da câmara municipal, pensa que deve estar, e enquanto a própria teve pelouros sabia, todos os funcionários tinham isso na cabeça, pelo que questiona o que é que aqui aconteceu.-----

Isto causa alguma perplexidade e insegurança aos membros da Coligação Novo Rumo, porque aconteceu com este ponto, mas pode acontecer com outros.-----

Quanto à questão de fundamentar, de facto e de direito, o Dr. Manuel Rodrigues disse que esteve presente, e que ouviu os fundamentos, mas que não estão na ata, não sabendo o que é que há de dizer quanto a isto.-----

Não vai dizer o sentido de voto da Coligação Novo Rumo, uma vez que os seus membros ainda vão ter que conferenciar, porque efetivamente precisavam destes esclarecimentos, mas não sabe se têm até alguma liberdade de decisão, tendo em causa este parecer, e acha que ficam “entre a espada e a parede”.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 087
Reunião de 2013/01/23
Procº 10/03 LOTEPDM
Deliberação nº _____

A Srª Presidente interveio, dizendo que compreende perfeitamente as questões que a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus levanta, mas, ao mesmo tempo, quer só reforçar o que o Dr. Manuel Rodrigues disse, pedindo o favor que o mesmo a corrija, se não disser correto. -----

O Dr. Manuel Rodrigues o que vem trazer é que com a decisão de hoje, que quase que é uma decisão tacitamente adquirida, face aos vícios formais referidos. Não se está a aprovar o loteamento, está-se a revogar, por razões formais, a decisão que foi tomada, e a forma como o foi. O processo, em si, terá de vir de novo a reunião de câmara. -----

Depois, há outra coisa que gostaria de ver esclarecida, e que tem a ver com as questões levantadas agora pela Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, e aí não sabe se é o Dr. Manuel Rodrigues, se é o Arqtº Nuno Santos. Então, como é que isto acontece? -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, solicitando a ajuda da Srª Presidente para as datas, que não são o seu forte, questionando quando é que, por decisão da maioria, se decidiu não aceitar o licenciamento, tendo-lhe sido respondido que foi em 5 de setembro. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador, mencionando que então foi em setembro de 2012, questionando, de seguida, quando é que se concluiu a revisão do Plano Diretor Municipal - PDM, e se se publicou o respetivo regulamento e as plantas de ordenamento, ao que a Srª Presidente respondeu que foi em novembro de 2009.----

Continuou o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando se é ou não verdade que esta empresa, ou quem a representou, na devida altura, designadamente em fase de discussão pública, apresentou diversas reclamações sobre esta área, contestando a posição vinda do município em fase da comissão de acompanhamento do PDM. É ou não é verdade que houve reclamações por parte desta empresa, que não foram acolhidas, por força da publicação do PDM? -----

Partindo deste pressuposto, e a pergunta dos membros da CDU é a de que houve, e a câmara municipal não lhes deu provimento, assim sendo, no devido tempo, e no tempo da discussão do PDM, diversos intervenientes tiveram todas as prerrogativas legais para se pronunciarem, como também a câmara municipal criou-lhes todas as condições legais e habilitadas para lhes dar razão ou não, o que



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 088

Reunião de 2013/01/23

Procº 10/03 LOTE PDM

Deliberação nº _____

acabou por acontecer quando da publicação do PDM revisto em 2009.-----
Nessa publicação concluiu-se, entre outros aspetos, que esta área, que nos termos do plano anterior era urbanizável, passava para área condicionada do ponto de vista da sua aptidão à construção. Pensa que isto também é verdade, e estará presente na memória de todos. Portanto, mesmo assim, e contrariando de certa forma o sentimento político que esteve sempre subjacente à deliberação de 2006, quando da celebração do protocolo com esta empresa para a instalação e construção da ETAR, a câmara municipal, que sempre disse que esse protocolo em 2006 não significava nenhuma aprovação de princípio, ou constituía algum direito urbanístico para uma futura urbanização nas zona das salinas de Alverca, e se houver alguém que tenha dúvida sobre essa matéria, e pede que a questão seja devida e corretamente analisada, que se verifique a ata, que aliás até constou na última vez em que o ponto foi objeto de discussão entre a câmara municipal, da discussão de 2006, em que a Srª Presidente, com as responsabilidades que lhe estavam conferidas, afirmou, de uma forma absolutamente inequívoca, que aceitar um acordo para instalar a ETAR não significa aprovar previamente toda e qualquer urbanização sobre esta matéria, deixou a garantia que esse licenciamento tinha que acontecer.-----

Esse licenciamento não aconteceu, por força da publicação do PDM, que determinou que aquela área era uma área proibitiva, uma área não disponível para construção, e que ficava ambientalmente protegida nos termos da Estrutura Ecológica Urbana, que é assim que hoje define o PDM. Daí, em setembro de 2012, terem os membros da CDU votado contra, como votaram, e a posição da CDU está perfeitamente clara nas atas, e ninguém pode dizer que não está justificada ou fundamentada. A CDU, na ata, justificou e fundamentou, e utilizou como argumento principal a clara violação do PDM em vigor. -----

Portanto, a questão agora é só esta, os membros da CDU, em respeito com a assembleia municipal, teriam que esperar pelo relatório da respetiva comissão de ambiente, e se for o entendimento da maioria dos vereadores não respeitar essa decisão, com a rejeição da CDU, que se faça a avaliação e a deliberação do que está presente na ordem de trabalhos.-----

Sobre o sentimento de voto político, é rigorosamente o mesmo, e há questões que



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. ~~Ata~~ 089
Reunião de 2013/01/23
Procº 10/03 LOTE PDM
Deliberação nº _____

são do foro político, e questões que são de outro foro, que não são da responsabilidade dos membros da CDU tratar aqui, pelo que, do ponto de vista político, é aquilo que têm de exercer nas reuniões, o voto e o sentimento político que têm, escudados nos instrumentos legais. -----

O PDM proíbe toda e qualquer edificação atualmente nesta área, o que não acontecia quando, em 1993, se publicou, até 2008, inclusive, um plano diretor que previa exatamente outro tipo de edificação e de ocupação para essa área em apreço. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que essa é a posição da CDU, não tem nada contra, nem a favor. Agora, o que quer dizer é que existem mecanismos para que as entidades contestem aquilo com que não estão de acordo, e aquilo que, no caso presente, se possa considerar como um erro da decisão da câmara municipal, quando não incluiu na carta de compromissos. -----

É isto que está na origem de retomar, sabendo o Sr. Vereador perfeitamente que a questão que esteve subjacente a tudo isto tem a ver com um instrumento de ordenamento que neste momento até está suspenso. Aliás, não existe o trabalho que foi feito, que no caso concreto do concelho teve implicações deveras graves, e nesta altura até nem se sabe bem qual será o seguimento, e a câmara municipal está muito próxima desta discussão, do trabalho efetuado, que se chama PROT para a Área Metropolitana de Lisboa. -----

Neste contexto, entendeu a entidade reclamar da decisão da câmara municipal, é um direito que lhe assiste, e se houve falhas, a câmara municipal é obrigada a trazer ao seu executivo, para decisão, o que não tem nada a ver com o parecer da assembleia municipal. -----

Em primeiro lugar, qualquer parecer da assembleia municipal não é vinculativo nesta matéria, porque não cabe dentro das competências da assembleia municipal. Pode-se, perfeitamente, até entender sobre novas competências, se esse for o entendimento da maioria, no entanto, a análise da assembleia municipal, da comissão de ambiente, tem a ver com o processo do loteamento, que não é o que está hoje em discussão. -----

Está hoje em discussão outra coisa, e é sobre essa mesma coisa que entende que se devem pronunciar, e sobre a qual a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 090
Reunião de 2013/01/23
Procº 10/03 LOTEPDM
Deliberação nº _____

colocou algumas questões, que são formais, dos procedimentos, que solicita ao Dr. Manuel Rodrigues e ao Arqtº Nuno Santos que possam, se possível, dar algum esclarecimento. -----

Interveio o Dr. Manuel Rodrigues, referindo que julga que não foi suficientemente claro em algumas das coisas que disse, porque nada do que escreveu é no sentido da câmara municipal alterar ou não a sua posição, quanto a deferir ou indeferir o loteamento, licenciar ou não licenciar o loteamento. -----

Referiu que é advogado do município, e hoje parte de uma deliberação que o município tomou no sentido de indeferir; mas é confrontado, como advogado do município, com uma reclamação sobre essa deliberação, que, a seu ver deve, proceder. -----

Vai cometer uma inconfidência: perguntou-lhe agora mesmo o Arqtº Nuno Santos se tinha “metido água” quanto à audiência prévia, e respondeu-lhe que também ele tinha “metido água”, porque também estava aqui, e não reparou. -----

A audiência prévia está consagrada, o que já foi dito, e não tem a ver, devendo a Srª Vereadora perdoar-lhe que o recorde, porque sabe tão bem quanto o próprio, com as intervenções, reuniões ou contactos que tenham existido no decorrer do procedimento. De facto, houve quem entendesse isso, mas depois as coisas foram-se sedimentando, num sentido mais exigente, e aquilo que aconteceu é o que acontece sempre que os serviços orientam/entendem num determinado sentido, de deferimento ou de indeferimento, e depois a câmara municipal pondera e delibera noutro. -----

Face a isso, e não está a pronunciar-se, porque não é chamado para isso, quanto ao fundo da deliberação, ao sentir-se que a câmara municipal ia num sentido diferente dos pareceres e da proposta, o que deveria ter sido feito era parar, não deliberar, e o processo voltava, trabalhando-se a fundamentação a partir da discussão que tinha havido, e ouvia-se previamente o interessado. Por isso é que respondeu ao Arqtº Nuno Santos que o próprio também foi responsável, porque também estava presente e não alertou para a necessidade de audiência prévia. ----

O BES, quando faz a reclamação, também não deve ter reparado nisso, porque também não levantou a questão, e só a levantou depois, na ação principal. -----

Não partilha do entendimento jurídico, como é lógico, porque noutro não se mete,



da Srª Vereadora, quando diz que houve uma falha antes. Houve uma falha na reunião, foi nela que os presentes falharam, a começar pelo próprio, pois deveria ter alertado que, a ser assim, como tudo parecia que ia ser, que a câmara municipal ia indeferir, então não poderia fazê-lo logo, e o processo tinha de voltar para trás, para a audiência prévia. É o que sempre acontece, ou deve acontecer sempre que a posição da câmara municipal seja diferente daquela para a qual vinham apontadas todas as informações. -----

A seu ver, a Srª Vereadora tem razão na expressão que utiliza, ao dizer que a câmara municipal aqui não tem liberdade, está vinculada ao princípio da legalidade, e a seu ver, colocada a questão pelo reclamante, não tendo de facto havido audiência prévia, a câmara municipal não tem margem de atuação, deve deferir a reclamação porque não há audiência prévia. -----

Ao Sr. Vereador Nuno Libório só pode dar a sua opinião: entende que a intervenção, no âmbito do procedimento do PDM, não dispensava a audiência prévia. A seu ver é seguro, pode enganar-se, mas para si é absolutamente evidente que, se a câmara municipal não perder a ação por outra razão, vai perder por esta razão formal. -----

Não sabe se deixou alguma coisa de fora, mas gostaria de deixar um apelo, que é o seguinte: todas as posições que os Srs. Vereadores expressaram ficam salvaguardadas com o deferimento da reclamação, bastando reconhecer que não houve audiência prévia, e nesse sentido significa que está revogada a deliberação que se tomou. Depois, as coisas preparam-se para a audiência prévia, com os fundamentos que serviram de base à deliberação, e que não podem ser, como é óbvio, os fundamentos que vinham nas informações dos serviços, nem os fundamentos que o próprio aduzia, quando se pronunciou no sentido de que teria de ser deferido. -----

Agora tem que se trabalhar com base no que há, que é uma deliberação já expressa por parte da câmara municipal. Depois, chegará o parecer da comissão da assembleia municipal, e a câmara deliberará quanto ao fundo da questão. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que continua só com uma dúvida, e é culpa sua, porque também não tem a ata do dia 5 de setembro. Não constam lá os fundamentos, porque não foram transcritos, ou os vereadores



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 092

Reunião de 2013/01/23

Procº 10/03 LOTEPM

Deliberação nº _____

não se fundamentaram, quando tomaram da palavra? -----

Respondeu o Dr. Manuel Rodrigues que a leitura que faz, o entendimento que expressou, é neste sentido. Esteve presente na reunião, e sabe aquilo que motivou cada um dos Srs. Vereadores a tomar essa posição, mas se não estivesse, e tivesse lido a ata, defendia que não estava suficientemente fundamentada a deliberação. Pode haver outro entendimento, mas este é o seu ver. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, perguntando, se há uma diferença entre o que foi dito e o que está transcrito, se será que o que foi dito era suficiente para fundamentar a decisão, porque também já não se recorda do que os membros da Coligação Novo Rumo disseram a 5 de setembro?-----

É uma questão que têm de averiguar, para conseguirem perceber como é que tudo vai funcionar. Ao imaginarem que não fundamentaram nada nas tomadas de palavra, e efetivamente a ata transcreve tal e qual aquilo que disseram, não há, no ver do Dr. Manuel Rodrigues, fundamento, e também não põe isso em causa, porque também não tem a ata. Assim sendo, decidem que aquela deliberação padecia destes dois vícios formais, volta à reunião de câmara para se fundamentar, e depois votam. Se o sentido de voto continuar a ser desfavorável ao interessado, este é notificado para audiência prévia, com intenção de indeferimento, voltando depois novamente a reunião de câmara para tomada de decisão final. Questiona se vai ser esse o procedimento, isto se se considerar que a ata está bem transcrita. Se não estiver, têm que fundamentar. -----

Interveio o Dr. Manuel Rodrigues, referindo que, ao deliberar nesse sentido, reconhece-se que não houve audiência prévia, e os serviços prepararão um projeto de deliberação, com base na deliberação que foi tomada. Depois, é como os Srs. Vereadores entenderem: ou se conversa ou estabelecem-se contactos face a esse projeto com as bancadas que se manifestaram contra, ou vem esse projeto à câmara municipal para o aprovar, para ser enviado para audiência prévia. Face a isso será feito um relatório final, e depois a câmara municipal pronuncia-se.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que há os fundamentos: ou há um documento formal nesse sentido ou, para se fazer a deliberação e o relatório com os fundamentos, tem que se ir extrair aquilo que foi efetivamente dito nas atas. Agora, não sabe se aquilo que está nas atas é suficiente para o efeito, de maneira



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. ~~Ata~~ 093
Reunião de 2013/01/23
Procº 10/03 LOTE PDM
Deliberação nº _____

que o que lhe parece é que hoje tem que se tomar esta deliberação, para trazer novamente a reunião de câmara, e os Srs. Vereadores dizerem ou reafirmarem aquilo que disseram anteriormente. Na sua opinião deveria ser com um documento para ajudar, porque senão tem que se ir retirar o que está nas atas, e aquilo que lá está pode não ser suficiente. -----

Interveio a Srª Presidente, perguntando se não vem novamente a reunião de câmara o processo do loteamento com uma proposta de deliberação sobre a qual cada grupo político se pronuncia em conformidade, com aquilo que for o seu entendimento e análise. -----

Respondeu o Dr. Manuel Rodrigues que sim, mas essa fundamentação agora é de acordo com a deliberação, ou seja, a seu ver tem que se ir à ata buscar os fundamentos que lá existam, tentar sistematizá-los, porque o particular não é obrigado a ler a ata toda e perceber de forma elencada os fundamentos utilizados por quem votou contra. Depois, das duas uma, ou a câmara municipal delibera e entende que vem esse projeto à reunião de câmara, que o aprova e depois vai para o particular, ou informalmente consultam-se as bancadas que tomaram a posição que "saiu vencedora", para ver se concordam com aquela fundamentação, no sentido de que ela exprima o que na altura disseram, ou seja, uma versão mais formal ou menos formal. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que não tem a ata, e passando esse pormenor que é importante, lendo o parecer que o Dr. Manuel Rodrigues escreve enquanto advogado da câmara municipal, o mesmo diz que não houve fundamento para a deliberação que a câmara municipal tomou. Os membros da CDU não podem concordar com este parecer, porque não entender que têm nem resguarda os vereadores desta câmara municipal, considerando que devia ter sido feito de outra forma. -----

Estava a recordar-se das alterações que existiram entre o PDM de 1993 e o de 2009 e, ao votarem, ou andarem para trás com este processo, abrem um precedente que é complicado, porque, por exemplo, a zona junto à ETAR de Vila Franca de Xira, no PDM de 1993 uma parte era urbanizada, e agora deixou de ser. - Não sabe se daqui a uns tempos alguém não se lembra de colocar à câmara municipal um estudo de loteamento, e depois dizer que houve expectativas,



porque é isso que trata, houve expectativas que foram criadas no âmbito de um PDM que já não existe, e mesmo colocando a questão da audiência prévia isto é colocar em causa a legalidade do PDM da câmara municipal, quer dizer: "ali não se pode construir, mas se os senhores tiverem uma audiência prévia e se insistirem e colocarem a câmara municipal em tribunal, se calhar há possibilidade de voltar para trás". Assim, um dia destes, se se aprovar um loteamento numa área onde o PDM proíbe a construção, se calhar vão todos para tribunal. -----

Há um presidente de câmara neste país que perdeu o mandato porque aprovou um loteamento, em área onde não podia ter feito, parecendo-lhe que o retrocesso de todo este processo é ilegal, e é a mesma coisa de alguém agora se lembrar de construir uma casa numa área de reserva agrícola nacional. -----

Então anda-se com um problema "desgraçado", porque, por exemplo, na várzea de Vialonga a câmara municipal é alvo de ilegalidades constantes, e afirma que as empresas que fazem ilegalidades e que abusivamente violam terreno agrícola, têm que colocar o terreno na sua legalidade, e agora é a câmara municipal que está disponível para ir contra o PDM, que pode ou não concordar com ele, mas é aquele que vigora. -----

Não parece aos membros da CDU que os fundamentos que apresentaram na reunião de setembro não sejam os corretos e os necessários, e estão todos a tentar arranjar alguma justificação para voltar atrás. -----

Deve assumir-se de uma vez por todas quais são as posições de cada partido político, quem está disponível ou não para votar favoravelmente um estudo ou projeto de urbanização que está contra o PDM, porque toda a gente pode ter vontade de colocar processos contra a câmara municipal, mas isto parece-lhe tão claro, que não percebe qual é a dificuldade de, ou irem contra o PDM, ou continuarem na legalidade, que é aquilo que fizeram aquando da votação de setembro de 2012. -----

Interveio o Dr. Manuel Rodrigues, referindo que obviamente não está disponível para violações de PDM, agora, verificou o seguinte. Há pouco a CDU aduziu razões para se aguardar algum tempo até esta decisão, por causa do parecer da assembleia municipal, o que significaria que se ia aguardar uma semana ou duas, mas não viu ainda, da parte da CDU, discordância, e se calhar é dificuldade sua,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. ~~Ata~~ 095
Reunião de 2013/01/23

Procº 10/03 LOTEPDM
Deliberação nº _____

em relação, pelo menos, a esta questão da falta de audiência prévia, embora o Sr. Vereador tenha referido aquela intervenção no PDM. -----

A sua sugestão é, se a câmara municipal reconhecer, e a seu ver deve fazê-lo, que não houve audiência prévia, isto não significa que se vá viabilizar, e pode ser feito em termos de vir à próxima reunião de câmara, por exemplo. A seu ver é absolutamente seguro que, se a câmara municipal não aceitar esta reclamação, perde claramente a ação, com uma consequência, não vai perdê-la agora, vai perdê-la daqui a anos, quando o tribunal decidir. Nessa altura o tribunal vai achar que a câmara municipal deliberou ilegalmente, e as consequências são as mesmas, quer fosse por uma "razãozinha" formal, como é a audiência prévia, e respeita muito esse princípio, mas é uma "coisinha" formal, quer fosse por uma questão de fundo.-----

Daí estar com essa insistência, que está longe de ser usual, é que não é preciso correr esse risco. Daqui a uma semana pode-se estar a afastar este aspeto em que, claramente, a seu ver, a câmara municipal não tem razão, que é a falta de audiência prévia.-----

Tomou a palavra a Srª Presidente, esclarecendo uma coisa que a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso trouxe à conversa, que não tem nada a ver com esta conversa, nem tem nenhuma semelhança, e que tem a ver com a questão da UD4. A Srª Vereadora disse que poderia haver uma reclamação, poderia haver uma ação para se aproveitar todo o terreno que no PDM de 1993 era urbanizável, e isso não é possível, porque existe um instrumento, que foi um alvará de loteamento, que foi emitido, e que está absolutamente de acordo com o PDM em vigor, portanto, essa questão não tem nenhuma similitude.-----

A Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso interveio, questionando se a Srª Presidente está a falar no de Vila Franca.-----

A Srª Presidente respondeu que sim, mas que a Srª Vereadora trouxe agora, e não tem nenhuma hipótese, porque só poderia comparar isto com qualquer outra situação em aberto, sobre a qual tivesse havido procedimentos e análise da câmara municipal, e pudesse ser eventualmente considerada como um compromisso.-----

Deixa ainda uma nota, que certamente será do conhecimento dos Srs. Vereadores,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. ~~Acta~~ 096
Reunião de 2013/01/23
Procº 10/03 LOTEPDM
Deliberação nº _____

que esta questão de compromissos que não são tidos em conta no momento da carta de compromissos, e são posteriormente analisados, tem, se se pode aplicar a palavra, "jurisprudência" em inúmeros municípios, de todas as cores políticas. Se fossem perfeitos, nem hoje estavam a discutir este pormenor, porque se teriam cumprido religiosamente todos os passos, e não estavam agora confrontados com esta situação. -----

Não são, infelizmente, e por isso às vezes cometem-se erros que é preciso corrigir, avaliando todas as questões em apreço. Por isso, com esta intervenção a própria quis dizer que uma coisa não é comparável com a outra, e não pode nunca acontecer em relação a casos onde há instrumentos que tiveram deliberações de câmara, foram emitidos os documentos, e tudo o mais. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, questionando se há a consciência de que a área em apreço, conhecida como zona das Salinas, é uma área muito condicionada, não do ponto de vista daquele que possa ser o maior ou menor apego para as questões ambientais, mas do ponto de vista das questões dos instrumentos? É ou não uma área ameaçada pelas cheias? -----

A Srª Presidente já reparou que ainda não foi dada uma informação se a alternativa colocada pela CDU, há bastante tempo, já foi uma alternativa falada com quem está a reclamar? A alternativa é esta, ou seja, os membros da CDU consideram que o reclamante tem direitos, desde logo a ser indemnizado ou compensado pelo facto de a câmara municipal ocupar um terreno sobre o qual ainda não pagou um único tostão, que é o terreno da ETAR, tendo também direitos, ou tem toda a legitimidade de justificar junto da câmara municipal a necessidade de lhe pagar o terreno que ocupou para construir a passagem superior desnivelada. Sobre essas matérias não há dúvidas com a CDU. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo que isso é de 1992. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que é seguramente, mas a câmara municipal é uma pessoa de bem, e tem que honrar com os seus compromissos. Então, só tem é que pagar, pela utilização destes terrenos, e o valor correspondente a essa utilização e à capacidade de aptidão desse mesmo solo. É isso que tem de fazer, porque foi exatamente o que os membros da CDU disseram aquando da ETAR de Vila Franca de Xira.-----



A Srª Presidente interrompeu, referindo que quando votaram, votaram contra. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório prosseguiu, questionando sobre o que votaram os membros da CDU, esclarecendo que votaram contra o método, porque o método dava um valor extraordinariamente alto. -----

Há outra hipótese, outra alternativa, que é negociar, perguntar se a reclamante quer negociar com a câmara municipal. -----

A Srª Presidente interrompeu, dizendo que esse é outro passo, não é o que está em apreço. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório terminou, referindo que essa é uma questão de entendimento perante a situação, e é o entendimento da CDU. -----

A Srª Presidente interveio, dando a palavra à Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, e referindo que a seguir se vai votar aquilo que está em apreço. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo já perceberam exatamente o que está em apreço, voltando a referir que, com este parecer, mal seria se votassem contra uma situação que não tem alternativa, uma situação jurídica, e estão a votar uma situação jurídica, não estão a votar a favor do loteamento. -----

Já entenderam, agora só querem deixar vincado que, se calhar, um assunto desta sensibilidade deveria ter sido tratado doutra maneira, ou seja, em privado, eventualmente. É licenciada em direito, mas poderia ser de outra área qualquer, e não perceber nada do que estava em questão, e ao imaginar-se que se decidia, e todos até decidiam contrariamente ao que está no parecer do Dr. Manuel Rodrigues, estão, com o devido respeito, "entalados" com este parecer, não tendo outra maneira de decidir. -----

Desta forma, em primeiro, isto deveria ter chegado doutro modo, porque coloca em causa uma deliberação que tomaram, que diz que não está fundamentada, e os membros da Coligação Novo Rumo não têm essa ata, e nem sequer sabem se está ou não fundamentada, até porque a fundamentação que o Código do Procedimento Administrativo exige é uma fundamentação sucinta, não pode ser obscura, incongruente, e não sabe que fundamentação é que consta na ata, pois não a conhece. -----

O Dr. Manuel Rodrigues diz que não está fundamentado, e acredita no Dr. Manuel



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. ~~Ata~~ 098
Reunião de 2013/01/23
Procº 10/03 LOTEPDM
Deliberação nº _____

Rodrigues, tudo bem, mas efetivamente não quer deixar de transmitir a perplexidade da Coligação Novo Rumo perante a situação, porque os coloca numa situação menos boa. Obviamente que têm de definir o sentido de voto, não podem só dizer que votam a favor ou contra, têm que definir concretamente o que é que vão decidir quanto a esta situação.-----

A Srª Presidente interveio, referindo que está na hora de votar, solicitando ao Dr. Manuel Rodrigues que explicita o que é que se vai votar. -----

Interveio o Dr. Manuel Rodrigues, esclarecendo que daquilo que ouviu dos Srs. Vereadores e da Srª Presidente, a sua sugestão vai no sentido de que a câmara municipal delibere o seguinte: reconhecendo que por lapso não houve audiência prévia, defere-se a reclamação. Não se fala de fundamentos, não se fala se deve ser aprovado ou não, vem atrás, retoma-se, e não se está sujeito, no tribunal, a perder por questões formais. -----

Interveio a Srª Presidente, perguntando se com essa deliberação implica que o loteamento venha de novo a reunião de câmara, ao que o Dr. Manuel Rodrigues respondeu que obrigatoriamente.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, questionando, se o Dr. Manuel Rodrigues diz que não está fundamentado, como é que se vai "agarrar" na ata de 5 de setembro, e envia-se ao interessado para audiência prévia. Julga que preliminarmente tem que se averiguar se está ou não fundamentado, se consideram que fundamentaram ou não, e depois é que se envia, senão acaba eventualmente por padecer deste vício, o que não sabe, pois não conhece a ata.----

Interveio o Dr. Manuel Rodrigues, pedindo desculpa à Srª Presidente, porque está a fazer perder imenso tempo, porque não está a ser claro no que diz, parecendo-lhe que o que indicou como um texto para a deliberação salvaguarda as posições de todas as bancadas.-----

Face a isto, é necessário que o processo volte para trás, porque não houve audiência prévia, os serviços agora vão preparar essa audiência prévia, alinhavando fundamentos, não de acordo com o que era o entendimento dos serviços, mas de acordo com o que foi deliberado, e vão buscá-los à ata. -----

A alternativa é, ou face a isso vem o projeto de deliberação à câmara, ou face a isso contactam-se as bancadas que votaram contra, para ver se o que retiraram da



Fl. Livro _____
Fl. ~~Ata~~ 099
Reunião de 2013/01/23

Procº 10/03 LOTE PDM
Deliberação nº _____

ata corresponde àquilo que foi o fundamento da sua decisão. -----
Feito um caminho ou outro, procede-se à audiência prévia, faz-se o relatório final e vem novamente a reunião de câmara, para deliberar sobre a questão de fundo. ----
Interveio a Sr^a Presidente, dizendo que os membros da câmara municipal estão esclarecidos no que respeita à sua obrigação de votar e à tramitação que se vai seguir, perguntando quem vota contra esta reclamação.-----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a CDU vota contra.-----
De seguida, a Sr^a Presidente perguntou quem vota a favor.-----
A Sr^a Vereadora Helena Pereira de Jesus referiu que os membros da Coligação Novo Rumo votam a favor, tendo em conta este esclarecimento do Dr. Manuel Rodrigues.-----
Terminou a Sr^a Presidente, informando que o Partido Socialista e a Coligação Novo Rumo votam a favor da reclamação, e que os serviços têm de preparar o processo juntamente com o advogado, para ser presente tão breve quanto possível a reunião de câmara. -----
Os membros da CDU apresentaram um documento sobre o ponto em apreço, que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, deferir, por falta de audiência prévia, a reclamação apresentada pelo Banco Espírito Santo. -----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO ENXORDEIROS, LOTE 63 – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 15/13, de 14/01, do
DPGQU/DQU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 63 do Loteamento Enxordeiros, freguesia de Alverca do
Ribatejo, registado na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira
aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2012-AUGI, de 27/06, requerido
por José Viegas Ribeiro.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 15/13, de 14/01, do DPGQU/DQU,
documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da
Srª Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 101

Reunião de 2013/01/23

Procº 39/12 CERTAUGI

Deliberação nº 047

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICIPIO –
LOTEAMENTO ENXORDEIROS, LOTE 9 – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 4/13, de 04/01, do
DPGQU/DQU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 9 do Loteamento Enxordeiros, freguesia de Alverca do
Ribatejo, registado na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira
aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2012-AUGI, de 27/06, requerido
por Beatriz da Conceição Mendes. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 4/13, de 04/01, do DPGQU/DQU,
documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da
Srª Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 102

Reunião de 2013/01/23

Procº 33/12 CERTAUGI

Deliberação nº 048

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICIPIO -
LOTEAMENTO CASAL DE SANTO ANTÓNIO, LOTE 18 – VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 10/13, de 04/01, do
DPGQU/DQU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 18 do Loteamento Casal de Santo António, freguesia de Vila
Franca de Xira, registado na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de
Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2006-AUGI, de 19/12,
requerido por António Manuel Fróis Ferreira. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 10/13, de 04/01, do DPGQU/DQU,
documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da
Srª Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 103

Reunião de 2013/01/23

Procº 38/12 CERTAUGI

Deliberação nº 049

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO ZONA DO MOLEDO - LOTE A14 – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 1/13, de 04/01, do
DPGQU/DQU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote A14 do Loteamento Zona do Moledo, na freguesia de Alverca
do Ribatejo, registado na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira
aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2011-AUGI, de 28/12, requerido
por Vítor Hugo Seabra Ferreira. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 1/13, de 04/01, do DPGQU/DQU,
documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da
Srª Presidente. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO ZONA DO MOLEDO - LOTE A15 – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 2/13, de 04/01, do
DPGQU/DQU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote A15 do Loteamento Zona do Moledo, na freguesia de Alverca
do Ribatejo, registado na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira
aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2011-AUGI, de 28/12, requerido
por Vítor Hugo Seabra Ferreira.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 2/13, de 04/01, do DPGQU/DQU,
documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da
Srª Presidente.-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO ZONA DO MOLEDO - LOTE A16 – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 3/13, de 04/01, do
DPGQU/DQU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote A16 do Loteamento Zona do Moledo, na freguesia de Alverca
do Ribatejo, registado na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira
aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2011-AUGI, de 28/12, requerido
por Carlos Alberto Rocha Pinto. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 3/13, de 04/01, do DPGQU/DQU,
documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da
Srª Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 106

Reunião de 2013/01/23

Procº 34/12 CERTAUGI

Deliberação nº 052

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO QUINTA DA COUTADA - LOTE 194 – VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 6/13, de 04/01, do
DPGQU/DQU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 194 do Loteamento Quinta da Coutada, na freguesia de Vila
Franca de Xira, registado na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de
Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2011-AUGI, de 04/05,
requerido por Vítor Malhão Cotrim. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 6/13, de 04/01, do DPGQU/DQU,
documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da
Srª Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 107

Reunião de 2013/01/23

Procº 35/12 CERTAUGI

Deliberação nº 053

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO QUINTA DA COUTADA - LOTE 236 – VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 5/13, de 04/01, do
DPGQU/DQU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 236 do Loteamento Quinta da Coutada, na freguesia de Vila
Franca de Xira, registado na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de
Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2011-AUGI, de 04/05,
requerido por Manuel Marques Alexandre. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 5/13, de 04/01, do DPGQU/DQU,
documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da
Srª Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 108

Reunião de 2013/01/23

Procº NIPG 26732/11

Deliberação nº 054

1. Assunto: TRANSMISSÃO DE DIREITO DE PROPRIEDADE DO LOTE B6 DA AUGI ZONA DO MOLEDO - ALVERCA DO RIBATEJO - FRANCISCO MANUEL SARAIVA LEITE DA SILVA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 3/13, de 04/01, do DPGQU/DQU, para aprovação da transmissão do direito de propriedade do lote B6 da AUGI Zona do Moledo, na freguesia de Alverca do Ribatejo, registado na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2011-AUGI, de 28/12, para Sr. Francisco Manuel Saraiva Leite da Silva.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 3/13, de 04/01, do DPGQU/DQU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----



1. Assunto: JARDINS DO ARROZ – PASSEIO RIBEIRINHO – VILA FRANCA DE XIRA -----


2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 15/13, de 08/01, do DOVSM/DGE, para aprovação do auto de vistoria e liberação de 30% da caução total da obra dos Jardins do Arroz – Passeio Ribeirinho, em Vila Franca de Xira, adjudicada à Santos Aparício – Construção Civil e Obras Públicas, Lda.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 15/13, de 08/13, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo que na página 2 da comunicação interna dos serviços, no ponto 1.5, diz-se que foi detetada uma fissuração na camada final de betão branco da laje, não se sabendo de quem é a responsabilidade dessa fissuração, e dizendo-se que certamente é resultante da definição do projeto cuja origem a firma projetista está a analisar. -----
Desta forma, e em primeiro lugar, é fundamental de facto perceber se há culpados desta fissuração, para ser responsável pelo seu arranjo, senão a culpa morre solteira, e quem paga é a câmara municipal. A segunda questão é: por que é que no auto de vistoria não está assinalada essa fissuração? O auto de vistoria diz que está tudo correto e que não há problema nenhum, mas considera que o auto deveria dizer que há uma fissuração, que não é da responsabilidade do empreiteiro, pelo que se pode liberar a garantia bancária, e que se há de descobrir de quem é a responsabilidade da fissuração, à semelhança de uma coisa que o Sr. Vice-Presidente trouxe há alguns meses atrás.-----
Reporta-se ao rio Crós-Cós, onde foram apontadas páginas de insuficiências, erros,

estragos que depois teriam que obrigatoriamente ser corrigidos, que lhe pareceu um trabalho exceccionalmente bem feito, e questiona por que é que este auto de vistoria diz exatamente que na vistoria não foram detetados quaisquer defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro. Isso não é verdade, deveria dizer que foram detetadas estas fissurações, que não são da responsabilidade do empreiteiro, e assim estava perfeitamente claro. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que vai retirar o ponto, exatamente para o auto de vistoria ser alterado. A Engª Rosário Ferrão pode ter outra opinião, mas aquilo que acha é que o auto de vistoria deve estar de acordo com a comunicação interna. Portanto, é preciso que quem analisa estas coisas, e há lá até bastantes pessoas para analisarem, tenha esse cuidado. O próprio costuma olhar com alguma atenção, apesar de que há dias que não tem essa possibilidade, reconhecendo que, de facto, o auto de vistoria podia perfeitamente referir esta matéria, indo recuperar parte do que está no ponto 1.5. Não custava nada, pelo que lamenta, mas o auto tem de ser reconstruído conforme foi identificado pelo Sr. Vereador Bernardino Lima, reconhecendo que o mesmo tem razão. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo estão exatamente de acordo com o que disse o Sr. Vereador, sugerindo apenas que, quando se verificasse, se verificasse se esta fissuração é eventualmente na zona da junta de dilatação, que não coincide uma com a outra, e gera esta situação. Assim, trata-se de confirmar, e obviamente que o auto deve referir. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, afirmando que o auto devia identificar. Até acredita que o empreiteiro não tenha nenhuma responsabilidade, o que pode é provavelmente ser uma deficiência de projeto, mas devia estar referido no auto. ----

Assim, pergunta à Engª Rosário Ferrão qual é a dificuldade administrativa de retirar o ponto. -----

A Engª Rosário Ferrão respondeu que não é isso que vai dizer, apenas pretende explicar o que é que está a acontecer na laje. -----

O Sr. Vice-Presidente retomou a palavra, mencionando que isso pode ser uma ajuda para a compreensão, mas o que o preocupa é efetivamente o auto não ter esta passagem, que era tão simples, e estava tudo resolvido, sendo que entende,



da análise que faz, que o empreiteiro não tem culpa, mas devia estar registado no auto. -----

A Engª Rosário Ferrão interveio, passando a explicar que normalmente os autos de vistoria são feitos com o empreiteiro e, no fundo, traduzem o que se passa na obra, se há ou não culpas do empreiteiro. Quando são do projetista, não são referidos, e neste momento o que se passa é que há um problema do projetista. O empreiteiro, quando construiu a laje de suporte da laje de betão branco, chamou a atenção, bem como os serviços, ao Arqtº Miguel Arruda, que havia juntas de dilatação da laje de suporte que não estavam a coincidir com a laje de cima, de betão branco, e que isso traria problemas. Quando as lajes começaram a funcionar, percebeu-se imediatamente o que aconteceu, onde as lajes não tinham coincidência, e o arquiteto disse que era mesmo assim. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que essa questão está perfeita, e foi isso que aconteceu, mas a questão é muito simples, o auto deveria referir aquilo que está no ponto 1.5, e ficava tudo bem.-----

Interveio a Engª Rosário Ferrão, referindo que está tudo bem, que se fará isso.-----

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 112

Reunião de 2013/01/23

Procº DOVSM 09.01.11.34

Deliberação nº 056

1. Assunto: PROJETO DE BENEFICIAÇÃO DA EN248 ENTRE A PASSAGEM INFERIOR À A1 E A TORRE DE CIMA E CAPELAS - VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1168, de 08/01/13, do DOVSM/DGE, para aprovação da liberação da totalidade das garantias e da extinção da caução prestada pelo adjudicatário Tecnofisil, SA, relativas ao projeto de beneficiação da EN248 entre a passagem inferior à A1 e a Torre de Cima e Capelas, em Vila Franca de Xira. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1168, de 08/01/13, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo que já há pouco aflorou esta questão, quando se falou nas garantias bancárias, e ainda bem que se está a dar a volta, porque esta é uma garantia que tem mais de 12 anos. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

A. J. J.

1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO URBANA E RECUPERAÇÃO DO MURO CAIS DA ZONA RIBEIRINHA DE VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 57/13, de 14/01, do DOVSM/DGE, para aprovação do auto de vistoria e da liberação de 30% da caução total da obra da Requalificação Urbana e Recuperação do Muro Cais da Zona Ribeirinha de Vila Franca de Xira, adjudicada à Sanestradas, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 57/13, de 14/01, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a questão dos membros da CDU é muito simples, e têm-na vindo a colocar nas últimas reuniões, quando falam da recuperação do muro cais. -----
Chega-lhes a informação, de quem utiliza o rio, de que a zona junto ao cais, a mais antiga, tem um conjunto de pedras que dificulta e põe em perigo a segurança de embarcações, nomeadamente das que se querem aproximar junto do cais, para efeitos de amarração ou outro movimento marítimo qualquer. Assim, questionam como é que se está em condições de libertar a caução, partindo do pressuposto que existe ali um problema que não foi corrigido. Se não decorre da obra, é uma informação nova, porque nem isso nem o contrário souberam ainda, ou seja, o que sabem é que aquilo está lá, e o que já solicitaram é que, no mínimo, se sinalize. -----
Aquilo que deveria ser feito era retirar, e não compreendem por que é que, quando da fase desta obra, se este problema já existia, ele não foi retirado. A informação que lhes chega é que estas pedras foram enterradas naquele sítio quando da



execução da obra, que foram ali abandonadas. Se é ou não, não sabe, e a questão de fundo é que elas estão lá. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que abandonadas é que não foram, de certeza. -----


O Sr. Vereador prosseguiu, dizendo que é só porque são pesadas, não se mexem sozinhas e se levam no bolso, nem o próprio e o Sr. Vice-Presidente o conseguiam fazer, mas ficaram ali, e a questão é saber se se pode libertar esta caução, sabendo-se que existe aquele problema. -----

Esclareceu a Engª Rosário Ferrão que na sequência do que tem vindo a ser levantado nalgumas reuniões de câmara em relação ao cais já estiveram dois engenheiros no local. Lembra-se que na altura se falava de um buraco que tinha um ferro, na rua do Cais, pensa até que foi o Sr. Vereador Bernardino Lima, e que alguém tinha lá posto uma sinalização qualquer para ninguém cair, pelo que nesse sentido foram dois engenheiros ao local vistoriar a situação, e não encontraram nada de anormal, segundo o que lhe disseram, pois não foi lá, bem como que a obra estava perfeita. -----

Se se diz que há pedras para além do muro cais, os serviços não as viram nunca, não sabem que pedras são. Não há nenhum relatório desta vistoria, uma vez que as pessoas foram lá ver o que se passava, face ao que tinha sido levantado em reunião de câmara. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que não pode, mas seguramente haverá alguém da CDU que terá todo o prazer em ir ao local. É bastante visível, é quando se desce a escadaria antiga que devia depois dar acesso à zona de praia-mar, mas em que agora está lá o pontão, aquele passadiço, que evita a utilização dessa escadaria. É exatamente aí, as pedras estão lá, e não estavam. -----

Existem relatos de várias pessoas de Vila Franca de Xira, e não só, que quando se querem encostar ao cais não o podem fazer, porque têm receio de bater no fundo, que está proeminente, ou melhor, deixou de ser fundo para passar a ser um sítio obstruído com as pedras, e é só essa a questão. Naturalmente que o cais está lá, e é para servir de encosto, porque é esse que deve servir agora de cais, mas o cais ainda tem alguma função. -----




O Sr. Vice-Presidente tomou a palavra, mencionando que se lembra que houve que encher aquilo a que se chama uma loca, e julga que foi injetado betão, não sabendo se também outro tipo de material, e o problema ficou resolvido, aparentemente. -----

Esta matéria já foi falada há umas reuniões atrás, pediu para lá irem, foram lá ver, e a informação que lhe deram é que não há nenhum problema. -----

Quando alguém lhe diz, com a convicção com que o Sr. Vereador está a dizer, a única coisa que se tem de fazer é ir reanalisar o problema, contudo, o que está em causa é uma liberação parcial da caução, e ainda ficam cerca de 30 000,00€, que é garantia suficiente para poder resolver uma situação posterior, e fazer alguma reparação que seja necessária. -----

Para todos ficarem descansados deve-se ir lá novamente, e fazer um relatório, nem que vá um mergulhador a ver o que lá se passa. O Sr. Vereador está a falar com muita propriedade e muita convicção, e há obrigação de lá ir novamente analisar. --

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: OBRAS DIVERSAS EM URBANIZAÇÕES INACABADAS EM VIALONGA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 19/13, de 10/01, do DOVSM/SA, para aprovação da devolução do valor de 78,47€, com IVA incluído, pago pela Submerci – Construção e Urbanizações, Lda, pelas peças do procedimento da empreitada de obras diversas em urbanizações inacabadas, em Vialonga, adjudicada à Construções Pragosa, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 19/13, de 10/01, do DOVSM/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 117

Reunião de 2013/01/23

Procº 60/12 DOVSM-EMP

Deliberação nº 059

1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DE PAVIMENTOS EM ARRUAMENTOS MUNICIPAIS DO CONCELHO – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 24/13, de 14/01, do DOVSM/SA, para aprovação da devolução do valor de 77,24€, com IVA incluído, pago pela Topbet-Trabalhos de Obras Públicas e Pavimentos Betuminosos, SA, pelas peças do procedimento da empreitada de Requalificação de Pavimentos em Arruamentos Municipais do Concelho, adjudicada à Construções Pragosa, SA. ---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 24/13, de 14/01, do DOVSM/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo, por uma questão de oportunidade, e não é para fazer um aproveitamento do assunto, que os membros da CDU confirmaram hoje que a estrada entre as escolas em Alverca do Ribatejo já apresenta sinais bastante evidentes de deterioração. Ficaram um pouco dececionados, porque lembram-se bem do estado de degradação a que chegou a estrada, e passou pouco mais de um ano, salvo erro, até era o Sr. Vereador Rui Rei que na altura tinha o pelouro. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, perguntando qual é a estrada. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que é aquela do bus, entre escolas, em Alverca, entre a Gago Coutinho e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, que só é utilizada por carreiras rodoviárias. -----

Disse o Sr. Vice-Presidente que aquele é um terreno terrível. -----

Concordou o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo no entanto que a questão é em termos do material e do pavimento. Foi dada a garantia há cerca de um ano que



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 118

Reunião de 2013/01/23

Procº 60/12 DOVSM-EMP

Deliberação nº _____

era para se fazer uma obra mas acabou por ser um pouco mais profunda, no sentido de remediar outras questões, mas passado pouco mais de um ano, salvo erro, já se encontram ali abaulamentos e fissuras no pavimento que estão a criar todas as condições para a estrada ficar seriamente danificada a curto prazo, estando a fazer só uma chamada de atenção.-----

Disse o Sr. Vice-Presidente que a chamada de atenção fica, mas também tem a dizer, em abono da verdade, que aquele é um terreno muito complicado. -----

Referiu o Sr. Vereador Nuno Libório que não tem drenagem suficiente. -----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que tudo isso foi feito, simplesmente está-se a falar de camiões e autocarros de grande tonelagem que passam ali e para fazer uma coisa com outras características tinha que se gastar uma fortuna. É tudo uma questão de compatibilizar o proveito.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório referiu ser melhor ir agora remediar, antes que fique mais caro, é só uma chamada de atenção. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, pedindo que o corrijam se estiver enganado, mas na altura a via estava toda abaulada, como eventualmente vai começar a ficar, e tinha regueiras onde passam os rodados dos autocarros. -----

Aquela via, do que se recorda, foi feita com o apoio do IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, e à época, do que foi conversado, a câmara municipal não podia alterar aquele piso porque ainda havia o compromisso com o instituto. Contudo, era entendimento de toda a gente que aquela não era a melhor solução para ali, exatamente pelas questões da drenagem. Aquele piso tem infiltração direta, logo cria problemas de abatimentos, porque o piso amolece, e se houve coisas que aprendeu foi que o pior inimigo das vias é a água, portanto, se de alguma forma não se corta o abastecimento de água à via ter-se-á sempre ali um problema. -----

Só há uma forma de resolver no futuro, como disse o Sr. Vereador, não sabe se eventualmente com mais gasto ou não, mas é, a prazo, quando se fizer a intervenção, estando já fora o acordo com o IMTT, aquele piso ser diferente, e tem de ser em betuminoso, não há outra forma, mas isso foi identificado, é a memória que tem. -----

Terminou, deixando um alerta para solicitar à câmara municipal e ao Sr. Vice-



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 119

Reunião de 2013/01/23

Procº 60/12 DOVSM-EMP

Deliberação nº _____

Presidente que peça, até porque foi adjudicado à mesma empresa que fez o alcatroamento à época, que deixe passar o inverno na variante de Vialonga, ou que vá lá entretanto, porque a câmara municipal tinha no seu caderno de encargos o saneamento da base e há zonas naquela variante, nomeadamente na zona do cruzamento para a junta de freguesia, em que o piso apresenta já o estalar, e com o inverno vai ter problemas. -----

Neste caso tem presente que a câmara municipal pagou saneamento da base, logo, se há problemas na base, o problema não é da câmara municipal, há de ser da empresa que fez aquele trabalho, que tem de ser chamada à responsabilidade para recuperar a base e repor o piso da forma normal. Isso deve ser visto em todo o alcatroamento que foi feito nesse ano, porque assim foi, e no caso da variante de Vialonga assim é, pelo que gostava que se verificasse. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Adrian

Reunião de 2013/01/23

Deliberação nº _____

Pelas 18,00h, após a votação do ponto 22 da ordem do dia, a Srª Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a análise e discussão dos restantes pontos da ordem do dia. -----

público



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 122

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
OBRA DE ACESSO AO NOVO HOSPITAL DE VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Óscar Gonçalves, agradecendo à câmara municipal por lhe dar a oportunidade de revelar ao público, na reunião de câmara, o que se está a passar na obra de acesso ao hospital de Vila Franca de Xira.-----

Foi realizado um contrato entre as empresas Cedemat e Construções Europa-Ar-Lindo para realização da estrutura de betão armado da obra, no qual foi acordado que caso a Construções Europa Ar-Lindo não cumpra, a Cedemat, ou seja, o próprio, poderá recorrer ao recebimento direto da câmara municipal. Além disso, caso não sejam feitos os pagamentos atempadamente, a empresa poderá parar com os trabalhos, sendo todos os custos da responsabilidade da Europa Ar-Lindo.--- Neste caso, a Europa Ar-Lindo começou a tirar os trabalhos e o próprio começou a exigí-los, bem como a fazer um pouco de força na obra para que houvesse pagamentos. Fez isso no terceiro tabuleiro, e betonou-o logo de seguida, a pedido do Arqtº Nuno Santos, e no quarto tabuleiro voltou a fazer a mesma força para terminar os trabalhos.-----

Entretanto a câmara municipal interveio, através do Sr. Vice-Presidente, e teve uma reunião na câmara, de seguida teve outra reunião na câmara com o Sr. Vice-Presidente e com a Srª Presidente. -----

Depois de muitas discussões chegaram a um acordo, ou seja, a Srª Presidente mostrou-se muito interessada em resolver o problema e garantir os pagamentos à empresa Cedemat. -----

O que foi acordado foi a Cedemat colocar o tabuleiro pronto para betonar no dia 4 de janeiro, a Europa Ar-Lindo colocaria os cheques no valor vencido, e outro que se ia vencer a curto prazo, totalizando o valor de 177 000,00€, sendo que esses cheques eram colocados na câmara municipal. A Cedemat iria abrir uma conta no mesmo banco, no caso na Caixa Geral de Depósitos, e a câmara municipal depositaria os cheques na conta da Cedemat, foi assim que entendeu, ou transferia para a conta da Europa Ar-Lindo, para assim garantir o pagamento dos cheques da Europa Ar-Lindo à Cedemat. -----

Entretanto a Cedemat tinha cheques da Europa Ar-Lindo que foram devolvidos por falta de provisão. Comunicou à câmara municipal que os valores não poderiam



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 123

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

passar pela conta da Europa Ar-Lindo, visto que havia cheques devolvidos e tudo levava a entender que se a Europa Ar-Lindo estava em dívida com cheques também devia ter problemas na conta, que se estivesse negativa ou com penhora não havia garantias para receber os valores. -----

Foi colocado o tabuleiro pronto a betonar no dia 4 de janeiro, e nesse dia ficou de haver outra reunião na câmara municipal para fazer a transação e estudar a forma para garantir os restantes pagamentos não vencidos e dos restantes valores de trabalhos a fazer. -----

No dia 4 de janeiro o próprio tinha o tabuleiro pronto a betonar, veio a outra reunião à câmara municipal, e a Srª Presidente disse que só podia pagar o primeiro valor, de 80 000,00€, e que o restante só poderia pagar com autorização da Europa Ar-Lindo, pelo que não se disponibilizou a betonar o tabuleiro. Não disse que não betonava, mas também não afirmou que betonava.-----

No dia 7 a Europa Ar-Lindo cercou a obra, com cerca de 30 seguranças, não o deixou entrar em obra, e betonou ela o tabuleiro, utilizando o equipamento da Cedemat, não havendo nenhum termo de responsabilidade da sua parte. Acha que correu demasiados riscos, e pensa que a federação não tenha assinado também a betonagem, pelo que julga que se passou um bocado por cima de todas as seguranças.-----

Neste momento continua proibido de entrar em obra, estão a ser utilizados os seus equipamentos e a empresa ainda não recebeu o valor. -----

Pede que a câmara municipal, sendo a obra sua, por assim dizer, e é uma boa obra que a autarquia está a fazer, de grande interesse para a zona, garanta os pagamentos a tempo e do trabalho efetuado, e que não continue a encaminhar os valores, como o próprio diz na carta que enviou, que os valores são pagos no ato da entrega do auto, sem ficar com a garantia de retenção para salvaguardar terceiros intervenientes na obra. -----

Respondeu a Srª Presidente que não vai entrar em diálogo com o Sr. Óscar Gonçalves, mas há questões que levantou que não correspondem às reuniões que teve consigo, e o que tem para lhe dizer é que a câmara municipal não fez nenhum contrato com a Cedemat, fez, no âmbito de um concurso, um contrato com a Europa Ar-Lindo, e a Cedemat é subempreiteiro daquela empresa. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 124

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

O Sr. Óscar Gonçalves, em determinado momento, abordou os serviços sobre as dificuldades que se vinham a verificar em obra, porque a câmara municipal “anda às cavalitas” com o empreiteiro, com o subempreiteiro e com toda a gente, a gerir os problemas que estes têm. O problema da câmara municipal resulta do problema do empreiteiro com o subempreiteiro, há um incumprimento total da empresa a quem adjudicou a obra, que por sua vez se multiplica pelos empreiteiros e por tudo o mais. -----

A câmara municipal não deveria ter nada a ver com isso, isto é uma realidade, e já deviam estar a ser pagas multas sucessivas pelo atraso do cumprimento daquilo que está no contrato. -----

A própria foi sempre avisando que o consórcio aplicaria multas ao município se no dia em que fosse preciso no viaduto atravessar os carros pesados com as máquinas não fosse possível fazê-lo. Nunca deixou que se esquecessem deste assunto. -----

Quando o Sr. Óscar veio à câmara municipal, e a própria esteve na primeira reunião consigo, assumiu um compromisso que não cumpriu, que foi o seguinte: Disse que a Europa Ar-Lindo não lhe pagava, e a própria, para tentar resolver o problema, juntamente com o Sr. Vice-Presidente, disseram: “muito bem, então a câmara municipal vai, em vez de pagar à Europa Ar-Lindo, pagar aos senhores”. Não era a câmara municipal que depositava na Caixa Geral de Depósitos, o senhor disse que não tinha conta na Caixa Geral de Depósitos, e a própria disse-lhe que abrisse, para que não houvesse nenhum hiato temporal entre o momento em que lhe entregava o cheque e o momento em que o senhor depositava o dinheiro na sua conta, ou seja, o senhor recebia o cheque na câmara municipal e ia imediatamente à delegação da Caixa Geral de Depósitos fazer o depósito na sua conta. -----

Esta triangulação, que é algo que já ultrapassa as competências e responsabilidades da câmara municipal, foi acolhida por bem pela Europa Ar-Lindo, com quem, aparentemente, e o Sr. Óscar disse-o, numa outra obra se davam muito bem e nesta obra se dão muito mal. A própria não tem nada a ver com isso, embora lhe custe a entender. -----

O que aconteceu a seguir foi que a Europa Ar-Lindo entregou 2 cheques na câmara



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 125

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

municipal para serem entregues ao Sr. Óscar Gonçalves, um no dia 4, que era o dia em que vinha fazer a betonagem, e outro mais à frente, em data que foi combinada também com o Sr. Óscar. Porém, o Sr. Óscar Gonçalves não apareceu, sabendo o prejuízo que causava à obra e sabendo os problemas todos que daí acarretavam.-----

O prejuízo que a Europa Ar-Lindo causou à Cedemat não é com a câmara municipal, é um assunto que o senhor tem que dirimir com a Europa Ar-Lindo, que foi quem o contratou.-----

Veio depois o Sr. Óscar dizer, que até ao momento não tinha dito, que no contrato que tinha assinado havia uma cláusula que dizia que caso a Europa Ar-Lindo não lhe pagasse pediria o dinheiro à câmara municipal.-----

Por via do Sr. Vice-Presidente, e dos serviços, porque o senhor, a determinado momento, resolveu vir para a câmara municipal todos os dias, foi-lhe dito que o seu advogado contactasse o advogado da câmara municipal, que está presente na reunião e diz que até ao momento não teve nenhum contacto do colega.-----

Nesse sentido, a câmara municipal não quer que o senhor tenha problemas, mas os senhores já causaram um grande problema à câmara municipal, e é isso que tem para dizer.-----

A câmara municipal não diz que não paga, não deve nada, aliás, paga no dia em que vem a fatura, portanto, paga muito antes de qualquer prazo, para garantir que o trabalho se faz.-----

Quer a própria, o Sr. Vice-Presidente e o Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Qualificação Urbana, têm até falado com fornecedores de materiais, e o Sr. Óscar sabe isso, no sentido de garantir que os pagamentos se fazem, e no dia em que chega o material a Europa Ar-Lindo tem o cheque no local da obra, o fornecedor descarrega o material e leva o cheque.-----

A câmara municipal está a gerir isto tudo, é resultado da conjuntura económica do país, que efetivamente todos lamentam, mas a verdade é que teve azar, porque aquela obra devia estar terminada e não está. Teve azar porque efetivamente as pessoas com quem contratou não se comportaram à altura dos compromissos que assumiram com o município de Vila Franca de Xira, que melhor pagador não podem encontrar.-----

[Handwritten signature]

Esta é a realidade, e a seguir vai dar a palavra ao Sr. Vice-Presidente, mas se o Sr. Óscar Gonçalves quiser a seguir falar com o advogado da câmara municipal, ele está presente, ou então o seu advogado que fale com o advogado da câmara municipal, que foi isso que ficou acordado, e até ao momento não falaram.-----

Há algumas tramitações que são obrigatórias, não basta o Sr. Óscar Gonçalves dizer que, como assinou um contrato que a câmara municipal nem conhecia o clausulado, há lá uma cláusula que diz que se um não pagar paga o outro. A câmara municipal só lhe pode pagar se dever alguma coisa à Europa Ar-Lindo, porque se não tiver nada para pagar àquela empresa, não lhe pode estar a dar o dinheiro, e nesse quadro este é um assunto que deve ser visto entre os advogados das partes. Lamenta que efetivamente estejam a causar tão grande prejuízo ao município.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que a Srª Presidente já disse o essencial e o próprio lamenta profundamente que o Sr. Óscar Gonçalves não tenha tido a capacidade de ir ao encontro da solução preconizada numa reunião que tiveram na câmara municipal, em que este tinha a garantia de em 2 momentos receber 2 trabalhos que estavam já em atraso, um, salvo erro, de 80 000,00€, e outro de 90 000,00€, um mais ou menos no dia 4, e outro no dia 20. Não quis porque quando se estava a estabelecer esse acordo disse que queria ver quais eram os autos seguintes, ora essa era uma situação que o Sr. Óscar Gonçalves tinha que ver com a Europa Ar-Lindo e não com a câmara municipal.-----

No seu entendimento, o que o Sr. Óscar tinha de fazer para salvaguardar os seus interesses era ter feito a betonagem, que não fez, recusou-se a fazê-la. Por se ter recusado, e como sabia que aquela betonagem era absolutamente essencial para o desenvolvimento do trabalho, achou que tinha ali uma solução para atingir aquilo que pensa que deveria ter atingido.-----

O próprio não tem nada a ver com as questões entre o Sr. Óscar e o empreiteiro, são problemas que têm de dirimir, não sabe bem onde, o que lamenta profundamente é que se tenha feito um esforço tão grande para ir ao encontro do Sr. Óscar, e este, por uma teimosia enorme, não fez aquilo que devia ter feito, que era a betonagem, que era necessária ser feita, e foi. -----

Outra questão é aquilo que o Sr. Óscar refere de um contrato que estabeleceu com



a Europa Ar-Lindo, do qual a câmara municipal só teve conhecimento muito mais tarde. Aliás, o próprio empreiteiro devia ter posto a autarquia ao corrente que tinha feito uma adenda ao contrato que estabeleceu, coisa que não fez. -----
Chegados aqui, é já uma questão de carácter jurídico, e a câmara municipal tem vindo a dizer ao Sr. Óscar Gonçalves e a quem está ali acampado diariamente, que era de toda a conveniência os advogados falarem. -----
O advogado da câmara municipal já tentou falar com o advogado da Cedemat, aliás, há mais de um mês que falou com ele e se disponibilizou para conversarem e resolverem o que se tinha de resolver juridicamente.-----
Continua de pé esta solução, ou seja, o advogado da Cedemat falar com o advogado da câmara municipal, tanto mais que este ainda ontem tentou entrar em contacto com o colega e não conseguiu, tendo inclusivamente enviado um fax, disponibilizando-se para conversarem.-----
O Sr. Óscar Gonçalves não vai ser prejudicado porque vai receber aquilo a que tem direito do trabalho que já executou, mas lamentavelmente podiam-se ter feito as coisas de uma maneira completamente diferente daquilo que as empresas têm vindo a fazer, porque era possível a câmara municipal estar com a obra em grande desenvolvimento, as empresas fazerem aquilo que tinham de fazer, a Cedemat ter recebido o dinheiro que já estava em dívida, e neste momento já se estar a trabalhar nos autos seguintes, depois de a Cedemat acordar os valores com a Europa Ar-Lindo, mas não o fez. -----
O Sr. Óscar decidiu, possivelmente mal aconselhado, da forma como decidiu, e a situação está no ponto em que está, mas secundando aquilo que a Srª Presidente já disse, também lhe diz que o que lhe é devido irá ser pago, apesar dos prejuízos que a sua empresa causou à câmara municipal.-----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
BARREIRAS ARQUITETÓNICAS E QUESTÕES DE SEGURANÇA -----

Interveio o município, Sr. David Nunes, dizendo que ao fim desta longa maratona, e por ser a primeira vez que está em contacto com os membros da câmara municipal este ano, não queria deixar de lhes desejar um bom ano de 2013, embora sendo um número que parece ser de azar, pode ser que venha a sorte.-----

Desejou a todos os membros, a todos os presentes e suas famílias, um ano o melhor possível.-----

Prosseguiu, dizendo que o assunto que o traz à reunião de câmara é o célebre Decreto-Lei nº 216/2006, que revogou um outro de 1997, que tem um artigo 9º que é muito interessante, porque é estabelecido temporalmente o limite da sua execução, ou seja, a partir de 2006 tem 10 anos para ser executado, prazo que termina em 2016. -----

Como se está a 3 anos, quer dizer que esta questão já vai cair na próxima câmara municipal que vier a ser eleita, de qualquer maneira, para que o município de Vila Franca de Xira não sofra coimas, pergunta, e é a sua dúvida, porque não tem informação, se a autarquia está atenta àquilo que este decreto obriga às câmaras municipais, a todos os construtores e a quem licencia as obras a executar. -----

O decreto refere-se às barreiras arquitetónicas para os invisuais e deficientes, tendo de se adaptar os edifícios públicos anteriores a 1997, e depois tem a ver com os licenciamentos a partir daí.-----

Atualmente está reformado e anda por aí, e falava-se num tribunal novo, mas se ficar aquele, tem de ser adaptado e tem que levar uma rampa. -----

O decreto revogou o de 1997 para aumentar as coimas, e o legislador disse que a legislação de 1997 não estava a ser bem cumprida porque as coimas eram a "brincar", pelo que as pessoas iam-nas pagando e não faziam as obras, por isso fez esta alteração, carregando essencialmente nas coimas.-----

Queria chamar a atenção para as questões de segurança, porque vai indo para mais idade e vai-se tornando sensível a estas questões.-----

Aproveitou para se referir aos invisuais, dizendo que basta alterar uma rua, e levar mais uns pilaretes, porque não se quer que os carros estacionem em cima dos passeios, mas os invisuais levam com os pilaretes em cima.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 129

Reunião de 2013/01/23

Proc.^o _____

Deliberação n.^o _____

Tudo isto está de novo agarrado a uma questão de segurança, que é a falta de policiamento e a insegurança que as populações continuam a sentir.-----
Ainda hoje teve que se indispor com um indivíduo já grande, porque estava a bater numa criança que tinha saído da Escola Dr. Vasco Moniz, e o próprio começou aos berros da sua janela, para o assustar, e a sua mulher disse-lhe para não se meter, senão quem levava era o próprio, porque não há polícia ali.-----
Acha piada ao facto da polícia fazer relatórios e dizer que os acidentes estão a diminuir, pois ela não vai lá. -----
O seu neto já foi agredido fora da Escola Reynaldo dos Santos, e como é fora das instalações a contínua já não liga, sendo que a funcionária que o ia receber, porque lhe custava muito subir a rampa, ficou cá em baixo e não viu o miúdo levar "porrada". Como a polícia também não está lá, uns não participam e os que sofrem calam para não levar mais, e depois a autoridade vem dizer que está a diminuir, mas de facto está a aumentar a ignorância e a diminuírem as participações. -----
Esta matéria já teve um parecer favorável na Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira, há cada vez uma maior sensibilidade para as questões de segurança e, já que a câmara municipal vai ter reuniões com a polícia, solicita que em nome dos cidadãos de Vila Franca de Xira haja um cuidado muito grande acerca desta questão da segurança. -----
Há situações estranhas, porque passou ao pé do museu e hoje estavam 5 polícias a conversar ali à porta, foi ao Modelo fazer compras, passou a rotunda como quem vai para a autoestrada, e estava um carro da polícia encostado a nascente a ver quem é que acelerava ali. -----
Interveio a Sr.^a Presidente, perguntando se o munícipe quer colocar alguma questão em concreto. -----
Respondeu o munícipe que a questão é esta, em relação às barreiras, começar a eliminá-las, aproveitando-se para cumprir o decreto-lei. Em relação à segurança de uma forma mais genérica, no jardim Dr. Luís César Pereira continua a não se ver polícia e a não ter vigilância nenhuma, conforme acontece nas escolas e noutros locais.-----
Interveio a Sr.^a Presidente, informando que a câmara municipal está a observar a disposição legal referida, e bem prova disso é desde logo o edifício onde o



Deliberação nº _____

Quanto à outra questão, já hoje foi referida, sob outro aspeto. As questões da segurança são questões que preocupam a autarquia, o Conselho Municipal de Segurança reúne regularmente, e se houver necessidade reunirá extraordinariamente. Já está marcada nova reunião, e vão ser analisadas algumas questões, entre elas as que a Sr^a Vereadora Helena Pereira de Jesus referiu no princípio da reunião, não sabendo se o munícipe estava presente, e que têm a ver com a segurança na proximidade dos estabelecimentos escolares e nos caminhos que lhes dão acesso. -----



Deliberação nº

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO DR. VASCO MONIZ -----

O munícipe, Sr. David Nunes, referiu o facto de se ter falado nesta reunião nos centenários e o próprio não pode, como vila-franquense, deixar de lembrar um homem que também está a fazer 100 anos este ano, o Dr. Vasco Moniz, a quem muito deve.-----

Interveio a Sr^a Presidente, dizendo que a câmara municipal já reuniu com uma pequena comissão, a própria sabe que o munícipe também está envolvido na comemoração do centenário do Dr. Vasco Moniz e que a comissão já reuniu com o CBEI – Centro de Bem Estar Infantil, com a direção da escola, está a congregar um conjunto de entidades e elaborou um programa. -----

O executivo municipal está a tratar do assunto e oportunamente será presente a reunião de câmara. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 132

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
VEDAÇÃO DE PASSAGEM PÚBLICA - ESTRADA DE MONTE DE LOIOS – CASTANHEIRA
DO RIBATEJO -----

A munícipe, Srª Carmina Aires, referiu que já tem vindo às reuniões de câmara para falar sobre uma vedação de passagem pública, na estrada de Monte Loios, na Castanheira do Ribatejo, no local onde mora.-----

A rede agora foi tirada, mas a conta-gotas, e os cães continuam na passagem pública, pelo que se alguém quer ir lá abaixo não pode, e ao fundo, por baixo dos casebres deles, há outras cancelas que não foram retiradas. -----

Sabe que aquela barraca que está mesmo perto da sua garagem está em ordem de demolição há bastante tempo, e são todas obras ilegais, dito mesmo pelo Sr. Salvador, que as fazia ao sábado e domingo, quando a fiscalização não passava lá.

As chapas estão lá postas com uns barrotes e, com o vento que veio ultimamente, vieram para cima da sua vedação, pelo que tem a rede e um pilar cortado.-----

Foi retirado tudo o que lá estava, o que se podia e o que não se podia ver, e foi tudo acartado para baixo, para o rio. -----

Já tinha dito à Srª Presidente que aquela barraca tinha depósitos de gasóleo dentro, o que era um perigo, e a sua garagem fica muito perto, e agora os depósitos foram levados para baixo, para o rio.-----

Julga que não há nada dentro daquela barraca perto da sua garagem, porque está destelhada, e foi tudo acartado no sábado para os casebres junto ao rio. -----

Pergunta à Srª Presidente, já que aquilo está tudo destelhado, por que é que não é deitado abaixo, se tem ordem de demolição, porque a sua casa está em perigo. Quando a sua casa estiver a arder ou com qualquer outra coisa vem queixar-se à câmara municipal e a Srª Presidente vai-lhe dizer que tem muita pena, mas não é assim. Já está farta de dizer isto, aquelas obras são ilegais, o homem pode pagar uma renda, e questiona por que é que não o põem a pagar uma renda, já que ele levou para lá a filha e o genro. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, informando que na sequência das várias diligências que a munícipe tem feito reuniu com os seus vizinhos, e nessa reunião esteve um senhor, o senhor mais forte, e uma filha, que de momento não se recorda dos nomes, e disse para voltarem com o advogado, porque tinha dúvidas sobre



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 133

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

algumas matérias, designadamente porque estão em terrenos que são alugados e que são de uma outra pessoa que é emigrante, de acordo com documentos que viu. De qualquer forma, o advogado ficou de enviar à câmara municipal documentos que atestem a titularidade dos terrenos, porque pode estar-se a falar de terrenos que, no todo, ou em parte, sejam públicos.-----

Deste modo, há uma questão que tem a ver com a identificação da titularidade dos terrenos, julgando, pela avaliação feita pelos serviços municipais, que uma parte é capaz de ser pública e outra parte ser de outra pessoa, que está emigrada, de acordo com os documentos que lhe foram presentes, mas tem de ter mais certezas e outro tipo de documentos. -----

Só se pode guiar por documentos e não pelo "diz que disse", não conhece ninguém, está à vontade, tem é que fazer uma avaliação o mais justa possível do conflito, porque é de um conflito que se trata.-----

Outra questão é verificar se efetivamente houve algum licenciamento daquelas casas, julga que não houve e que praticamente todas ou algumas delas são ilegais. Chegando à garagem, disse-lhes que aquela garagem tem de ser demolida o mais depressa possível, e foi feito o compromisso que os senhores iam tirar a cancela, e tiraram. Agora a munícipe diz que ainda há mais cancelas, mas o próprio não pode obrigar as pessoas a tirar cancelas de tudo quanto é sítio, a única coisa que pode obrigar é a tirar cancelas de uma serventia pública. Se na serventia pública que os serviços identificaram no cadastro houver mais cancelas, vão ter de ser retiradas. -- Terminou, dizendo que o processo está nesta situação, o próprio e o serviço não o descuraram, está-se perante uma grande embrulhada, uma grande trapalhada que não é fácil resolver, mas vai ter de se resolver. -----

Uma das questões essenciais que a munícipe reclamava, e bem, era a da cancela, que está resolvida. Nos dias seguintes às pessoas lá terem ido consigo, de acordo com o compromisso que assumiram, retiraram a cancela. Está prevista a ida regular da fiscalização municipal ao local para ir vendo se eventualmente a cancela foi lá posta e, uma vez que foi dito que há outras, irão verificar se é assim ou não. -- Quanto à demolição da garagem, tem de acontecer rapidamente, se não for doutra forma vai ter de ser a câmara municipal a fazê-la. -----

No que se refere às outras casas que lá estão, uma vez que habitam pessoas, tem



Fl-Ala 134

Reunião de 2013/01/23

Proc^o

Deliberação nº

de se ter algum cuidado na tramitação do processo, sendo que já disse à munícipe que há lá uma casa abarracada com telheiro que também tem de ir imediatamente ao chão.

É aquilo que pode dizer neste momento, e esta questão já deu horas de trabalho, pelo que pede à munícipe que creia que de facto a câmara municipal tem-se esforçado por resolver o problema, e vai resolvê-lo, não pode é ser com a velocidade que esta desejaria. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DE PAVIMENTOS EM ARRUAMENTOS MUNICIPAIS DO CONCELHO – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 26/13, de 14/01, do DOVSM/SA, para aprovação da devolução do valor de 77,24€, com IVA incluído, pago pela Matos & Neves, Lda, pelas peças do procedimento da empreitada de Requalificação de Pavimentos em Arruamentos Municipais do Concelho, adjudicada à Construções Pragosa, SA.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 26/13, de 14/01, do DOVSM/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DE PAVIMENTOS EM ARRUAMENTOS MUNICIPAIS DO CONCELHO – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 25/13, de 14/01, do DOVSM/SA, para aprovação da devolução do valor de 77,24€, com IVA incluído, pago pela Submerci – Construção e Urbanizações, Lda, pelas peças do procedimento da empreitada de Requalificação de Pavimentos em Arruamentos Municipais do Concelho, adjudicada à Construções Pragosa, SA.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 25/13, de 14/01, do DOVSM/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 137

Reunião de 2013/01/23

Procº 60/12 DOVSM-EMP

Deliberação nº 062

1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DE PAVIMENTOS EM ARRUAMENTOS MUNICIPAIS DO CONCELHO – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 22/13, de 14/01, do DOVSM/SA, para aprovação da devolução do valor de 77,24€, com IVA incluído, pago pela Asibel Construções, SA, pelas peças do procedimento da empreitada de Requalificação de Pavimentos em Arruamentos Municipais do Concelho, adjudicada à Construções Pragosa, SA.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 22/13, de 14/01, do DOVSM/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira
Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 138

Reunião de 2013/01/23

Procº 72/12 DOVSM-EMP

Deliberação nº 063

1. Assunto: ADAPTAÇÃO DO EDÍFICIO DO MERCADO DA PÓVOA DE SANTA IRIA PARA ESPAÇO CULTURAL – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 23/13, de 11/01, do DOVSM/DGE, para ratificação do despacho que aprovou o desenvolvimento do plano de segurança e saúde da empreitada de Adaptação do Edifício do Mercado da Póvoa de Santa Iria para Espaço Cultural, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada ao Consórcio Constrope - Congevia, Engenharia e Construção, SA/Gigabeira – Instalações Especiais, Lda. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 23/13, de 11/01, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para ratificação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FRENTE RIBEIRINHA DA ZONA SUL DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA – NÚCLEO MUSEOLÓGICO “A PÓVOA E O RIO” – PÓVOA DE SANTA IRIA -----


2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 45/13, de 11/01, do DOVSM/DGE, para aprovação da adjudicação da empreitada de Requalificação Urbana da Frente Ribeirinha da Zona Sul do Concelho de Vila Franca de Xira – Núcleo Museológico “A Póvoa e o Rio” – Póvoa de Santa Iria, à AECL, Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA, pelo valor de 270 233,73€, acrescido de IVA, sendo o prazo de execução de 120 dias. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 45/13, de 11/01, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, clarificando que os membros da CDU estão de acordo com a construção do núcleo museológico, mas queriam só perguntar em que terreno vai ser feito, porque têm alguma dúvida se o terreno é da propriedade privada da Administração do Porto de Lisboa, se é do município, ou se é da Teixeira Duarte, o que pressupõe o corolário e a aceitação do pressuposto imobiliário, e se assim for votarão contra. -----
Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo não conseguir dizer ao certo, mas julga que é nos terrenos da Teixeira Duarte, nas zonas onde o município foi autorizado. --
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que, em relação a este ponto, a dúvida dos membros da Coligação Novo tem a ver com o orçamento. O que leem é que “a presente despesa tem encargos exclusivos em anos seguintes,



pelo que não há lugar a cabimento no exercício de 2012”, perguntando se cabe no orçamento corrigido de 2012, ou não.-----

Respondeu a Srª Presidente que consta no orçamento corrigido de 2012, e em termos de orçamento está contemplado no parque urbano.-----

Informou ainda, após contacto com o serviço, que os terrenos são propriedade da APL, não são da Teixeira Duarte.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



1. Assunto: REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA ESTRADA MUNICIPAL DO PORTO DE AREIA – CASTANHEIRA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1/13, de 14/01, do DOVSM/DGE, para aprovação do relatório final do júri do procedimento, com proposta de adjudicação da empreitada da Reabilitação de Pavimentos na Estrada Municipal do Porto de Areia, na Castanheira do Ribatejo, à Construções Pragosa, SA, pelo valor de 369 232,00€, acrescido de IVA, sendo o prazo de execução de 135 dias. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1/13, de 14/01, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo-se aos pontos 28 e 29 da ordem do dia, considerando que a questão que os membros da CDU pretendem colocar é a mesma. -----
Aquando da reunião na Castanheira do Ribatejo colocaram umas questões que foram aceites pela Srª Presidente e que tinham a ver com a assunção das responsabilidades no que diz respeito ao pagamento das obras de requalificação das duas estradas. Gostariam de perceber se fruto desses contactos feitos pela câmara municipal já alguma das entidades aceitou as responsabilidades que lhes são tidas no que diz respeito à reabilitação destes dois pavimentos. -----
Respondeu a Srª Presidente que há uma parte que está assumida, e virá à reunião de câmara muito em breve uma alteração ao protocolo, que tem a ver com 300 000,00€ por parte da Abertis, para comparticipar nesta obra. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 142
Reunião de 2013/01/23
Procº 58/12 DOVSM-EMP
Deliberação nº _____

As outras entidades foram todas notificadas, não sabe se já houve alguma resposta.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, informando que foram notificadas a REFER, a Abertis Sava, a Simtejo, a EDP Distribuição e a Lisboagás. -----

As respostas recebidas são genéricas, dizendo que as intervenções que fizeram não contribuíram para o desgaste e a degradação do piso. Evidentemente que não é assim, a câmara municipal sabe que não é assim, mas sabe também, em boa verdade, que se está perante uma estrada que não foi executada para ter aquele tipo de trânsito. O trânsito pesado aumentou significativamente nos últimos anos e uma estrada que tinha sido pensada para outras características teve que servir também para aquele trânsito, o que quer dizer que isso provocou a degradação e os problemas que se têm naquela estrada. Porém, é verdade que as intervenções de alguns operadores também não ajudaram em nada.-----

As respostas que têm sido recebidas, nomeadamente as da EDP e da REFER, declinam responsabilidades, a câmara municipal não aceita isso, estando já marcada uma reunião com a Lisboagás, que teve intervenções numa parte importante destes arruamentos, e vai continuar até ao momento em que provavelmente vai ter de evoluir para ações de caráter jurídico para ser ressarcida daquilo que pensa que é uma quota-parte dos problemas que aquela estrada tem e que foram criados por estes operadores. -----

Se a Srª Vereadora quiser, tem um conjunto dos ofícios que foram enviados e o ponto da situação, tem todo o processo da troca de correspondência feita. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, perguntando se ambos os pontos cabem no orçamento corrigido de 2012, ao que a Srª Presidente respondeu afirmativamente. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA ESTRADA MUNICIPAL DO APEADEIRO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 54/13, de 14/01, do DOVSM/DGE, para aprovação do relatório final do júri do procedimento, com proposta de adjudicação da empreitada de Reabilitação de Pavimentos na Estrada Municipal do Apeadeiro, na Castanheira do Ribatejo, à Construções Pragosa, SA, pelo valor de 359 476,28€, acrescido de IVA, sendo o prazo de execução de 120 dias. -----

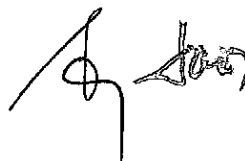
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 54/13, de 14/01, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A análise deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 28 da ordem do dia. ---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: EXECUÇÃO DA SEDE E POLIDESPORTIVO DO CLUBE ACADÉMICO DE DESPORTOS – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 91/13, de 18/01, do DOVSM/DGE, para aprovação da lista de erros e omissões, referente à empreitada de Execução da Sede e Polidesportivo do Clube Académico de Desportos, na Póvoa de Santa Iria. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 91/13, de 18/01, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Presidente, referindo que este assunto está contemplado na alteração que se produziu ao orçamento, e vem no seguimento da aprovação de um ponto anterior. -----
Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU votam contra a construção da sede, pelo que não faz sentido terem outra posição que não essa. -----
A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus tomou a palavra, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo, tendo em conta os esclarecimentos prestados sobre o orçamento, votam a favor. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 146

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº 068

Assunto: LEGISLAÇÃO-SÍNTESE -----

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração:-----

Lei nº 2/2013, de 10 de janeiro, I série, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais; -----

Portaria nº 9/2013, de 10 de janeiro, I série, que regulamenta vários aspetos do Procedimento Especial de Despejo;-----

Decreto-Lei nº 3/2013, de 10 de janeiro, I série, que determina que durante o ano de 2013 o pagamento do montante adicional das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência, atribuídas pelo sistema de segurança social, referente ao mês de dezembro, relativamente aos pensionistas cuja soma das pensões seja igual ou superior a (euro) 600, e do subsídio de Natal dos aposentados, reformados e demais pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, seja efetuado em duodécimos;-----

Portaria nº 10/2013, de 11 de janeiro, I série, quinta alteração à Portaria nº 1230/2006, de 15 de novembro, que cria os programas de apoio financeiro ao associativismo jovem (PAJ, PAI e PAE) e aprova o respetivo regulamento; -----

Despacho nº 752/2013, de 11 de janeiro, II série, Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira;-----

Lei nº 4/2013, de 14 de janeiro, I série, sobre os crimes da responsabilidade de titulares de cargos políticos ou de altos cargos públicos (4ª alteração à Lei nº 34/87, de 16 de julho);-----

Anúncio nº 12/2013, 14 de janeiro, II série, relativo à abertura do procedimento de classificação das 1ª e 2ª Linhas de Defesa a norte de Lisboa durante a Guerra Peninsular, também conhecidas como Linhas de Torres, nos concelhos de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, no distrito de Lisboa, sobre o arquivamento dos procedimentos de classificação das obras militares sitas nos concelhos de Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, no distrito de Lisboa; -----

Despacho nº 796-B/2013, de 14 de janeiro, II série, que aprova as tabelas de retenção na fonte para o ano de 2013;-----

Portaria nº 15/2013, de 15 de janeiro, I série, que define regimes de exceção no



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 147

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente consagrado no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, e revoga a Portaria nº 926/2010, de 20 de setembro; -----
Declaração de retificação nº 45-A/2013, de 15 de janeiro, II série, relativa ao Despacho nº 796-B/2013, de 14 de janeiro, publicado no Diário da República nº 9, 2º suplemento, II série, de 14 de janeiro de 2013; -----
Resolução do Conselho de Ministros nº 3/2013, de 16 de janeiro, I série, que cria a equipa para os assuntos da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica; ----
Declaração de Retificação nº 2/2013, de 16 de janeiro, I série, que retifica o Decreto-Lei nº 3/2013, de 10 de janeiro, do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, que determina que durante o ano de 2013 o pagamento do montante adicional das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência atribuídas pelo sistema de segurança social, referente ao mês de dezembro, relativamente aos pensionistas cuja soma das pensões seja igual ou superior a (euro) 600, e do subsídio de Natal dos aposentados, reformados e demais pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, seja efetuado em duodécimos, publicado no Diário da República nº 7, 1ª série, de 10 de janeiro de 2013; -----
Decreto-Lei nº 6/2013, de 17 de janeiro, I série, que no uso da autorização legislativa concedida pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, aprova alterações à legislação tributária, de modo a garantir o adequado funcionamento da Unidade dos Grandes Contribuintes no âmbito da Autoridade Tributária e Aduaneira; -----
Portaria nº 16/2013, de 17 de janeiro, I série, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública e revoga a Portaria nº 9/2012, de 10 de janeiro; -----
Decreto-Lei nº 7/2013, de 17 de janeiro, I série, que estabelece um regime excecional para a seleção e o recrutamento do pessoal docente dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência. -----
Tomado conhecimento. -----



Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DA SRª PRESIDENTE E DA SRª VEREADORA
NA ÁREA DE PESSOAL-----

- Não renovação, com efeitos a 28 de fevereiro de 2013, da nomeação em comissão de serviço da Técnica Superior, Raquel Sofia Pereira da Silva Oliveira, no cargo de Chefe da Divisão de Contratação Pública, Aprovisionamento e Imobilizado, por despacho da Srª Presidente de 2012/12/26.-----

- Licença sem remuneração, pelo período de 90 dias, com efeitos a 14 de janeiro de 2013, solicitada pela Assistente Técnica, Maria Elisabete de Carvalho Hipólito, por despacho da Srª Vereadora de 2013/01/15.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que na última reunião, e já em reuniões anteriores, os membros da CDU pediram uma lista dos postos que estão a ser ocupados no âmbito do contrato CEI - Contratos de Emprego Inserção, e ainda não foi entregue, assim como os pedidos de mobilidade intercarreiras que fizeram chegar junto dos recursos humanos. Estão à espera que essa informação chegue ao seu gabinete, e gostariam que chegasse rapidamente.-----

Interveio a Srª Presidente, solicitando à Srª Vereadora Conceição Santos que registre o pedido, dando-lhe de imediato a palavra.-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Conceição Santos, dizendo que essa informação já tinha sido feita, mas tinha sido feita através de e-mail, e por norma é feita através de uma outra forma, comunicação interna, para ter os respetivos despachos. Portanto, por isso é que ainda não foi enviada, porque de facto já foi feita.-----

Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 149

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº 070

1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA – PROMOCASA - COOPERATIVA DE HABITAÇÃO, CRL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 9/13, de 15/01, do DAG/Notariado, para aprovação do não exercício do direito de preferência e transmissão das frações "F", "G" e "H", sitas na Rua Miguel Torga, nº 3, r/c, lojas 1, 2 e 3, na Quinta da Maranhota, freguesia de Vialonga, pelos valores, respetivamente, de 70 000,00€, 55 000,00€ e 80 000,00€, e utilização das referidas frações por terceiros que não os associados da cooperativa.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 9/13, de 15/01, do DAG/Notariado, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo que vai tentar não ser muito extenso, mas certamente pela primeira vez vai falar demais. Não se está a decidir sobre a transmissão do direito de superfície, nem a autorização de terceiros não associados da cooperativa, conforme o pedido feito pela Promocasa.-----
Explicando mais ou menos em pormenor, disse que a Promocasa pretende entregar bens imóveis a um banco como dação em pagamento, e numa dação em pagamento entrega-se ao banco um imóvel de pleno direito, e nas casas construídas e adquiridas à Promocasa ou outras cooperativas de habitação, desde que tenham recebido terrenos camarários, estas apenas podem vender o direito de superfície, e não a propriedade plena, sendo que a câmara municipal, cedente do terreno, fica sempre com a possibilidade de exercer o direito de preferência sobre qualquer transmissão. Nestas circunstâncias o banco não pode vender no mercado



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 150

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

livre, vai receber, porque tem sempre obrigatoriedade de pedir autorização à câmara municipal para o exercício ou não do direito de preferência, e um dia a câmara municipal pode recusá-lo. Portanto, por isso é que a banca não aceita fazer o recebimento destas dações tal como estão feitas.-----

A Srª Presidente, percebendo perfeitamente a questão, em outubro de 2012 questionou os serviços sobre qual o prejuízo que a câmara municipal teria se se fizesse de facto a transmissão desse direito, bem como a tal venda a terceiros que não fossem sócios da cooperativa. -----

Não há propriamente documentos no processo que foi presente aos membros da CDU, e não há resposta a essa questão, o que há são 3 avaliações versus 3 valores que a Promocasa receberia, ou que a banca lhe concederia na diminuição da sua dívida. -----

São 3 frações, a Promocasa vendia ao banco por 70 000,00€ aquilo que a câmara municipal avaliou por 66 000,00€, por 55 000,00€ aquilo que a autarquia ou os seus serviços avaliaram por 46 000,00€, e uma por 80 000,00€, que os serviços avaliaram por 68 500,00€, ou seja, a Promocasa entregaria ao banco valor que este se dispunha para receber por 205 000,00€, aquilo que pelas avaliações camarárias perfazia cerca de 182 000,00€.-----

Bem se sabe que o prejuízo da câmara municipal não são os 182 000,00€, porque não construiu, apenas cedeu o terreno, e portanto o seu prejuízo seria o equivalente a 92m2 duma fração, 90m2 da outra, 63m2 da outra, seriam apenas os valores de terreno, e por isso é que diz que à questão levantada pela Srª Presidente ninguém respondeu, porque o que lhe atribuíram foram os valores de avaliação dessas frações. -----

Uma outra questão sem resposta é que, sendo a dívida da Promocasa de 2,3 milhões de euros, por aquilo que os membros da CDU entenderam, como é que esta vai pagá-la, porque na realidade à câmara municipal só pediu a tal transmissão dos direitos para 3 lojas, que totalizam 205 000,00€, e não chegava sequer a um décimo da dívida atual, o que quer significar que certamente dentro de muito pouco tempo haveria outro pedido de frações, para acabar por perfazer algum valor semelhante com 2 milhões de euros, que é aquilo que a Promocasa diz que tem em dívida. -----



A sua questão é, se não se vai decidir do pedido da Promocasa, então o que é que se vai decidir, porque aquilo que vem a reunião de câmara é o exercício do direito de preferência, que não foi solicitado à câmara municipal, nem certamente com esta resposta a dizer que não se vai exercer o direito de preferência a banca vai receber estas frações da Promocasa como dação ao pagamento.-----

A sua questão é o que é que a câmara municipal vai decidir, uma vez que aquilo que consta não foi aquilo que foi pedido.-----

Interveio a Srª Presidente, passando a palavra ao Dr. Fernando Barreiros, para explicar o que é presente, que é dação em pagamento, que no caso lhe parece que funciona em tudo como um exercício de direito de preferência em relação à câmara municipal.-----

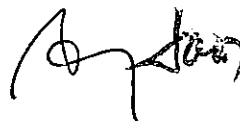
Tomou a palavra o Dr. Fernando Barreiros, referindo que a interpretação que fez do documento é precisamente aquela que a Srª Presidente também fez, e pensa que é essa que pode ser feita. A Promocasa tem uma dívida à banca, e veio pedir à câmara municipal se consentia na transmissão do direito de superfície ao banco ou se estava interessada em preferir.-----

De seguida, leu parte do documento da Promocasa: "... que autorize a transmissão do direito de superfície sobre as identificadas frações autónomas, designadas pelas letras F, G e H, a título de dação em cumprimento, a favor do Banco Comercial Português, SA".-----

O direito de superfície é constituído por um determinado tempo, e decorrido esse tempo a câmara municipal poderá renová-lo ou não. Se não renovar, o banco tem de entregar esse direito de superfície à câmara municipal, e esta reúne a propriedade plena, porque neste momento tem a "nua propriedade", só tem o chão.-----

Se a câmara municipal decidir nesse sentido, e está feita a avaliação, pode transmitir o direito de superfície.-----

A Promocasa também pede que a câmara municipal autorize a utilização da exploração das identificadas frações autónomas por qualquer terceiro, e aqui é que a questão é diferente, ou seja, a autarquia também tem de dar uma autorização, não para transmitir o direito de superfície, porque se o banco quiser transmitir outra vez o direito de superfície a alguém tem de pedir à câmara municipal a



preferência, apesar de neste momento a mesma autorizar a dação em cumprimento desse direito de superfície. -----

Quando se fala em utilização ou exploração, subentende que será um arrendamento, usufruto ou qualquer coisa que caiba dentro dos limites temporais do direito de superfície, e por isso afigura-se-lhe como legal a deliberação que a câmara municipal vier a tomar, e neste sentido a proposta é para não exercer o direito de preferência sobre esse direito de superfície, e permitir ao banco, para conseguir que a Promocasa também resolva alguns problemas financeiros, que possa autorizar a utilização e exploração das identificadas frações, por exemplo, através de um arrendamento, usufruto, comodato ou o que entender por conveniente. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Bernardino Lima, mencionando que na sua opinião não é exatamente assim, porque se assim fosse, se lhe bastasse que se fizesse o não exercício do direito de preferência, a Promocasa não pedia a transmissão desse direito. A transmissão desse direito implica que a câmara municipal autoriza que a cooperativa passe aquilo para a banca, perdendo a mesma a possibilidade de poder exercer o direito de preferência. Só assim é que a banca aceita.-----

A Srª Presidente interveio, pedindo desculpa ao Sr. Vereador, mas entendendo que o mesmo está, não sabe se prejudicado ou beneficiado por uma deformação profissional. Não sabe se é assim, e se só assim é que a banca aceita, assim a câmara municipal não pode, porque não dá o terreno à banca, sendo que a deliberação da câmara municipal também não é nesse sentido, o que significa é que não quer ficar com aqueles edifícios, mas não aliena o terreno a favor de ninguém. -----

O Sr. Vereador Bernardino Lima interveio, dizendo que os membros da CDU estão de acordo com aquilo que está escrito na ordem de trabalhos, mas com a transmissão desse direito não estão de acordo. Não se vai alienar o direito que a câmara municipal tem relativamente àquele terreno, mas é exatamente isso, e de resto, se se verificar o despacho da jurista, ela diz exatamente "pretende a cooperativa de habitação, nos termos do disposto no requerimento, autorização da câmara para a transmissão do identificado direito de superfície a favor do BCP".-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 153

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Esclareceu o Dr. Fernando Barreiros que aquilo que o Sr. Vereador Bernardino Lima diz faz sentido, e pode-se clarificar essa situação se a câmara municipal entender, que não exerce o direito de preferência para este ato em concreto da dação, mas não renuncia, em transmissões futuras, a exercer o direito de superfície, se o banco quiser entretanto vender alguma coisa. Assim fica claro que não vai renunciar ao exercício do direito de preferência noutras transmissões que venham a ocorrer pelo banco do direito de superfície, sendo sempre uma reserva da câmara municipal, tal e qual como se fosse da Promocasa. Contudo, se quiser arrendar, dar de comodato ou outro tipo de situação, no âmbito dos direitos de superfície configurados, estará tudo bem. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que vai ao encontro do Sr. Vereador Bernardino Lima, uma vez que se é para diminuir a dívida da Promocasa, não pode o direito de superfície ficar na Promocasa. Estava-se a dizer que se não houver transferência do direito de superfície, tinha-se o prédio no banco ou num terceiro qualquer e o direito de superfície na Promocasa, o que não tem sentido. -----

O Dr. Fernando Barreiros interveio, esclarecendo que na declaração que for emitida, se a Srª Presidente assim o entender, poderá ser acautelada precisamente essa situação, que a câmara municipal não exerce o direito que tem de preferir na aquisição do direito de superfície neste ato em concreto, mas em futuras transmissões que o banco queira fazer do direito de superfície reserva o direito de ser novamente consultada no âmbito do direito de preferência que tem. O direito de superfície, neste momento, fica do banco, mas o que o banco não pode é dar esse direito de superfície a ninguém sem dar a preferência à câmara municipal. Fica o ónus inicial, fica o registo que está na Conservatória, com os ónus. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que o ponto é retirado, para melhor clarificação. -----

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia. -----



1. Assunto: SERVILUSA – MORA NO PAGAMENTO DE CÂNON SUPERFICIÁRIO – ISENÇÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com parecer nº 1/13, de 02/01, do DAG/SAD, para aprovação da isenção do pagamento da quantia de 21 220,04€, relativa às penalidades pelo atraso no pagamento de cânon superficiário, pela Servilusa – Gestão e Organização de Espaços Mortuários, Cemiteriais e Fornos Crematórios, Artigos e Equipamentos Funerários, Lda.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se parecer nº 1/13, de 02/01, do DAG/SAD, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, explicando que a Servilusa atrasou-se uns dias para pagar a renda, uma semana concretamente, e isso implica uma multa pesadíssima. -----
A empresa veio invocar que o seu problema não era pagar, aliás pagou, mas porque tinha feito alterações nos corpos sociais e não tinha conseguido ter os assuntos tratados a tempo para recolher as assinaturas.-----
Tendo em consideração que a multa é deveras pesada, o assunto é presente a reunião de câmara, porque só a câmara municipal é que pode determinar a isenção desta multa, que é o triplo do valor. -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que, estando os membros da CDU de acordo que a multa é pesada, esta empresa, quando aceitou o contrato, sabia da existência da multa, sabia que ela era pesada e que poderia estar sujeita a que um dia esta situação acontecesse.-----
Aquilo que querem deixar bem claro é que esta situação não se pode voltar a repetir, senão está-se a ter 2 pesos e 2 medidas para quem infringe a lei, dando um exemplo que lhe aconteceu, em que demorou mais 2 minutos a pagar o imposto de selo e pagou uma multa de 15,00€. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 155

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº _____

São deveres que os cidadãos têm e as empresas também têm e devem cumprir, senão estão sujeitos. Por mais que vá às Finanças dizer que teve um problema com o computador, a funcionária não quer saber, e os 15,00€ já foram pagos. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo vão-se abster, porque compreendem todas estas situações, mas a verdade é que os cidadãos pagam multas se não pagarem até ao dia que está previsto o respetivo pagamento, e se assim foi a Servilusa deveria ter informado atempadamente a câmara municipal que tinha um problema. Uma coisa é informar atempadamente que tem um problema, outra coisa é depois vir dizer que "o meu problema não era pagar, era ter um problema de assinaturas". -----

Não tem dúvidas que eventualmente não será nenhum problema de pagamento, mas a verdade é que se entra num problema de equidade no tratamento e a câmara municipal, a partir de hoje, vai ter de isentar toda a gente que diga que o seu problema não era pagar, mas atrasou-se porque o transporte não veio, e não pagou a renda ao dia 8. Tudo o que vier a reunião de câmara e tudo o que a câmara municipal tiver conhecimento vai aprovar. -----

Não é um problema de má vontade, é efetivamente um problema de equidade no tratamento de toda a gente. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que o que a Srª Presidente disse, que é verdade, é que efetivamente o valor da consequência da mora é o triplo das prestações em dívida, e dá 21 220,04€, que é um valor elevado, e pergunta se é por essa razão que se propõe isentar. Se fossem 500,00€ a câmara municipal isentava? Se calhar não era pedida a isenção. -----

Não sabe efetivamente até que ponto a câmara municipal não tem de ponderar bem esta questão, tendo em conta até o que o Sr. Vereador Rui Rei acabou de referir, porque a partir deste momento abre-se a porta para uma série de situações, pese embora a própria considere que o valor é efetivamente elevado, mas é o que decorre da lei. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dizendo crer que a questão do precedente não se coloca nesta situação em concreto, porque ela é tão específica que dificilmente se conseguia encontrar outra que lhe fosse equivalente, isto sem embargo de se estar a favor ou contra a questão do perdão, não é isso que está



em causa. -----

A preocupação tão lata como foi apresentada em 2 intervenções atrás, de que de repente abre-se a porta e isto será tudo igual, não é tudo igual, a situação é muito específica, pode ser justa ou injusta, e é isso que no fundo estão todos a discutir, mas a preocupação quanto ao precedente exagerado também lhe parece que não se coloca nesta situação.-----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, perguntando se foi a câmara municipal que fez o contrato, ao que a Srª Presidente respondeu afirmativamente.-----

Perguntou ainda o Sr. Vereador Bernardino Lima qual foi o objetivo de quem fez aquele contrato, respondendo a Srª Presidente não conseguir dizer.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que o normal, de facto, era que houvesse uma multa de 500,00€ se a empresa se tivesse atrasado, ou que se cobrasse qualquer coisa assim, e nestas circunstâncias ninguém pediria isenção de uma multa de 500,00€ ou 600,00€, agora, ela é tão pesada que não pode acontecer nunca.-----

Não há possibilidade de fazer uma alteração a este contrato, fazendo diminuir o valor da multa? A grande verdade é que no próximo ano a câmara municipal pode estar, também por 3 ou 4 dias, a ter que resolver outra vez a mesma questão, enquanto se a multa não fosse tão pesada certamente não teria que resolver nada, a empresa sabia o que tinha de pagar.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que se está a falar de uma multa de 21 000,00€, reconhece a sua ignorância, e ainda bem que é ignorante nesta matéria, não sabe quanto custa um funeral, mas a sua camarada Helena Pereira de Jesus disse-lhe que pode custar 11 000,00€, o que não tem problema, se a empresa estiver disponível para ter colaboração social no concelho, e a câmara municipal pode ser socialmente justa.-----

Após uma breve discussão, informou a Srª Presidente que o sentido de voto de todos os eleitos é favorável à isenção, alterando os membros da Coligação Novo Rumo a posição de abstenção para a favor.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento da quantia de 21 220,04€, relativa às penalidades pelo atraso no pagamento do cânon superficial.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 157

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº 072

1. Assunto: PROPOSTA DE ADMISSÃO DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA COMO SÓCIO HONORÁRIO DA XIRA CLUBE – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DOS TRABALHADORES DA CM E SMAS DE VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com parecer nº 2/13, de 03/01, do DAG/SAD, para aprovação da admissão do município de Vila Franca de Xira como sócio honorário da Xira Clube – Associação Desportiva e Cultural dos Trabalhadores da CM e SMAS de Vila Franca de Xira, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se parecer nº 2/13, de 03/01, do DAG/SAD, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



1. Assunto: EXTINÇÃO DA COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 2/13, de 15/01, do DAG/DAJ, para aprovação da extinção da Comissão Arbitral Municipal e a inclusão das competências desta no Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 2/13, de 15/01, do DAG/DAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ---

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 160

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº 074

1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais-----25 037 288,06€
Dotações não Orçamentais----- 2 084 939,08€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais----- 3 383 120,23€
Dotações não Orçamentais----- 195 606,44€

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão de Contabilidade para conhecimento dos pagamentos autorizados pela Srª Presidente e pelo Sr. Vereador Vale Antunes, no período compreendido entre 2013/01/04 e 2013/01/17, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.-----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO A 3 ELEVADORES INSTALADOS NO PARQUE URBANO DE VILA FRANCA DE XIRA E NO JARDIM DE INFÂNCIA DE ALHANDRA – COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 7/13, de 08/01, do DAF/DCPAI/SC, para aprovação da remessa à assembleia municipal, para autorização do compromisso plurianual respeitante à contratação de serviços de manutenção a 3 elevadores instalados no Parque Urbano de Vila Franca de Xira e no Jardim de Infância de Alhandra, em observância à Lei nº 8/12, de 21/02.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 7/13, de 08/01, do DAF/DCPAI/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, reportando-se ao mesmo em conjunto com os pontos 40, 42, 43 e 44.---
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que as dúvidas dos membros da Coligação Novo Rumo têm a ver com o orçamento.-----
A Srª Presidente interveio, esclarecendo que os pontos têm de ir todos à assembleia municipal.-----
A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio de novo, perguntando com que orçamento é que os pontos têm a ver, e se é também no âmbito do corrigido.-----
A Srª Presidente tomou a palavra, esclarecendo que é a mesma coisa, toda a despesa neste momento tem a ver com o orçamento corrigido de 2012 para o exercício económico de 2013.-----
A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus referiu que não viu os documentos, após a explicação de hoje, e não sabe se lá constam. -----
A Srª Presidente interveio, informando que está tudo a coberto, os documentos



trazem a indicação das rubricas, dos cabimentos e fundos disponíveis. -----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, questionando se na proposta de cabimento tem que se dizer isso, ao que a Srª Presidente respondeu que tem de dizer a rubrica.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que sim, mas não pode haver a introdução de coisas novas.-----

A Srª Presidente interveio, dizendo que coisas novas serão só através de uma revisão, mas estes pontos são relativos a rubricas que já existiam em 2012, pois já em 2012 havia estes serviços. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, referindo que, sendo assim, a Coligação Novo Rumo vota a favor. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, mencionando que se trata de situações que voltam agora a reunião de câmara, mas que já tinham sido aprovadas no fim do ano, para o instrumento que entraria em vigor em 2 de janeiro de 2013. Como não entrou em vigor, têm de voltar a reunião de câmara, tendo sido cabimentadas e comprometidas no âmbito do orçamento corrigido. Assim, já tinham vindo à reunião anterior, e vêm agora por isso. -----

Interveio o Dr. Fernando Barreiros, esclarecendo que a competência de adjudicar é da Srª Presidente, ao que a Srª Presidente informou que os assuntos são votados para irem à assembleia municipal, por causa de serem compromissos plurianuais. --

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a CDU anuncia o seu sentido de voto desfavorável nos pontos 40 e 43, porque entendem que a câmara municipal deveria, dentro dos seus recursos internos, proceder à realização destas tarefas.-----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, reportando-se ao ponto 44, dizendo que a lavagem e higienização de contentores é uma coisa daquelas que a CDU já vem discutindo há alguns anos a esta parte, e a pagar 110 mil euros anualmente já se tinham comprado quase 2 camiões. Em 3 anos já se tinham dado quase 2 camiões, fazendo por serviços próprios.-----

Interveio o Sr. Vereador Vale Antunes, dizendo que não será tanto assim, pelos números que o Sr. Vereador Bernardino Lima acaba de dizer, mas esta adjudicação e proposta de serviços resulta, o que repete, mas são realidades, das dificuldades



Fl. Ata 164

Reunião de 2013/01/23

Procº APRV.AD.RG 73/12

Deliberação nº _____

operacionais que existem na manutenção deste tipo de equipamentos. -----
Dando um exemplo, referiu não saber se já fez seguir para a Sr^a Presidente ou se vai seguir em breve, por proposta do Eng^o Francisco Teixeira, um equipamento que tem uma carroçaria nova, no sentido da sua conservação, mas os problemas são tão complicados que a proposta dos serviços é exatamente a de desativar a estrutura operacional de lavagem, aproveitando o “carro novo” para ser municiado com uma caixa e ir fazer a recolha de resíduos sólidos urbanos ou de separativos. --
Há estas dificuldades operacionais, não sabe se é por não haver técnicos, mas pode ser um pouco, porque é uma mecânica muito sofisticada, com custos elevados de manutenção. Estas são as dificuldades que surgem no dia a dia, com muitas horas e muitos dias de inatividade, como já disse, e crê que demonstrou à época, são largos dias ao longo do ano, meses até de inatividade, e essa é a situação concreta. -----

A Srª Presidente interveio, questionando qual o sentido de voto da CDU para o ponto 44, ao que o Sr. Vereador Bernardino Lima respondeu que é contra. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Sr^a Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 163

Reunião de 2013/01/23

Procº APRV.AD.RG 68/12

Deliberação nº 077

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA – COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 464/12, de 21/11, do DAF/DCPAI/SC, para aprovação da remessa à assembleia municipal, para autorização do compromisso plurianual respeitante à contratação de serviços de limpeza, conservação e manutenção do Cemitério Municipal de Vila Franca de Xira, em observância à Lei nº 8/12, de 21/02.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 464/12, de 21/11, do DAF/DCPAI/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste ponto foi feita em conjunto com o ponto 39 da ordem do dia.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----

[Handwritten signatures]

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIGILÂNCIA DO MERCADO ABASTECEDOR DA CASTANHEIRA DO RIBATEJO – COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com proposta de cabimento nº 123/13, de 08/01, do DAF/DC, para aprovação da remessa à assembleia municipal, para autorização do compromisso plurianual respeitante à contratação de serviços de vigilância do Mercado Abastecedor da Castanheira do Ribatejo, em observância à Lei nº 8/12, de 21/02. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se proposta de cabimento nº 123/13, de 08/01, do DAF/DC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste ponto foi feita em conjunto com o ponto 39 da ordem do dia.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 167

Reunião de 2013/01/23

Procº 14/12 APRV.CP.SI

Deliberação nº 079

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE MONOS EM 4 FREGUESIAS DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA - ALVERCA DO RIBATEJO, FORTE DA CASA, PÓVOA DE SANTA IRIA E VIALONGA – COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 14/13, de 18/01, do DAF/DCPAI/SC, para aprovação da remessa à assembleia municipal, para autorização do compromisso plurianual respeitante à contratação de serviços de recolha de monos em 4 freguesias do concelho de Vila Franca de Xira – Alverca do Ribatejo, Forte da Casa, Póvoa de Santa Iria e Vialonga, em observância à Lei nº 8/12, de 21/02. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 14/13, de 18/01, do DAF/DPFCI/SC, documento que se dá inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste ponto foi feita em conjunto com o ponto 39 da ordem do dia. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. ~~Ata~~ **168**

Reunião de 2013/01/23

Procº 01/13 APRV.CP.SJ.

Deliberação nº **080**

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DE CONTENTORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA - COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com proposta de cabimento nº 254/13, de 15/01, do DAF/DC, para aprovação da remessa à assembleia municipal, para autorização do compromisso plurianual respeitante à contratação de serviços de lavagem e higienização de contentores de resíduos sólidos urbanos no concelho de Vila Franca de Xira, em observância à Lei nº 8/12, de 21/02.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se proposta de cabimento nº 254/13, de 15/01, do DAF/DC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
A discussão deste ponto foi feita em conjunto com o ponto 39 da ordem do dia.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. ~~Ata~~ **170**

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº **081**

1. Assunto: PROCEDIMENTO PARA ARRENDAMENTO DO ESPAÇO MUNICIPAL DESTINADO A ESTABELECIMENTO DESIGNADO POR "CAFETARIA DAS PISCINAS MUNICIPAIS DO FORTE DA CASA" -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 23/13, de 14/01, do DQAS/DDGE, para conhecimento de que ficou deserto o procedimento para arrendamento do espaço municipal destinado a estabelecimento designado por "Cafeteria das Piscinas Municipais do Forte da Casa".-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 23/13, de 14/01, do DQAS/DDGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. ~~Ata~~ 171

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº 082

1. Assunto: PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO RANDONNEURS DE PORTUGAL – CICLISMO DE LONGA DISTÂNCIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 27/13, de 14/01, do DQAS/DDGE, para aprovação da minuta do protocolo de cooperação a celebrar com a Associação Randonneurs de Portugal, referente à disponibilidade das instalações do Complexo Municipal de Desporto, Recreio e Lazer de Vila Franca de Xira, para apoio à realização de 4 eventos de ciclismo de longa distância em 2013.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 27/13, de 14/01, do DQAS/DDGE, e minuta de protocolo de cooperação, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----

[Handwritten signature]

1. Assunto: PROTOCOLO COM A MUNDINÁUTICA PORTUGAL PARA APOIO A INICIATIVAS DESPORTIVAS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 25/13, de 14/01, do DQAS/DDGE, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a Mundináutica Portugal, referente ao apoio logístico para a realização das 6 iniciativas de atividades subaquáticas, a realizar na Piscina Municipal de Vila Franca de Xira durante a época desportiva 2012/2013. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 25/13, de 14/01, do DQAS/DDGE, e minuta do protocolo, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 173

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº 084

1. Assunto: DUATLO DAS LEZÍRIAS 2013 – TROFEU JOSÉ LUÍS MATOS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 22/13, de 14/01, do DQAS/DDGE, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a Federação de Triatlo de Portugal, referente ao apoio à 17ª edição do Duatlo das Lezírias – Troféu José Luís Matos, nos dias 9 e 10 de fevereiro. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 22/13, de 14/01, do DQAS/DDGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que a questão dos membros da Coligação Novo Rumo é a mesma, pelo documento só veem que se trata do cabimento nº 344, de 17 de janeiro de 2013, e não conseguem perceber se cabe dentro de 2012.-----
Tomou a palavra a Srª Presidente, esclarecendo que todas as despesas que vêm agora à reunião de câmara são cabimentadas e comprometidas no documento relativo ao orçamento que hoje veio para alteração. Este troféu já teve lugar o ano passado também, tem uma rubrica, não correndo o risco de acontecer aquilo que o Sr. Vereador Rui Rei estava a dizer, que não podem ser coisas novas, pois coisas novas só podem aparecer no âmbito de uma revisão. Não é nova, seria nova se não constasse do orçamento anterior, e fosse uma coisa que se inventasse agora para fazer. O valor é o mesmo que era do ano passado, pelo que neste caso todos os documentos que se trouxeram a reunião estão cobertos, está tudo coberto.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 175

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº 085

1. Assunto: RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELA SRª VEREADORA CONCEIÇÃO SANTOS, NO USO DA DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA SRª PRESIDENTE -----

2. Resumo: Para os efeitos previstos no nº 3, do artº 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, presente para conhecimento a relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Conceição Santos, no período compreendido entre 2012/12/10 e 2013/01/11, referentes à emissão de horários de funcionamento, de licença de utilização de bebidas e à emissão e renovação de cartões de vendedor ambulante.-

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

A. J. da Silva

1. Assunto: MERCADO RETALHISTA DE ALHANDRA – PEDIDO DE TRANSMISSÃO DA LOJA Nº 12 – NÃO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA – MARIA TORCATO CARVALHO NEVES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 5/13, de 15/01, do DCTAE/DAE, para aprovação do não exercício do direito de preferência para a concretização da transmissão, sob a forma de trespasse, da posição da arrendatária da loja 12 do Mercado Retalhista de Alhandra, Maria Torcato Carvalho Neves, para o seu neto, Valter José das Neves Lourenço, para o exercício da mesma atividade.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 5/13, de 15/01, do DCTAE/DAE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Handwritten signature

Fl. Livro _____

Fl. Ata 178

Reunião de 2013/01/23

Procº _____

Deliberação nº 087

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – ROSA MARIA LOPES PACHECO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 751/12, de 21/12, do DAG/DGRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, de Rosa Maria Lopes Pacheco, com as funções de apoio jurídico à Divisão de Assuntos Jurídicos, nomeadamente nos processos de contraordenação e processos de responsabilidade civil.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 751/12, de 21/12, do DAG/DGRH e comunicações internas nºs 282/12, de 19/12, do DAG/DAJ e 622/12, de 13/12, do DAG/DGRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Vereadora Conceição Santos submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Vereadora Conceição Santos.-----

A. J. Silva

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO – AJUSTE DIRETO DO REGIME GERAL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO AO GABINETE DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO NOVO RUMO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 29/13, de 17/01, do DAG/DGRH, para aprovação de parecer prévio vinculativo favorável e abertura de procedimento, por ajuste direto do regime geral, para prestação de serviços de apoio ao gabinete dos vereadores da Coligação Novo Rumo. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 29/13, de 17/01, do DAG/DGRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----


5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, fazendo a apresentação do ponto e referindo que a documentação foi entretanto distribuída. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



Esta ata foi aprovada, por unanimidade, na reunião de câmara de 20 de fevereiro de 2013, tendo sido dispensada a leitura da mesma, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo.-----

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, em substituição da Diretora do Departamento de Administração Geral, a subscrevi. _____

A Presidente da Câmara Municipal,

Maria da Luz Rosinha